



**UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES
MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES**

***A CLARIDADE E A ASSUNÇÃO DA REALIDADE CABO-VERDIANA: OS
FLAGELADOS DO VENTO LESTE, DO CLARIDOSO MANUEL LOPES,
ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE DO ARQUIPÉLAGO***

**Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa,
Departamento de Estudos Portugueses, para obtenção de grau de Mestre em
Estudos Portugueses**

Mestrando: Adilson Emanuel Vieira Varela Monteiro

Orientadoras: Prof^a. Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Gale

Prof^a. Doutora Isabel Fernandes Silva

Lisboa, 2013

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES
MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES

*A CLARIDADE E A ASSUNÇÃO DA REALIDADE CABO-VERDIANA: OS
FLAGELADOS DO VENTO LESTE, DO CLARIDOSO MANUEL LOPES, ENTRE A
FICÇÃO E A REALIDADE DO ARQUIPÉLAGO*

Por:

Adilson Emanuel Vieira Varela Monteiro

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Autónoma de Lisboa,
Departamento de Estudos Portugueses,
para obtenção de grau de Mestre em
Estudos Portugueses

Orientadoras: Prof^a. Doutora Ana Maria Mão de Ferro Martinho Gale
Prof^a. Doutora Isabel Fernandes Silva

Lisboa, 2013

DEDICATÓRIA

Ao meu falecido Pai,

Por TUDO.

“Mário Luís rogava ao Arleno que lhe trouxesse um ninho de passarinho”

Qual é o sujeito da frase?

Obrigado por ter-me despertado o gosto pelos estudos, em particular pela Língua Portuguesa.

À minha Mãe,

Por ter na sua vida um lugar para a minha vida.

Por ter renunciado a tantas coisas boas, que poderia ter saboreado, em prol da minha educação.

Por ter-me tornado na pessoa que eu sou.

Aos meus irmãos Gracelino e Benvinda,

Por terem desbravado o caminho para a concretização deste sonho.

Aos meus irmãos Maninho e Dulcelina,

Que, apesar da distância, demonstraram preocupações e disponibilidades.

Acredito que a minha felicidade é a vossa felicidade.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Autónoma de Lisboa, pela oportunidade concedida para a realização deste curso.

Às minhas Orientadoras, Doutoradas Ana Maria Mão de Ferro Martinho Gale e Isabel Fernandes Silva, pelas orientações, compreensões e disponibilidades.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), pela bolsa concedida durante a minha Licenciatura que, conseqüentemente, tornou possível a concretização deste sonho.

À Biblioteca Nacional de Cabo Verde, à Biblioteca Nacional de Portugal, a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Fundação Portugal-África, pelos apoios bibliográficos.

À minha família, por tudo que me proporcionou na vida.

A Deus, por me ter dado a capacidade de perceber que não existe obstáculo quando confiamos n'Ele.

A todos que acreditaram em mim e que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

RESUMO

A literatura pode encontrar a sua razão de existir na necessidade de expressão da realidade social. E na África Lusófona é sobejamente conhecido o papel da literatura na representação da realidade, ou seja, na manifestação da realidade/identidade dos povos desse conjunto de países.

A literatura de Cabo Verde, em particular, não foge à regra. Na década de 30, os escritores Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, tendo em consideração as preocupações longamente alimentadas pelo grupo, criaram a revista literária *Claridade*, em que os escritores envolvidos buscaram, acima de tudo, criar uma literatura de caráter nacional, de “fincar os pés no chão” e de exaltar a realidade cabo-verdiana.

Na mesma linha ideológica da *Claridade*, o claridoso Manuel Lopes publica, em 1959, o romance *Os Flagelados do Vento Leste* que, a partir da análise da realidade cabo-verdiana, coloca em evidência as calamidades, as secas e as mortes que afetavam a população do arquipélago.

Nesta sequência, o objetivo fulcral desta Dissertação consiste em mostrar a natureza do projeto da revista *Claridade* e, conseqüentemente, do romance *Os Flagelados do Vento Leste*, enquanto manifestação de um discurso literário de e para Cabo Verde.

Palavras-chave: Claridade; Literatura; Realidade; Cabo Verde

RÉSUMÉ

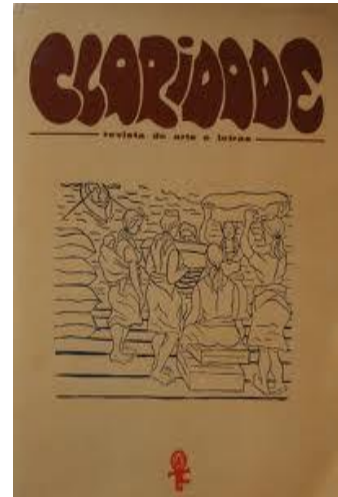
La littérature peut trouver sa raison d'être dans l'exigence d'expression de la réalité sociale. Dans l'ensemble des pays de langue portugaise, le rôle de la littérature dans l'assomption de la réalité, c'est-à-dire dans la manifestation de l'identité du peuple de continent noir, est bien connu.

La littérature du Cap-Vert ne constitue point une exception à cette règle. Pendant les années 30 du siècle passé, les écrivains Baltasar Lopes, Jorge Barbosa et Manuel Lopes, en réponse claire aux soucis d'un important groupe d'intellectuels, ont créé le mouvement culturel *Claridade*, qui a permis aux acteurs de la production littéraire la recherche d'une littérature fortement ancrée dans la réalité nationale, mettant l'accent sur les valeurs propres de la culture capverdienne.

Dans la même ligne idéologique, Manuel Lopes, distingué membre du Groupe *Claridade*, publie, en 1959, le roman *Os Flagelados do Vento Leste*, lequel, à partir de l'analyse de la réalité capverdienne, met en évidence les calamités, les sécheresses et les décès qui affectaient la population de l'Archipel.

Dans ce contexte, l'objectif primordial de cette dissertation consiste en l'analyse de la nature du projet de la revue *Claridade* et, en conséquence, du roman *Os Flagelados do Vento Leste*, en tant que manifestation d'un discours littéraire du Cap-Vert et pour le Cap-Vert.

Mots-clés: Claridade; Littérature; Réalité; Cap-Vert



“Quando falo em literatura cabo-verdiana refiro-me à literatura que traduz a sensibilidade e a idiossincrasia do povo daquele arquipélago”.

(Manuel Lopes)

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....9

I – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

1. Cabo Verde: Aspetos socioculturais e literários.....13

1.1. O processo da Mestiçagem e Crioulização: O início de uma identidade própria...13

1.2. A implantação e o desenvolvimento do Ensino.....20

1.3. A instalação da Imprensa: As primeiras produções Jornalísticas e Literárias.....23

II – LITERATURA E CONTEXTO SOCIAL

1. A literatura da África lusófona.....30

2. A obra literária e os condicionantes sociais: breve reflexão.....35

III – A LITERATURA CABO-VERDIANA

1. A literatura africana de expressão portuguesa.....40

2. Contexto geral da literatura cabo-verdiana.....44

IV – A *CLARIDADE* E A ASSUNÇÃO DA REALIDADE CABOVERDIANA

1. A fundação da revista *Claridade*: o “finca-pé na txon” ou a construção de uma literatura assente na realidade cabo-verdiana.....63

2. Os nove números da revista *Claridade*.....78

3. *Os Flagelados do vento leste*, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago.....84

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....116

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, a existência de poucas obras críticas referentes às literaturas africanas de expressão portuguesa, em particular à literatura de Cabo Verde, e o fascínio por este mesmo tipo de literatura, impulsionaram-me, sem que haja alguma hesitação, a desenvolver a minha dissertação assente neste campo literário.

Também o facto de ter feito a Licenciatura em Estudos Portugueses, variante Literatura, e de ter tido pouco contacto com a literatura da África Lusófona deixou-me curioso em aprofundar os meus conhecimentos nesta área de saber.

Julgo que em Portugal poucos cursos de Letras oferecem uma formação relativa ao assunto, pois tradicional e preconceituosamente, a palavra “África” remete para os mais variados assuntos, mas raramente à literatura. A discriminação e o desprezo precisam ser vencidos, pois temos em comum, antes de tudo, a língua portuguesa.

A escolha deste tema deve-se ao facto de, antes, em Cabo Verde, já ter tido o contacto com as obras literárias que surgiram durante o domínio do grupo da revista *Claridade* e que me despertaram, na altura, o gosto pela literatura produzida por escritores integrantes deste movimento.

Assim, desde o início deste Mestrado eu já tinha em vista o tema do meu objeto de estudo. E tornou-se irrevogável depois de algumas leituras bibliográficas e da “aprovação” por parte das pessoas que dispõem de alguns conhecimentos relativos à literatura cabo-verdiana, em particular à produzida pelo grupo da revista *Claridade*.

No campo dos estudos literários, como é sabido, não é de hoje o interesse pela relação entre literatura e realidade social. Constata-se que a literatura nem sempre é fruto de uma imaginação individual e solitária. A realidade social, em muitos casos, pode ser vista como um elemento interno da própria constituição da obra literária. Deste modo, atualmente, verifica-se uma clara tendência em se analisar a influência do meio social na literatura, bem como o efeito desta sobre aquele.

Na África Lusófona, é sobejamente conhecido o papel da literatura na assunção da realidade como meio de manifestar a realidade/identidade do povo deste continente. A literatura cabo-verdiana, em particular, não foge à regra. Descoberto na segunda metade do século XV (1460), e tendo em consideração que se tornou num grande entreposto de escravos, Cabo Verde constituiu-se, desde muito cedo, numa população mestiça. Ali, formou-se, ao longo dos séculos, uma cultura resultante de uma longa

interpenetração de valores afro-europeus, numa simbiose de que não há notícia noutras áreas de contacto de culturas afro-europeias.

No início do século XX, com o propósito de assumir uma identidade própria, o cabo-verdiano, inicialmente, abraçou o mito Hesperitano, que se viria a tornar numa das linhas fundamentais da literatura cabo-verdiana. Este mito veio sustentar a ideia de uma pátria que nada tinha que ver com a metrópole portuguesa.

Nesta procura de uma identidade nacional, a partir da assunção e promoção da realidade das ilhas, na década de 30 os escritores Baltasar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes, criaram o movimento cultural *Claridade*, publicando, em Março de 1936, o primeiro número da revista com o mesmo nome.

Segundo alguns críticos literários, como Abdala Júnior, Manuel Ferreira, Pires Laranjeira, entre outros, a história da literatura cabo-verdiana divide-se em duas fases: antes e depois da *Claridade* (1936-1960). O *antes* caracteriza-se por ser uma literatura que, não tendo ainda “fincado os pés na terra”, continuava virada para o universal, caracterizando-se, assim, pela visão exterior da realidade.

Estranha à verdade identitária de Cabo Verde, os escritores do *antes* viam o mundo através da lupa dos valores ocidentais. Considera-se que esta obsessão pela exterioridade foi, durante muito tempo, um dos entraves à criatividade do escritor cabo-verdiano. O imaginário foi ignorado, as tradições esquecidas e, sendo embora nacionalistas ou nativistas, os escritores desse período quedaram-se pela ambivalência, não conseguindo penetrar no fundamento do ser do homem cabo-verdiano, que se tornaria, com os claridosos, o vetor estético maior do conhecimento de povo cabo-verdiano: a criouliidade.

Com o surgimento da revista *Claridade*, esta identidade inscreve-se num contexto de investigação em que os autores envolvidos na produção discursiva buscam, acima de tudo, criar uma literatura de carácter nacional, de fincar os pés no chão e de exaltar a realidade cabo-verdiana. Os escritores tinham, assim, como objetivo, uma produção literária que centralizasse no homem cabo-verdiano e no seu meio social, visando assim um estudo da realidade cabo-verdiana, com o propósito de melhorar e promover esta mesma realidade.

É também sob esta perspectiva que o claridoso Manuel Lopes, imbuído da ideologia claridosa, publica, em 1959, o romance *Os Flagelados do Vento Leste* que, para muitos, além de uma obra literária, pode ser também considerada como um autêntico documento social. O autor, a partir da análise da realidade do arquipélago,

coloca em evidência as calamidades, as secas e as mortes que afetavam a população do arquipélago durante esse período, contribuindo assim para a formação da consciência nacional e cultural dos cabo-verdianos.

Atendendo ao discurso supracitado, esta Dissertação centraliza-se numa abordagem que visa mostrar a natureza do projeto da revista *Claridade* e, consequentemente, do romance *Os Flagelados do Vento Leste*, enquanto manifestação de um discurso literário assente na realidade de Cabo Verde, ou seja, de um processo de conhecimento e interpretação da realidade do arquipélago.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro centra-se no enquadramento histórico-geográfico do arquipélago de Cabo Verde. O segundo trata de uma breve análise acerca da questão literatura e contexto social e as diferentes visões apresentadas por críticos sobre o mesmo assunto. O terceiro assenta numa ampla abordagem sobre a literatura cabo-verdiana e o seu contexto na literatura africana. O quarto capítulo apresenta um estudo substancial da *Claridade*, a análise da ideologia subjacente à revista, bem como um estudo d'*Os Flagelados do Vento Leste*, do claridoso Manuel Lopes, enquanto manifestação da realidade do homem cabo-verdiano.

As considerações finais trazem a tentativa de consolidação do estudo feito ao longo deste trabalho, demonstrando a possibilidade de a literatura claridosa ser analisada sob o ponto de vista de uma literatura que proporcionou uma viragem na produção literária cabo-verdiana, e que esteve em contacto com a realidade do seu tempo, ou seja, produzida sob o efeito da realidade do homem cabo-verdiano.

Na elaboração deste trabalho foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: pesquisas bibliográficas; análise documental (revistas, boletins oficiais, e outros) e o estudo das obras com conteúdos relacionados com o tema do trabalho.

I

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

1. Cabo Verde: aspetos socioculturais e literários

1.1. O processo de Mestiçagem e Crioulização: o início de uma Identidade própria

“Reza a lenda que Deus, depois de construir o mundo, cansado, colocou um pé na África Negra e outro na Europa, sacudiu as santas mãos e caíram dez bocados de barro. Sem se aperceber, criou as dez ilhas de Cabo Verde e, desta forma, marcou o destino do povo do arquipélago. Esquecidas pelo Senhor, o tempo sucedeu ao tempo e as ilhas foram achadas desertas pelos portugueses e habitadas. Povos africanos e europeus ali, em perfeita simbiose, se miscigenaram e da metamorfose resultou outro homem, o cabo-verdiano.”¹

Antes de tudo, para uma melhor compreensão da produção literária da *Claridade*, propomos um breve estudo da história do arquipélago de Cabo Verde, uma vez que o movimento é fruto de um conjunto de fatores de ordem geopolítica, económica e social que, desde muito cedo, afetou esta região.

Cabo Verde, situado na zona tropical do Atlântico norte, encontra-se localizado a cerca de 450-500 km do Cabo africano com o mesmo nome. É constituído por dez ilhas e oito ilhéus. A área total de terras emersas é de 4.033,37 km, distribuída em dois grupos: o de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista), com uma área total de 2.230 km e o de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), com uma área de 1.803,37 km, e a zona económica exclusiva ultrapassa os 600.000 km. Das ilhas, a maior é a Santiago com cerca de 991 km e a menor é a Santa Luzia com 35 km. A capital é a cidade da Praia, situada na ilha de Santiago.

¹ ALFAMA, Jorge Miranda – “Chiquinho, de Baltasar Lopes, o romance de *Claridade*.” In VEIGA, Manuel (Coord.) - *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. Ed. Karthala, 1998. p. 247.

Quanto à data da descoberta, segundo a Tese Oficial, os navegadores Diogo Gomes, Diogo Afonso e António de Noli, ao serviço da coroa portuguesa, encontraram as ilhas desabitadas/desertas entre 1460 e 1462². No poema intitulado “Prelúdio”, do poeta Jorge Barbosa, é visível a reconstituição deste momento:

“Quando o descobridor chegou à primeira ilha
nem homens nus
nem mulheres nuas
espreitando
inocentes e medrosos
de trás da vegetação.

(...)

Havia somente
as aves de rapina
de garras afiadas
as aves marítimas
de vôo largo
as aves canoras
assobiando inéditas melodias.

(...)

Quando o descobridor chegou
e saltou da proa do escalor varado na praia
enterrando
o pé direito na areia molhada

e se persignou
receoso ainda e surpreso
pensando n’El-Rei
nessa hora então
nessa hora inicial

² De acordo com a estudiosa Elisa Andrade, outras versões remetem a chegada e/ou a presença humana nas ilhas em épocas anteriores, pondo em causa, deste modo, a história oficial. Os argumentos usados, por versões defensoras deste facto, assentam na hipótese de Santiago ter sido, anteriormente, refúgio de um pequeno grupo de náufragos jalofo ou outros grupos étnicos de Senegal, como lëbus, sereres, entre outros. Contudo, o entendimento difundido ao longo da história é de que Cabo Verde foi descoberto, sob a direcção da coroa lusitana, entre 1460 e 1462, por Diogo Gomes, Diogo Afonso e o genovês António de Noli, chegados quase simultaneamente às ilhas de Cabo Verde. *Apud* RODRIGUES, Albertino Africano Mendes - *Pensar Currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-verdiana*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 15. Ao testemunhar esse facto, temos a Carta Régia de 1462 de D. Afonso V ao Infante D. Fernando: “Pedindonos o dicto Jfante que, porquanto fora achadas xij Ilhas, .s. çimquo per Antonyo de Nolle em vida do Jfante dom Anrique meu tio, que Deus aja, que se chama a Ilha de sã Santiago e a Ilha sam Filipe e a Ilha das Mayas e a Ilha sã Christouã e a Ilha do Sall, que sã nas partees da Guineea, e as outras sete foram achadas per o dicto Jfante meu Jrmão, que sam estas: a Ilha Braua e a Ilha de sam Nycolliao e a Ilha de sam Viçente e Ilha Rasa e a Ilha Branca e a Ilha de samta Luzia e a Ilha de Santa(n)tonio, que sã atraués do Cabo Verde, em espeçiall lhe mãdassemos fazer carta dellas.” *Vide* “Carta Régia de D. Afonso V A D. Fernando. 19 de Setembro de 1462.” *In História geral de Cabo Verde, Corpo Documental*. Vol. I. Instituto de Investigação Científica Tropical – Lisboa. Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988. p. 17.

começou a cumprir-se
este destino ainda de todos nós.”³

Relativamente ao processo de colonização, em Cabo Verde, como também tinha acontecido com as outras ilhas atlânticas colonizadas por Portugal (como por exemplo, Madeira e Açores), inicialmente, o povoamento foi exclusivamente com a população branca. Todavia, ao contrário do que se previa a coroa portuguesa – um povoamento fácil – o colonizador luso, devido às más condições climáticas, ao solo agreste e à distância da Metrópole, deparou-se com várias adversidades, fazendo, deste modo, com que o povoamento ocorresse de forma mais densa.

O arquipélago apresentava um clima inóspito (seco e árido) para a fixação de residência, diferentemente do que acontecera com a Madeira e Açores, em que a ocupação foi quase de imediata. Acresce, ainda, a falta de riquezas naturais que terá igualmente frustrado a perspectiva de enriquecimento fácil que, na altura, constituía como um dos principais objetivos da coroa portuguesa.

No entanto, com a publicação da carta régia de 1466⁴, o povoamento começou a efetivar-se de forma mais rápida, atraindo a participação de novos povos. A partir daí, a sociedade começou a emergir do encontro de, pelo menos, dois grupos diferenciados, brancos europeus (na sua maioria portugueses) e negros africanos (os escravos).

Quanto aos elementos europeus, Ernesto de Vasconcelos faz-nos saber que a maioria veio de Portugal continental, mais precisamente das regiões do Algarve e do Alentejo, entre os quais se encontravam alguns judeus.⁵ Também de acordo com a historiadora Elisa Andrade, da Madeira teria vindo “le plus grand nombre d’individus dans le processus de formation du peuple capverdien. Il y eut des nobles, mais aussi des déportés politiques et de droit commun”.⁶

Ainda, Simão Barros informa-nos que, além dos portugueses, contribuíram também para a formação da sociedade cabo-verdiana os espanhóis, os franceses, os ingleses, os holandeses e os judeus, que se mantiveram em Cabo Verde desde o reinado

³ BARBOSA, Jorge – “Prelúdio”. In *Caderno de um ilhéu*, 1956.

⁴ Na Carta régia de 12 de Junho de 1466, D. Afonso V fez saber que teria tomado conhecimento através do seu irmão D. Fernando que “averá quatro annos que elle começara (a) pouoar a sua ylha de Santiago, que hé atrauees do Cabo Verde, e que por seer tam alomgada de nossos regnos, a jamte nom quer a ella hyr viuer, senom cõ muy gramdes liberdades e franquezas e despesa sua.” Vide: Carta régia datada de 12 de Junho 1466. In *História geral de Cabo Verde, Corpo Documental*. Vol. I. Instituto de Investigação Científica Tropical – Lisboa. Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988. P. 19.

⁵ VASCONCELOS, Ernesto de - *As Colónias Portuguesas: Geografia Phisica, Política e Económica*. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. p. 32.

⁶ ANDRADE, Elisa – *Les îles du CAP-VERT: de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*. Paris, L’Haenattan, 1996. ISBN: 2-7384-3688-9.

do Filipe II (século XVI), embora houvesse ordens expressas do monarca para a sua expulsão. A este grupo de judeus, vieram juntar-se, também, no século XIX, os judeus de Marrocos, que se estabeleceram na ilha de Santo Antão.⁷

Em relação aos elementos africanos, com a publicação da carta régia acima mencionada, os escravos foram o maior grupo humano a desembarcar nas ilhas de Cabo Verde. Eram africanos que procediam de diversas etnias da região ocidental. No entanto, segundo Ilídio Baleno, detetar as suas origens regionais e mais específicas, através de vestígios documentais, “(...) dificilmente podem ser cabalmente esclarecidas”⁸, porque, para o mesmo historiador, “sendo o escravo uma mercadoria como outra qualquer, avaliado mais em função da sua compleição física do que em função da sua origem, pouco importava aos agentes envolvidos no seu tráfico saber se era Jalofo, Balanta, Mandinga, Fula ou Manjaco, ou de qualquer etnia que fosse. Portanto, pode dizer-se que as possibilidades de um rastreio seguro são mínimas, para não dizermos nulas, dada a omissão das fontes.”⁹

Não obstante, considera-se que a grande maioria dos escravos teria vindo da região de Rios da Guiné (desde o Rio de Senegal ao limite norte de Serra Leoa), isto é, da área onde era permitido, legalmente, o estabelecimento de contactos comerciais aos moradores da ilha de Santiago. Assim, nas palavras de Ernesto de Vasconcelos, as principais etnias africanas participantes na formação do universo humano cabo-verdiano teriam sido os Ariatas, Buramos, Cassangas, Mandinga, Banhuns, Felupes, Beafares, Naluns, Bijagos, Jalofo (vindos principalmente da região correspondente à actual Guiné-Bissau e Senegal), entre outros¹⁰. Foram importados com o propósito de integrar a produção local ou para a reexportação.

⁷ BARROS, Simão – “Origens da Colónia de Cabo Verde”. In *Cadernos Coloniais*. Nº 56. Ed. Camões. Lisboa, 1939. p. 39.

⁸ BALENO, Ilídio – “Povoamento e Formação da Sociedade”. In: *História geral de Cabo Verde, Corpo Documental*. Vol. I. Instituto de Investigação Científica Tropical – Lisboa. Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988. p. 153.

⁹ *Idem.* p. 153.

¹⁰ Vide VASCONCELOS, Ernesto de – *Op. Cit.* p. 33.

As mulheres brancas, na altura, era um número irrisório e a maior parte dedicava-se à prostituição. Devido à carência deste grupo, do frequente abuso do homem branco às mulheres negras (escravas) e da “pobreza do homem branco que, em circunstâncias diversas, foi obrigado a se aproximar e a conviver com o homem negro”¹¹, formou-se um novo grupo – o mestiço – que começou a aumentar, gradualmente, na sociedade cabo-verdiana. Esta nova população constituiu um grupo intermediário entre os dois pólos da pirâmide: brancos e negros.

Salientamos que este “amalgamento étnico-cultural” em que a população foi submetida teve como consequência uma evolução social em direcção à mestiçagem, contrária aos objetivos da coroa portuguesa. A metrópole, como forma de contornar esta situação, emitiu, em 1620, um alvará, com a ordem de enviar para Cabo Verde as mulheres brancas. O objetivo era de se extinguir a classe dos mestiços. Mas a medida não teve o efeito esperado e a tendência foi de um crescente número dos mulatos.

Posteriormente, a coroa portuguesa reconsiderou a importância desse processo miscigenético e, nas palavras do António Manuel Ramos, a metrópole “(...) reconheceu nele uma mais-valia indispensável na política de conquista de territórios das zonas onde o clima severo para o europeu constituía um grande constrangimento para a ocupação e a exploração dos espaços conquistados”.¹²

¹¹ Acerca deste convívio, Manuel Ferreira diz que “realmente, de tal modo foi desencadeada a miscigenação entre os vários grupos étnicos que aportaram ao Arquipélago e atingiu um tão elevado grau de entendimento entre os indivíduos das mais díspares proveniências sociais, que bem se pode afirmar serem as diferenças ali verificadas tal-qual aquelas que decorrem duma sociedade de tipo capitalista, salvaguardando, em casos fortuitos, resíduos de natureza racial sem consequência.” *Vide FERREIRA, Manuel – A Aventura Crioula*. Lisboa: Plátano Editora, 1985. p. 45.

¹² RAMOS, António Manuel - *Conflitos de Identidades em Cabo Verde: Análises dos casos de Santiago e São Vicente*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade do Porto, para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos. Porto, 2009. p. 22.

Nesta ordem, o estudioso Albertino Africano Rodrigues sustenta que a mestiçagem veio a incutir a originalidade cultural à sociedade emergente, isto é, veio a constituir a base do povo cabo-verdiano. Acrescenta, ainda, que os habitantes das ilhas cabo-verdianas surgiram assim de um processo de hibridização de brancos, mulatos e negros. A primeira raça passou a ser a mais diminuta. A segunda, a mais numerosa. Estas duas constituíam a metade do número dos habitantes e detinham o controlo económico do país. A terceira era composta por negros e poucos possuíam bens.¹³

Para Elisa Andrade, numa situação em que as mulheres brancas escasseavam, todos sofreram mudanças nos seus moldes culturais e, com o tempo, forjaram uma cultura própria, resultante da multiplicidade dos micro-espacos de aculturação (simbiose, assimilação, imitação, sincretismo), de enculturação (aprendizagem, adaptação, invenção) e, frequentemente, de desculturação (subtração, destruição de traços e/ou valores do património cultural africano [e/ou europeu]).¹⁴ Como exemplo, observemos o seguinte texto de Bentley Duncan:

“Em Cabo Verde a cultura social e religiosa do africano era adquirida vagarosamente e alcançava um certo ponto.

O sincronismo religioso com santos do catolicismo misturados com o animismo africano e a fusão cultural, com nova amálgama de elementos europeus e africanos eram a regra. O cabo-verdiano pila o seu grão com instrumentos europeus e africanos; marca ritmos africanos com ferrinhos portugueses. Ainda nas suas histórias populares o intrigante lobo da lenda europeia aparece com uma máscara semi-africana, como um louvável patife tocador de viola, enquanto que no dialecto crioulo, a alma africana encontra a sua expressão na língua portuguesa. Em muitos níveis de sensibilidade e de contacto social, elementos africanos coexistem com os moldes europeus impostos. Se no arquipélago o africano era europeizado, assim era o europeu africanizado, contente por medir a sua riqueza em medidas africanas e conduzir o seu negócio por normas africanas. O mulato era o ponto de encontro biológico e cultural do africano e do europeu.”¹⁵

Outro aspeto importante deste processo de encontros culturais, que também podemos verificar no texto acima transcrito, é o idioma falado em Cabo Verde, neste caso, o crioulo cabo-verdiano. Segundo a investigadora Cláudia Almeida, a sua

¹³ Vide RODRIGUES, Alberto Africano Mendes - *Pensar Currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-verdiana*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. p. 18. António Carreira acrescenta que no período de 1910 a 1919, em termos percentuais, a população cabo-verdiana era composta por “Brancos 3,3%, Mistos 60,7% e Pretos 36%. Vide CARREIRA, António – *Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*. Ed. Ulmeiro. Lisboa, 1977. p. 19.

¹⁴ *Apud* RODRIGUES, Albertino Africano Mendes – *Op. Cit.* p. 19.

¹⁵ In *Les Litteratures africaines de langue portugaise. Actes du colloque International. Paris, 28 – 29 – 30 Novembre, 1 Decembre 1984*. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais. Paris, 1985. p. 263-264.

“formação acontece juntamente com a colonização do arquipélago e o processo de miscigenação, ou mesmo antes, com a chegada dos portugueses à costa africana, isto porque os contactos estabelecidos com os habitantes locais e, principalmente, via comércio, ao pedir uma forma de comunicação, dão origem aos *línguas*, ou seja, aos primeiros tradutores africanos, levados pelos portugueses logo nas primeiras viagens para ensinar o português e facilitar a comunicação entre eles e os africanos.”¹⁶

De acordo com Édouard Glissant, a crioulaização insere-se no âmbito de um encontro de várias culturas ou de elementos heterogêneos de culturas distintas – cultura compósita - num canto do mundo (exemplo, África, Ásia), tendo por resultado algo totalmente novo, imprevisível por relação à soma ou à simples síntese desses elementos. O crioulo opera, assim, a partir de mistura de várias tradições, sem a noção do território originário, sem fundações consistentes e sem rumos predefinidos, sendo, pois, obrigado a ajustar-se, a cada instante, a partir de rumos alheios.¹⁷

Não há dúvida de que a cultura crioula cabo-verdiana se enquadra na definição acima citada, pois, ela é fruto “da diáspora africana e europeia, na qual coexistem reminiscências dessas duas origens, ora em harmonia, ora em conflito.”¹⁸

Após um século do início de povoamento, Ilídio Baleno faz saber que a emergência, ainda que de forma embrionária, de uma *classe crioula* (os chamados *filhos da terra*), nascida nas ilhas, já se fazia sentir e é nesse âmbito que pode ser compreendida a busca pioneira e difusa por *cidadania* da parte dessa classe, quando, em 1546, um grupo de mestiços e negros de Ribeira Grande pediu ao monarca a mercê de servir nos ofícios do concelho, exigindo, assim, certa igualdade de tratamento no acesso ao poder. Alguns deles receberam a referida concessão.¹⁹

António Manuel Ramos considera que, ao contrário das outras colónias portuguesas, como Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné etc., onde a classe mestiça era marginalizada e, portanto, sem qualquer importância social, em Cabo Verde o mestiço/crioulo desenvolveu-se e integrou-se na sociedade sem qualquer complexo racial²⁰. Gradualmente, a moldagem da sociedade passa, assim, a ser feita pelo mestiço (e não pelo branco) que passa a ser chamado o *branco da terra*.

¹⁶ ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de – *O escravo: entre a identidade cabo-verdiana e a literatura europeia*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de São Paulo para obtenção de grau de Mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo, 2009. p. 19.

¹⁷ *Apud* RODRIGUES, Albertino Africano Mendes Rodrigues – *Op. Cit.* p. 21..

¹⁸ RAMOS, António Manuel – *Op. Cit.* p. 38.

¹⁹ BALENO, Ilídio – *Op. Cit.* p. 153.

²⁰ *Idem.* p. 24.

Gabriel Mariano, na sua obra *Cultura Caboverdeana: ensaios*, afirma que em Cabo Verde houve:

“(…) um certo desvio naquilo que o português realizou nas áfrias. Melhor dizendo: um certo desvio na posição ou situação perante a direcção dos fenómenos que foram surgindo nas suas vicissitudes de contacto com os povos afro-negros. No Brasil, por exemplo, nota-se que ao branco coube sempre uma função de líder, de mestre na evolução da sociedade brasileira. Em Angola, Moçambique, Guiné ou S. Tomé e Príncipe coube ao português o poder de comandar o fluir e refluir dos acontecimentos locais. Em Cabo Verde (…) o mulato adquiriu desde cedo grande liberdade de movimentos (...); ter-se-ia transferido para o mulato a condição de mestre, de líder na estruturação da sociedade cabo-verdiana (...). Teria sido o funco, e não o sobrado, o laboratório exacto onde se processou a síntese de culturas e a apropriação pelo negro e pelo mulato de elementos e expressões civilizacionais portuguesas. A cultura fez-se de baixo para cima.”²¹

Na sequência de todo este processo, surge assim a explicação da singularidade identitária cabo-verdiana em relação às outras sociedades, que precisamos compreender para que se possa entender a particularidade cultural cabo-verdiana.

1.2. A implantação e o desenvolvimento do Ensino

O literato cabo-verdiano Manuel Brito-Semedo defende que “na génese da elite cabo-verdiana está a história da Instrução Pública no Reino, pois na sua decorrência, estabeleceram-se e desenvolveram-se escolas oficiais em Cabo Verde, que criaram oportunidades para que os filhos de algumas famílias economicamente desfavorecidas, beneficiando de bolsas de estudo como pensionistas do Estado e do Cofre de Bula, fossem preparados de modo a atingirem posições de destaque na sociedade.”²²

No entanto, é de realçar que antes do surgimento das escolas oficiais, já havia, desde o século XVI, a vida letrada em Cabo Verde. O ensino era da responsabilidade da Igreja, que tinha como propósito a formação do clero (promovida pelos sacerdotes franceses e jesuítas idos de Portugal) e a *ladinização*²³ de escravos.

²¹ MARIANO, Gabriel – *Cultura Caboverdeana: ensaios*. Lisboa: Veja, 1991.

²² BRITO-SEMEDO, Manuel – *A Construção da Identidade Nacional: análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006. p. 102.

²³ Termo utilizado pelos historiadores para diferenciar o tratamento ou a domesticação do escravo. De acordo com António Carreira, a metrópole considerou ser muito importante batizar o escravo em cerimónias coletivas, levá-lo para a comunidade cristã e ladinizá-lo (ensiná-lo a falar e a escrever o Português). Cabia aos missionários portugueses a realização desta tarefa. Este interesse em ladinizar o escravo era grande, porque o escravo ladino tinha um preço maior que o boçal (escravo analfabeto e que falava apenas a sua língua). Vide CARREIRA, Antonio - *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. 2ª Ed. Instituto Caboverdeano do Livro, 1983. p. 277.

Em relação aos escravos, “(...) torná-los ladinos²⁴ era, ao mesmo tempo, valorizá-los enquanto servos. Pois, uma vez ladinizados passavam a ter maior cotação no mercado interno e externo. Um escravo nestas condições chegava a valer o dobro do custo dum escravo analfabeto. Assim, valia a pena ministrar a instrução às crias dos escravos.”²⁵

Com o processo de ensino a ser ministrado pela Igreja, muitos negros e mulatos (os filhos da terra) aprenderam a ler e a escrever, fazendo-se desenvolver e elevar socialmente a sua classe e tornando-se, deste modo, pequenos burgueses. A título do exemplo, em 1608, uma portaria régia deu prioridade aos nativos na atribuição dos cargos eclesiásticos, o que nos leva a supor a existência de um significativo número de padres crioulos.

No foro civil, os filhos da terra começaram também a ser admitidos nos lugares de responsabilidade administrativa. Em 1615, como exemplo, uma carta do padre jesuíta Sebastião Gomes faz-nos saber que “quantos há hoje na Câmara são crioulos.”²⁶ Também Brito-Semedo afirma que “de facto, dos dezanove homens poderosos da ilha de Santiago em plena actividade nos meados do século XVII, cinco eram naturais dessa Ilha.”²⁷

Neste contexto, verificamos o relato do Padre António Vieira, aquando da sua passagem pela Ribeira Grande, Cabo Verde, em 1612:

“São todos pretos, mas somente neste accidente se distinguem dos europeus. Tem grande juízo e habilidade, e toda a política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas, que vem a ser o que ensina a natureza.

Há aqui clérigos e cónegos tão negros como azeviche: mas tão compostos, tão auctorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer invejas aos que lá vemos, nas nossas catedraes.”²⁸

²⁴ Manuel Brito-Semedo afirma que para levar “(...) a cabo este processo de ensino, foi nomeado o primeiro prelado para a diocese de Cabo Verde em 1532, pela bula do Papa Clemente VII, no reinado de D. João III, mas não apareceu na diocese. O segundo bispo nomeado e o primeiro a chegar às ilhas foi D. João Parvi (1545-1546), tendo ali falecido e sido sepultado. O terceiro prelado, D. Frei Francisco da Cruz (1547-1574), ensinava, e ordenou que se ministrasse doutrina aos escravos, tendo fundado uma escola de primeiras letras, gramática e moral, onde aproveitou como mestres alguns discípulos que ordenava para a vida eclesiástica. Segundo o Padre Frederico Cerrone (1983), D. Frei Francisco da Cruz chegou a ter como alunos um filho de um rei da Serra Leoa e os dois primeiros escritores de Cabo Verde, André Alves d’Almeida e André Donelha (séc. XVI-XVII).” *Vide* BRITO-SEMEDO – *Op. Cit.* p. 106.

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ Carta do Padre Sebastião Gomes, de 1615. In CARREIRA, António – *Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e “Rios da Guiné (séc. XVII e XVIII)*. Lisboa, 1983. p. 72.

²⁷ BRITO-SEMEDO, Manuel: *Op. Cit.* p. 107.

²⁸ VIEIRA, Padre António - “Carta do Padre António Vieira escripta de Cabo Verde ao Padre confessor de sua Alteza, indo arribado daquelle Estado”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Nº 23, Praia: Agosto de 1951. p. 11.

Entretanto, em 1759, a Igreja, que se ocupava do ensino nas ilhas, sofreu um golpe profundo, devido à expulsão dos Jesuítas, pondo fim à instrução aplicada pela Igreja. Todavia, no sentido de substituir e de dar continuidade ao trabalho implantado pela Igreja, Marquês de Pombal (1699-1782) promoveu uma lei de 6 de Novembro de 1772, que tinha como objectivo “criar lugares para 479 mestres de ler – o que deverá corresponder a igual número de escolas se para cada uma delas se projectasse um único mestre – em que 24 eram no Ultramar, dos quais 4 em África, a saber: Cabo Verde, Príncipe, Angola e Moçambique”.²⁹ Contudo, até 1811, “a criação destas escolas permaneciam apenas no papel”, porque “(...) o orçamento da Província não suportava tamanha despesa. A habitual falta de fundos e a ausência de interesse pelo fomento do saber impediam todo e qualquer esforço em promover a instrução nas ilhas.”³⁰

Finalmente, através do projecto de “instrução pública no Ultramar”, em 1817 é instalada a primeira escola primária, na vila da Praia. Posteriormente, uma escola secundária é inaugurada em 1848, na ilha Brava (que ministrava o ensino primário e secundário), sendo transferida para Santiago em 1856.

O primeiro Liceu foi inaugurado em 1860, na Praia e começou a funcionar no ano seguinte (1861). Ali, criou-se também, em Dezembro de 1866, o Seminário Eclesiástico, designado, na altura, por *Seminário-Lyceu*, com o objectivo de formar padres e de preparar quadros para a vida civil.

Além das escolas acima mencionadas, foi também criada a Biblioteca Nacional da Praia, em 1871. Mais tarde, em 1883, surgiria o Gabinete de Leitura, na mesma cidade. Esta última instituição encontrou representações noutras ilhas, agregando à sua volta grupos musicais e companhias de teatro. Surgiram, ainda, no mesmo período, as associações recreativas por quase todo o arquipélago. De entre elas, destacam-se a Sociedade Filarmónica, a Juventude, a Sociedade Dramática do Teatro Africano, a Associação de Igualdade, a Sociedade Recreativa e Fraternidade, a Filarmónica de Artistas Mindelenses, o Clube Luso-britânico, a Sociedade Ilustrada Africana, entre outras.

Verificamos que com a criação destas instituições de ensino e cultura, a acção do poder civil intensificou as suas actividades e, a partir daí, a metrópole começou a

²⁹ BRITO-SEMEDO, Manuel: *Op. Cit.* p. 109.

³⁰ *Idem, ibidem.*

preocupar-se mais com o ensino nas colónias.³¹ Deste modo, dos finais do século XVIII aos meados do século XIX, segundo Brito- Semedo, com o desenvolvimento do ensino, Cabo Verde conheceu, assim, um razoável progresso no que diz respeito ao ensino e à promoção de cultura. Acentuou-se, também, o número de “filhos da terra” nos lugares administrativos e no acesso à cultura.³² Nota-se que, nesta época, havia um forte interesse na organização da própria sociedade, o que assume maior proporção a partir da segunda metade do século XIX.

1.3. A instalação da Imprensa: as primeiras produções jornalísticas e literárias

Antes de tudo, a abordagem deste item centraliza-se nas produções jornalísticas e literárias que antecedem a publicação da revista *Claridade*. A obra de Manuel Brito-Semedo, *A Construção da Identidade Nacional: análise da Imprensa entre 1877 e 1975* (2006), traça um percurso da Imprensa cabo-verdiana que interessa a este trabalho em vários momentos.

Já referimos anteriormente que a implantação e o progresso do Ensino fez também surgir a Imprensa Nacional. A primeira tipografia foi enviada de Portugal para Cabo Verde, em 1842 e, de acordo com Brito-Semedo, o advento da imprensa periódica ocorre com a publicação do número I do *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, que circulou pela primeira vez em 24 de Agosto de 1842.³³

Este Boletim estaria disponível inicialmente ao serviço da “Província de Cabo Verde e do Distrito da Guiné, até 1879, ficando, a partir dessa data, em virtude da desanexação daquela região do governo de Cabo Verde, exclusivamente ao serviço do Arquipélago, com o nome de *Boletim oficial do Governo da Província de Cabo Verde*”.³⁴ Posteriormente, adoptou-se a designação oficial de *Boletim Oficial de Cabo Verde*.

Inicialmente, o *Boletim* era utilizado pelo Governo para publicações oficiais. No entanto, “na falta de um periódico não oficial publicado nas ilhas, os primeiros poetas e

³¹ É de referir que Cabo Verde foi a primeira colónia portuguesa a ser beneficiada pelo projecto de “Instrução Pública no Ultramar”. Enquanto a grande massa popular de outras colónias só começou a ter acesso ao ensino nos finais do século XIX, o cabo-verdiano detinha sobre elas um certo avanço. Por este motivo, ainda hoje, Cabo Verde apresenta um avanço considerável em relações as outras colónias no que tange às questões do ensino.

³² BRITO-SEMEDO, Manuel: *Op. Cit.* p. 109-110.

³³ *Idem, ibidem*

³⁴ *Idem, ibidem.*

prosadores cabo-verdianos começaram a exprimir-se através do *Boletim Oficial* – secção Interior, “Parte não Oficial”, incluía notícias diversas, anúncios particulares, crónicas, poesias e ficção, esta, em forma de folhetim”³⁵.

Tendo em consideração a existência de boletins de outras colónias da África lusófona³⁶, o *Boletim Oficial de Cabo Verde* “foi talvez o que cumpriu um papel literário mais significativo, quer pela quantidade de matérias literárias publicadas, quer por ter sido o único veículo de escrita daquela comunidade até o final da década de 1870.”³⁷ Hélder Garmes sustenta que, a partir de 1847, o *Boletim Oficial de Cabo Verde* apresentou uma secção literária digna de qualquer periódico que se produzia na metrópole.³⁸

De entre os colaboradores do *Boletim Oficial*, destaca-se a participação de Sérvulo de Paula Medina e Vasconcelos³⁹, com duas publicações: *A bella virgem do Mondego ou as duas victimas*, em 1947, e o romance *Um filho chorado*, em 1850. José Evaristo de Almeida publicou, também, o texto *Epístola*, em 1845, uma homenagem a um governador português que tinha cessado o seu mandato e estava de partida para Metrópole.

Para Brito-Semedo, com a tipografia a funcionar, um público leitor com certa instrução, uma elite letrada e culta, capaz de escrever para jornais, estariam assim reunidas as condições necessárias para o surgimento da Imprensa não Oficial em Cabo Verde⁴⁰.

³⁵ *Idem, ibidem*

³⁶ Em 1836, Portugal decide não apenas liberar como tornar obrigatório a publicação de um Boletim Oficial nas colónias africanas. Foi Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13º do Decreto de 7 de dezembro, determina que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colónias. Assim, à semelhança de Cabo Verde, criou-se também o *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, em 1825; em 1856, surgiu o *Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique*; em 1857, o *Boletim Oficial do Governo da Província de São Tomé e Príncipe*; e em 1880, é publicado o *Boletim Oficial do Governo da Província da Guiné Portuguesa*. Para um estudo mais aprofundado deste assunto, Vide LOURENÇO, João Pedro da Cunha – *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. Luanda, 2003.

³⁷ ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de – *O escravo: entre a identidade cabo-verdiana e a literatura europeia*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de São Paulo para obtenção de grau de Mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo, 2009. p. 21.

³⁸ *Apud* ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de – *Op. Cit.* p. 21.

³⁹ É filho de um célebre poeta de Funchal, Francisco de Paula Medina e Vasconcelos. Nasceu possivelmente na Madeira, onde viveu alguns anos, antes de ter viajado para Cabo Verde.

⁴⁰ BRITO-SEMEDO, Manuel, *Op. Cit.*

Nesta sequência, de 1877 até 1910, período correspondente ao surgimento do Movimento Liberal ao fim da Monarquia na metrópole, foram publicados dezanove⁴¹ periódicos não oficiais, sejam como: *O Independente* (1877-1889); *Correio de Cabo Verde* (1879); *Echo de Cabo Verde* (1880); *A Imprensa* (1880-1881); *Cidade da Praia* (1880?)⁴²; *A Justiça* (1881); *O Protesto* (1883); *O Povo Praiense* (1886); *O Praiense* (1889); *Praia* (1889); Estas publicações atrás referidas surgiram na cidade da Praia. No entanto, acrescenta-se, ainda, *O Almanach Luso-Africano* (1895-1899), em São Nicolau; *Revista de Cabo Verde* (1899), em São Vicente; *A Alvorada* (1900-1914); *A Esperança*, Suplemento Literário do *Almanach Luso-Africano* (1901), em São Nicolau; *A Liberdade* (1902-1903); *Salve* (1902); *A Opinião* (1902-1903) e *O Espectro* (1904-1909), em São Vicente; e *Cabo Verde* (1907).

De 1910 a 1926, período que abrange a implantação da República à Ditadura militar, surgiram mais dezassete periódicos que, para Brito-Semedo, “deram eco às ideias republicanas e ampliaram as aspirações do povo das ilhas”⁴³: *O Recreio* (1911) e *A Fénix Renascida* (1911-1913), em São Nicolau; *A Voz de Cabo Verde* (1911-1919), *O Independente* (1912-1913) e o *Progresso* (1912-1913), na Praia; *O Mindelense* (1913), em São Vicente; *A Tribuna* (1913-1914), na Brava; *O futuro de Cabo Verde* (1913-1916), na Praia; *A Defesa* (1913-1915), no Fogo; *O Popular* (1914-1915), em São Vicente; *O Caboverdiano* (1918-1919), na Praia; *Cabo Verde* (1920-1921), em São Vicente; *A Seiva* (1921), *A Acção* (1921-1922) e *A Verdade* (1922), na Praia; *O Manduco* (1923-1924), no Fogo; e *Vasco da Gama* (1924), na Praia. Aqui, podemos verificar que houve uma proliferação e expansão dos periódicos para outras ilhas do arquipélago.

De 1926 a 1933, ou seja, da Instauração da Ditadura Militar ao Estado Novo, “(...) devido às limitações de liberdade de expressão imposta pela “Lei de João Belo”⁴⁴, surgiram apenas três jornais e desapareceu todos os títulos que tinham surgidos até a

⁴¹ BRITO-SEMEDO, Manuel – *Op. Cit.* p. 164. Para o mesmo autor, “estes dezanove títulos podem ser considerados significativos, se se tiver em conta que esta fase é a da instalação e do nascimento do prelo, com muitas e longas interrupções e várias restrições à imprensa periódica pela Censura”.

⁴² Não se tem o conhecimento da data exata da referida publicação.

⁴³ *Idem, ibidem.*

⁴⁴ Em 1926, quando da instauração da ditadura em Portugal, é drasticamente restringido o acesso a cargos de diretor de qualquer periódico nas colónias portuguesas, por força do Decreto-Lei nº 12.271, de 3 de Setembro do mesmo ano, mais conhecida por “Lei de João Belo”. Esta medida afetou a existência da imprensa nas colónias na época, face às dificuldades de se encontrarem indivíduos com as qualificações exigidas e predispostos a assumir as correspondentes responsabilidades criminais.

altura: *Hespérides* (1927?), na Praia; *Notícias de Cabo Verde* (1931-1962) e *Alma Arsinária* (1932, em São Vicente).

Em 1933, com a estabilização do regime ditatorial do Estado Novo, verifica-se a ausência quase total da liberdade de expressão. No entanto, esta situação surtiu um efeito contrário ao pretendido, visto que houve, na clandestinidade, uma re proliferação dos periódicos. Assim, antes do surgimento da revista *Claridade* em 1936, surgiram seis periódicos: *Alma* (1933), em São Vicente; *O Eco de Cabo Verde* (1933-1935), na Praia; *Defesa* (1933-1934), em São Nicolau; *Ressurgimento* (1933-1935), em Santo Antão; *Mocidade Caboverdeana* (1935), na Praia; e *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* (1936).⁴⁵

Brito-Semedo faz saber que devido às razões de ordem política ou ideológica e, principalmente, à dificuldade financeira, a maioria destes periódicos teve pouca duração, tendo sido mesmo momentânea a existência de alguns deles. Casos excepcionais de longevidade e/ou de maior impacto no meio cultural/literário cabo-verdiano são os jornais:

A Imprensa (1880-1881) - com diversos textos ficcionais, demonstra certa preocupação com os dramas do arquipélago. De acordo com a Mestre Cláudia Almeida, temos aí, certamente, o primeiro grupo de escritores que, sem grande alvoroço, tratou de incluir a realidade cabo-verdiana nas suas obras.⁴⁶

A Justiça (1881) – poucas publicações com conteúdos literários. Em sua introdução, trazia o lema do liberalismo: “liberdade, igualdade, fraternidade”.

O *Almanach Luso-Africano* (1895-1999), ao contrário d’*A Justiça*, dava uma grande importância às produções literárias. Para Cláudia Almeida, este periódico abordava essencialmente a literatura de ocasião (relacionado muitas vezes com as datas, eventos, acontecimentos, comemorações, etc.).⁴⁷ De entre as publicações, destacam-se os textos *A escravatura na África*, *O Theatro*, de F. Costa e *Criôlo – Ilha de St. Antão*, de Tio Joaquim.

Quanto aos colaboradores, os nomes mais sonantes deste projecto são: A.J d’Oliveira Bouças, Adelina Cabral Varella, Porfírio P. Tavares, Luís Loff Nogueira, A.

⁴⁵ Referre-se que a revista *Claridade* (1936) não pôs fim ao processo de proliferação dos periódicos. Para um estudo pós-*Claridade* dos periódicos, sugere-se a leitura da obra de Manuel Brito-Semedo atrás mencionada.

⁴⁶ ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de Almeida – *Op. Cit.* p. 23.

⁴⁷ *Idem, ibidem*

Vasconcelos Sarmiento, Tio Joaquim, A. da C., José Lopes da Silva, Eugénio Paula Tavares, Gertrudes Ferreira Lima, António Januário Leite, entre outros.

A *Revista de Cabo Verde* (1899) – tinha como objetivo criticar os problemas que afetavam o arquipélago. Era publicada mensalmente na ilha de São Vicente e tinha como diretor o L. Loff e Vasconcelos.

Aqui, foram publicados vários textos, tais como: *Nosso programa*, *Notas soltas de viagem – 1982 – Março – 16* e *O curandeiro d'aldeia*, de Loff de Vasconcelos; *Uma página do livro do mundo – que vale a grandeza da obra, se não é grande quem a fez?* e *Escrivães*, de Luís Medina; *Amores d'uma creola*, de António de Arteaga; *Hora mystica*, de Januário Leite. Guilherme Dantas é o escritor com mais textos publicados. Da sua autoria, temos as seguintes publicações: *Soneto*; *Resposta – A. C.*; *Flor ephemera*; *Souvenir – A. Maria D.* - com epígrafe de Alfred de Musset, e *A mademoiselle*, também traduzido por Alfred de Musset.

Para Cláudia Bernadete, a presença de A. Musset remete-nos ao ultra-romantismo ou a segunda geração dos românticos, e os versos de Guilherme Dantas faziam jus a esta classificação. Os versos tinham um forte apelo romântico.⁴⁸ Vejamos o poema “Resposta”:

“Queres por força que eu diga
no que penso, desviando
meus olhares?... Rapariga,
tenho medo... estou pensando...
Tenho medo, sim! E cismo
que minh'alma não se afoite
a perder se n'esse abismo
de teus olhos côr da noite!...”⁴⁹

Ainda, Cláudia Bernardete considera que a maioria das poesias publicadas na revista tinha uma forte característica ultra-romântica, distante do realismo ou do decadentismo que vigorava em Portugal. A mesma investigadora acrescenta que se no aspeto político e social a sua proposta era a de uma atitude crítica ante os problemas vigentes, no âmbito literário, privilegiando a continuidade do estilo das décadas anteriores, a revista tinha como objetivo primordial dar a conhecer alguns autores de importância para o incipiente meio literário cabo-verdiano, como Luís Medina e

⁴⁹ *Apud* BERNARDETE, Cláudia Veiga de Almeida – *Op. Cit.* p. 27.

Guilherme Dantas. A polémica literária e as novas correntes estéticas estiveram longe dos seus propósitos.⁵⁰

Por fim, Brito-Semedo assegura que tanto jornal e tanta revista haveriam, sem dúvida, de estimular a produção jornalística e literária que, por seu turno os alimentaria também. É desta forma que os primeiros escritores cabo-verdianos tiveram a sua estreia ou começaram a revelar-se mediante a publicação de artigos, poesia, contos, novelas e mesmo romances nos jornais periódicos, em forma de folhetim, permitindo a sua difusão em massa, o que poderia ser de tiragem restrita e confidencial.⁵¹

Em síntese, jornalismo e literatura nascem juntos em Cabo Verde. Ou seja, compreende-se que, durante o período colonial, a literatura cabo-verdiana, à semelhança das outras literaturas do território da África lusófona, encontrou “(...) nos jornais espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência face a um sistema colonialista que ignorava o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão do povo subjugado.”⁵²

⁵⁰ BERNARDETE, Cláudia Veiga de Almeida – *Op. Cit.* p. 21-28.

⁵¹ BRITO-SEMEDO, Manuel, *Op. Cit.*

⁵² OLIVEIRA, Jurema José de - *As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial>. Consultado em 23 de Out. de 2012.

II

LITERATURA E CONTEXTO SOCIAL

1. A literatura da África Lusófona

A investigadora brasileira Rosenil Reis, no seu artigo intitulado *Literatura e Realidade Social*, declara que ao longo dos tempos as inúmeras manifestações artísticas expressas pela pintura, música, arquitetura, dança, escultura e outras, cumpriram sempre uma função social de uma determinada época: escrever a realidade vivida por um povo, exprimindo as suas crenças e valores, a sua cultura, os seus costumes, bem como as suas ideologias políticas e sociais.⁵³

No campo da crítica literária, a literatura pode também ser entendida como uma instituição social que utiliza, como meio de expressão, a linguagem – que é uma criação social. Nas palavras de Maurício Silva, a literatura pode refletir “a sociedade na qual ela se encontra invariavelmente inserida”. O autor acrescenta que “(...) por mais que alguns críticos e teóricos defendam a separação radical entre a literatura e a sociedade, numa acirrada defesa da literariedade, há um fator determinante nessa discussão: ambas, literatura e sociedade, estabelecem entre si uma relação necessária de interdependência, na medida em que se trata de conceitos marcados por um sentido de reciprocidade, sendo possível equacionar – numa mesma obra – tanto a natureza essencialmente estética da literatura quanto a conformação fundamentalmente política da sociedade”.⁵⁴

No contexto da África Lusófona, é bem conhecido o papel preponderante desempenhado pela literatura no processo da luta pela libertação durante o período colonial português, na medida em que os autores se comprometeram com uma escrita de relatos de histórias e de situações sociais provocados pela colonização. A literatura assumiu, deste modo, o trabalho de colocar no seu discurso, nas suas obras, o “eu” africano, a voz do africano, mostrando uma clara ligação entre a teoria e a prática, o desejo de mudança e, sobretudo, o anseio pela Independência.

No século XX, em particular, tendo subjacente como pressuposto a ideia de libertação/independência, o escritor africano apresentou uma literatura que conseguiu “aliar um projeto estético a um projeto ideológico”. A “(...) arte como categoria idealizada da criatividade humana, proveniente da inspiração inacessível aos homens comuns – como era entendida, por exemplo, pelos românticos –, abandonou essa condição supra-humana para se colocar como criação da mais pura vontade do homem e

⁵³ REIS, Rosenil – *Literatura e Realidade Social*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/literatura-e-realidade-social/34935/>. Consultado em 25 de Agosto de 2012.

⁵⁴ SILVA, Maurício – “Identidade Cultural e consciência nacionalista nas literaturas africanas lusófonas: uma introdução.” *IPOTESI, Juiz de fora*. Vol. 14. nº 2 (Jul. – Dez. 2010). p 39.

da sociedade.”⁵⁵ O crítico antilhano Frantz Fanon, cujo trabalho se centra na abordagem do mundo negro durante o jugo colonial, considera que é a fase da luta, na qual, “o intelectual nativo, após ter entranhado com o povo e no povo, começa a inflamar o povo (...) e torna-se o despertador do povo”.⁵⁶

Esta literatura militante, produzida por uma elite letrada e politizada, veio articular-se com os movimentos de libertação nacional e desempenhou as funções de denúncia e protesto,⁵⁷ apresentando obras que dialogassem, de certa forma, com o discurso histórico e com as questões sociais. Russel Hamilton adverte que era uma literatura que “(...) convinha mais a expressão de revolta e a denúncia social, pontual e emocional de quadros históricos, sociais e políticos”.⁵⁸

Nesta sequência, muitas obras surgidas durante essa época têm sido interpretadas em conexão com o contexto político da altura. Estas publicações são vistas quase como autênticos “testemunhos sociais”, isto é, apresentam-se como um documentarismo histórico. Como exemplo destas criações, destacamos a de João Albasini (*O livro da dor*, 1925) – Moçambique; António de Assis Júnior (*O segredo da morta*, 1929/1935) – Angola; Fausto Duarte (*Auá*, 1934) – Guiné-Bissau; Baltasar Lopes (*Chiquinho*, 1947) – Cabo Verde; José Luandino Vieira (*Luuanda*, 1964) – Angola; Francisco José Tenreiro (*Coração em África*, 1982) – São Tomé; entre outras.⁵⁹

Não obstante inúmeros romances editados, salientamos que na altura havia certa preferência dos escritores africanos pela *Poesia*, enquanto forma de reivindicação social. Isto se deve à “(...) facilidade de memorização, o que permitia a sua transmissão mais rapidamente, já que a sua mensagem tinha como finalidade operar uma intervenção na sociedade”⁶⁰. Sobre o papel da Poesia, Manuel de Souza Silva justifica que “de um lado, estão os que a aceitam, sem restrições, por seu viés político-ideológico: a poesia, entende-se, é o veículo de transmissão e ampliação da revolta. A construção é feita por aqueles que a recusam por sua “pouca poeticidade”, por sua

⁵⁵ SILVA, Maurício – “Identidade Cultural e consciência nacionalista nas literaturas africanas lusófonas: uma introdução.” *IPOTESI, Juiz de fora*. Vol. 14. nº 2 (Jul. – Dez. 2010). p. 39.

⁵⁶ *Apud* BONNICI, Thomas – *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem. 2000. p. 27.

⁵⁷ *Vide* FERNANDES, Margarida – *Os textos e os contextos: As literaturas africanas de língua portuguesa entre a ficção e a realidade*. Centro de Estudos de Culturas Lusófonas da FCSH/UNL. s/d.

⁵⁸ HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana, Literatura Necessária I. Angola*. Porto: Edições 70. 1975. p. 178.

⁵⁹ *Ver* SILVA, Maurício – *Op. Cit.* p. 40.

⁶⁰ CAMPOS, Josilene Silva – *A historicidade das literaturas africanas de língua oficial portuguesa*. s/d. p.4.

“excessiva instrumentalização”, por seu “panfletarismo”, ou seja, por não seguir as receitas da tradição poética.⁶¹

Deste modo, compreende-se que os autores elegeram a poesia em detrimento de outros gêneros com o propósito de melhor expressar a preocupação social do homem africano, conseguindo, através desta, elevar a realidade social ao conhecimento universal. Esta importância dada a Poesia encontra-se bem documentada no poema *Motivo*, do Poeta angolano, Costa Andrade:

“juntei na mão
os meus poemas
e lancei-os ao deserto
para que as areias
se transformem em protesto.
sejam catanas armas ou punhais
sejam protesto.
sobre a terra prometida
o mundo:
e uma arma tão forte que construa
os alicerces desta sede insaciável de criar
independência.

II
poesia
será depois a revolução
em seu entendimento permanente.

além da substância
nem o azul
poderá mover
outras lembranças.

lançados no caminho
iremos segredando à continuidade
desde os contos de ninar
aquilo que nos é amor e causa.”⁶²

Aqui, nas palavras de Vera Lúcia Oliveira, a “poesia não se concretiza apenas como texto, como signo abstrato, mas é poesia-arma, poesia-voz coletiva, canto da indignação de uma nação inteira diante da marginalização que sofre, do sofrimento e da miséria de tantos, do heroísmo dos que caíram na luta”.⁶³

⁶¹ *Apud* CAMPOS, Josilene Silva – *Op. Cit.* p.4

⁶² ANDRADE, Fernando Costa - *Poesia com Armas*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1975. p. 21.

⁶³ OLIVEIRA, Vera Lúcia de – “Fernando Costa Andrade: poeta angolano em luta.” *Via atlântida*. Nº 3 (Dez. – 1999).

De influência portuguesa e brasileira, o neorrealismo foi a tendência literária dominante nestas produções literárias, na medida em que, na altura, os escritores recusaram a assunção dos valores incutidos pela metrópole e, em contrapartida, através das suas obras, criticaram a organização social e os males resultantes dessa má organização.

Seguindo esta linha de pensamento, defendemos que a literatura da África Lusófona esteve, nessa época, em consonância com o tipo de função desempenhada pela História, visto que o escritor se transformara numa espécie de investigador “(...) utilizando os documentos e as técnicas do trabalho de campo”.⁶⁴ Cabe a ele apoderar-se da linguagem, exaltar a realidade que se faz sentir e o desejo do povo angustiado. A título de exemplo, vejamos o poema *Tecto de Silêncio*, do poeta guineense Tony Tcheka, pseudónimo de António Soares Lopes Júnior:

“Ergo a minha voz
e firo o tecto de silêncio
nego a morte de crianças
porque há mingua de medicamentos

Na angústia
liberto o verbo
mordo o pólen da desgraça
que grassa
nesta África desventurada
em obra
e graça
Subdesenvolvendo-se

Coloco andaimes
nos alicerces do tempo
Perscruto os ventos
Circunciso as ondas
Nego a convivência da paciência
que amordaça a fala
e cala o sentimento

Exorcizo o paludismo
Apeio a poliomielite
Amputo a desgraça
e eis a graça da criança
florescendo a vida.”

⁶⁴ COPANS, Jean – *Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Ed. 70, 1981. p. 37.

No poema é visível o papel do poeta que, através das suas criações, se preocupa em dar voz ao povo africano. Verifica-se também a mesma atitude no poema *Adeus à Hora da largada*, do poeta angolano Agostinho Neto:

“(…)
Hoje,
somos as crianças nuas das sanzalas do mato
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos
nos areais ao meio-dia
somos nós mesmos
os contratados a queimar vidas nos cafezais
os homens negros ignorantes
que devem respeitar o homem branco
e temer o rico
somos os teus filhos
dos bairros de pretos
além aonde não chega a luz eléctrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte
teus filhos
com fome
com sede
com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens
nós mesmos

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
Cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.”⁶⁵

Certificamos, mais uma vez, a representação da realidade e do sentimento de revolta. Também constatamos o compromisso, por parte do poeta, em pensar uma identidade, uma nação livre e melhor.

Conclui-se assim que na África Lusófona, durante o período da assunção da identidade cultural e da luta pela Independência, a literatura serviu “(…) de instrumento para retratar a realidade, com o intuito de pensar, persuadir, informar, documentar,

⁶⁵ Apud FERREIRA, Manuel – *no reino de Caliban II, Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa. Angola e São Tomé e Príncipe*. 2º Vol. Plátano Editora, [1988]. p. 102-103.

alertar, reflectir (...) ”⁶⁶ esta mesma realidade. Por estes motivos, Margarida Fernandes assegura que “a língua do poder deu lugar ao poder da língua.” ⁶⁷

2. A obra literária e os condicionantes sociais: breve reflexão

“Buscar, no texto literário, a sociedade, suas características, os fatos mais relevantes não se justifica por si só. O texto literário não é a sociedade e não se presta a fixá-la. Voltar-se para ele, a partir de uma posição que privilegie o contexto social, significa valorizar a sua qualidade estética e rastrear indícios da sociedade que foram filtrados pelo narrador. A sociedade adquire relevância quando se torna parte integrante, interna, da própria narrativa, sendo possível revisitar as forças colocadas em choque na conformação social.”⁶⁸

Atualmente, no campo da crítica literária, e não só, são vastas as teorias referentes à correlação entre a literatura e a realidade/sociedade⁶⁹. De entre essas teorias, destacamos, com maior ênfase, a do brasileiro Antônio Cândido que, na sua obra, *Literatura e Sociedade*, procura analisar as implicações inerentes ao vínculo existente entre a realidade social e a obra produzida e vice-versa.

Primeiramente, de acordo com Antônio Cândido, na relação entre uma obra literária e a sociedade, é preciso “(...) evitar o ponto de vista mais usual que se pode qualificar de paralelístico, pois consiste essencialmente em mostrar, de um lado, os aspetos sociais e, do outro, a sua ocorrência nas obras, sem chegar ao conhecimento de uma efetiva interpenetração”⁷⁰. Esta interpenetração dá-se mediante a simbiose entre os fatores externos (os condicionamentos sociais) e os internos (o génio criativo do autor).

⁶⁶ CAMPOS, Josilene Silva – *Op. Cit.* p. 8.

⁶⁷ FERNANDES, Margarida – *Op. Cit.* p. 41.

⁶⁸ SANTOS, Elaine dos – “Literatura e Sociedade: rompendo paradigmas – A resistência da mulher negra em uma sociedade branca, urbana e machista.” *Terra roxa. Revista de Estudos Literários*. Vol. 17-B. (Dez. 2009) – ISSN 1678-2054. p. 105.

⁶⁹ Este interesse dos críticos em compreender essa correlação existente entre o mundo das artes e a sociedade em que são produzidas não é recente, embora o seu estudo se tenha acentuado, principalmente, na segunda metade do século XX, com a publicação, em França, em 1963, de *A teoria do romance*, de Georg Lukács, bem como dos estudos, ainda na década de 1950, de Lucien Goldmann, considerado um dos mais prestigiosos divulgadores dos estudos sociológicos aplicados à Literatura. Mas, de acordo com Jean-Yves Tadié, o que hoje podemos chamar de *sociologia da literatura* teria as suas origens teóricas ainda em princípios do século XIX. Estas origens remontam à passagem do século XVIII para o século XIX, sendo a Revolução Francesa e os seus efeitos considerados o embrião deste processo. *Vide* NETO, Miguel Leocádio Araújo – “A sociologia da literatura: origens e questionamentos”. *Entrelaces*. (Agos. 2007). p. 16.

⁷⁰ CÂNDIDO, Antônio – *Literatura e Sociedade*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 9. Neste artigo, para evitar sucessivas citações, referimos que todas as referências deste autor estão circunscritas entre as páginas 9-33, desta mesma obra.

Para o autor, na composição da obra literária “(...) o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, [acabando por se tornar], portanto, interno”. De forma combinada, dentro da obra, todos estes fatores transformam-se em elementos estéticos. A obra literária é, por conseguinte, algo único e com um sentido próprio, alheio à reprodução mecânica de evidências, factos e instituições de ordem social.

Cândido refere que “o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos fatores que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros.” Deste modo, “o essencial passa por perceber a obra como um todo indissolúvel, fruto de um tecido formado por características sociais distintas, porém complementares.” Assim, o autor afirma que a obra literária deve ser estudada pelo crítico como um produto estético e não como um mero documento social ou reflexo da realidade. No entanto, não devemos ignorar as ligações que a obra estabelece com a realidade exterior.

Além da estrutura orgânica da obra, A. Cândido avalia e valoriza a contribuição das inúmeras ciências sociais para o estudo da obra literária, sem, no entanto, descartar a importância da “crítica literária pura e simples”. Isto porque, segundo ele, “uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológico, psicológico ou linguístico, para utilizar os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente. Mas, nada impede que cada crítico saliente o elemento da sua preferência, desde que utilize como componente da estruturação da obra.” O crítico ressalta, ainda, que “(...) a crítica atual, por mais interessada que esteja nos aspetos formais, não pode dispensar nem menosprezar disciplinas independentes como a sociologia da literatura e a história literária sociologicamente orientada, bem como toda a gama de estudos aplicados à investigação de aspetos sociais das obras, - frequentemente com finalidade não literária.” Porém, “(...) sociólogos, psicólogos e outros manifestam às vezes intuítos imperialistas, tendo havido momentos em que julgaram poder explicar apenas com os recursos das suas disciplinas a totalidade do fenómeno artístico.”

Ainda neste processo de interligação da obra com a realidade, devido ao carácter distorcido da literatura que nos possa induzir em erro, A. Cândido considera “(...) que é preciso ter consciência da relação arbitrária e deformante que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-lo e transpô-lo rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de *poiese*”. O autor justifica esse carácter distorcido da realidade com o argumento de que a “(...) liberdade [do autor],

mesmo dentro da orientação documentária, é o quinhão da fantasia, que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva; de tal maneira que o sentimento da verdade se constitui no leitor graças a esta traição metódica”.

Deste modo, de forma a evitar o erro, é preciso ter em consideração que “o social passa por um processo de interiorização em que o autor o reconstrói mediante a sua percepção, recriando, conseqüentemente, algo próprio e subjetivo.” Aqui, constatamos que se trata de um processo progressivo, na medida em que o escritor acolhe o social e o transforma em outra coisa, neste caso, em obra literária. Nesta sequência, Cândido diz que, citando Sainte-Beuve, “o poeta não é uma resultante, nem mesmo um simples foco refletor; possui o seu próprio espelho, a sua mônada individual e única. Tem o seu núcleo e o seu órgão, através do qual tudo o que se passa se transforma, porque ele combina e cria ao devolver à realidade”. Nesta linha de pensamento, o autor adverte que “achar, pois, que basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la é correr o risco de uma perigosa simplificação causal”. E, para finalizar, sugere que “a análise do conteúdo social de uma obra deve seguir mais como uma afirmação de princípios do que uma hipótese de investigação”.

Tal como António Cândido, outros autores abordaram também o tema em causa. De entre esses autores, destacam-se nomes como René Wellek, Austin Warren, Afrânio Coutinho, Salvatore D’Onofrio, Lucian Goldmann, Alves Redol, entre outros.

Alves Redol, considerado um dos expoentes máximos do neorrealismo português, numa conferência sobre a Arte, organizada a 17 de Junho de 1936, no Grémio Artístico Vilafranquense, afirma que:

“Não é a sociedade que serve o artista, mas o artista que serve a sociedade; A arte deve contribuir para o desenvolvimento da consciência e para melhorar a ordem social; A “arte pela arte” é uma ideia tão extravagante em nossos tempos como a de “riqueza pela riqueza” ou a de “ciência pela ciência”; Todos os assuntos devem servir em proveito do homem, se não querem ser uma vã e ociosa ocupação; a riqueza existe para que toda a humanidade a goze; a ciência para guia do homem; a arte deve servir também para algum proveito e não deve ser apenas, um prazer estéril.”⁷¹

O crítico Massaud Moisés, numa análise aos romances de Alves Redol, demonstra que as obras literárias podem possuir tanto o valor documental quanto estético:

“(…) a fim de alcançar a denúncia de um estado de coisas requerentes de transformações radicais, lança mão de um estilo de reportagem, que procura

⁷¹ *Apud* GARCEZ, Carlos – *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*. Lisboa: Caminho, 1980. p. 84.

captar os tipismos da localidade em que a fabulação transcorre e os pormenores plásticos e o ritmo poético das frases completam a impressão de que Alves Redol, compõe, na realidade, sagas apaixonadas, tendo como herói o trabalhador preso ao fado adverso.”⁷²

No lado oposto, há quem defende a total separação entre a literatura e a realidade/sociedade. José Régio, um dos grandes vultos do Modernismo português, numa rigorosa defesa de “arte pela arte”, defende a independência do artista de “toda a espécie de convenções exteriores à obra de arte”. Para o autor:

“A Arte só existe verdadeiramente quando assumida num plano puramente individual alheio “de qualquer fé política, de qualquer preocupação de partido, de qualquer doutrinação religiosa, de qualquer ambição nacionalista, de qualquer constrangimento social”. Um artista verdadeiro não abdica nunca “da sua finalidade artística”: “A arte é uma recriação individual do mundo (...). É que na Obra de Arte, o mundo existe através da individualidade do Artista.”⁷³

De uma forma resumida, podemos perceber que não é fácil apurar o ponto até onde a literatura é efetivamente determinada pelo ambiente social ou dele dependente. Contudo, apesar de existências de teorias contrárias, constatamos que a literatura reflete, muitas vezes, a realidade social vigente em certo período histórico.

Não há dúvida de que certas criações literárias podem servir como fontes ou como documentos históricos. Aliás, não podemos negar que muitas das histórias que hoje se conhecem foram relatadas por diversas criações literárias. No entanto, achamos que nunca se deve tomar uma obra de arte como cópia fidedigna da realidade que a inspirou, uma vez que a ilusão da realidade se dá na construção interna da obra: como se desenham e como se constroem as personagens, e como o autor deixa registada a sua marca pessoal.

⁷² MOISÉS, Massaud – *A Literatura portuguesa*. 27 ed. São Paulo: Cultrix: 1994. p. 276

⁷³ RÉGIO, José – “Literatura livresca e literatura viva.” *In Presença*. Coimbra, nº 9, (Fev. 1928). p. 4

III

A LITERATURA CABO-VERDIANA

1. A literatura africana de expressão portuguesa

As literaturas africanas de língua portuguesa, no contexto mundial das literaturas, são ainda jovens, com cerca de 150 anos de existência. No entanto, o seu resultado é, “(...) fruto de um longo processo histórico de quase quinhentos anos de assimilação (desde o século XVI), ocorrida basicamente devido à colonização sofrida por tais países pelo colonizador, Portugal.”⁷⁴

Nos seus primórdios, constata-se que a literatura da África Lusófona estava deslumbrada com os modelos europeus e divorciada da realidade africana. Isto porque era um tipo de literatura que, segundo Manuel Ferreira, se definia “(...) essencialmente pelo facto de o centro do universo narrativo ou poético se vincular ao homem europeu e não ao homem africano. O branco é levado à categoria de herói mítico, o desbravador das terras inóspitas, o portador de uma cultura superior. (...). Predominavam, então, as ideias da inferioridade do homem negro”. E, “paradoxalmente, o branco é eleito como o grande sacrificado”.⁷⁵ No geral, nos seus textos, os autores africanos davam maior ênfase à metrópole em detrimento da colónia. Os escritores falavam de tudo menos do povo, do seu meio ambiente, dos seus hábitos e da sua problemática. Era assim uma literatura de imitação que ia buscar a “inspiração” e os assuntos em fontes exteriores.

Posteriormente, Dalva Almeida Pontes *et tal* faz-nos saber que o escritor africano, apesar dos esforços dos governos portugueses em sentido contrário, começou a receber constantemente as influências do exterior. Assim, a sua escrita começou a revelar, na forma e no conteúdo, contacto com movimentos e correntes literários da Europa e da América, onde se destaca o movimento de *Negritude*.⁷⁶

Quanto ao surgimento e à evolução da corrente *Negritude*, Petrônio Domingues, no seu texto *Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica* diz que foi “em Paris, no período “entre-guerras”, que um grupo de estudantes negros oriundos dos países colonizados (Antilhas e África) iniciou um processo de mobilização cultural.”⁷⁷ Segundo este estudioso, quando esses estudantes começaram a frequentar as universidades europeias - sobretudo as de Paris e Londres - constataram que a

⁷⁴ ALMEIDA, Dalva Pontes de; ALMEIDA, Raquel Pontes de; CAETANO, Marcelo Moraes – “Considerações sobre as literaturas africanas de expressão portuguesa.” *SOLETRAS*. São Gonçalo: UERJ. Ano IX, Nº 17. (Jan./Jun. 2009). p. 50.

⁷⁵ FERRERIA, Manuel - *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa - I. Biblioteca Breve. Série Literatura*. Vol. 6. Instituto de Cultura Portuguesa. 1977. p. 10-11.

⁷⁶ Vide ALMEIDA, Dalva Pontes de; ALMEIDA, Raquel Pontes de; CAETANO, Marcelo Moraes – *Op. Cit.* p. 52.

⁷⁷ DOMINGUES, Petrônio – “Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica.” *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. Londrina, V. 10, nº 1. (Jan. Jun. 2005). p. 25-40.

civilização ocidental não era um modelo universal e absoluto tal como era ensinado na colônia. Neste contexto, despertou-se uma consciência racial, e, por conseguinte, a disposição de lutar a favor do resgate da identidade cultural esvaecida do povo negro. Assim, de acordo com P. Domingues, em Junho de 1932, alguns estudantes negros antilhanos publicaram a revista *Légitime Défense*, com o propósito de denunciarem a opressão racial e a política de dominação cultural colonialista. Além disso, os jovens fundadores da revista apregoaram a libertação do estilo, da forma e da imaginação frente aos modelos literários franceses. Dois anos depois, em 1934, o autor afirma que os estudantes negros lançaram, em Paris, a revista *L'étudiant Noir*. Aqui, Léon Damas proclamava: "não somos mais estudantes martinicanos, senegaleses ou malgaches, somos cada um de nós e todos nós, um estudante negro". Contrapondo-se à política assimilacionista das potências europeias, o crítico defende que esse grupo retomou a bandeira a favor da liberdade criadora do negro e condenou o modelo cultural ocidental. Neste período, adquiriram notoriedade os três diretores da revista: Aimé Césaire (Martinica) - que foi o criador da palavra negritude - Léon Damas (Guiana Francesa) e Léopold Sédar Senghor (Senegal).⁷⁸

Consideramos assim a *Negritude* como movimento impulsionador de uma consciência racial, de assunção das estruturas e dos valores africanos, tendo como suporte a construção de um discurso de apelo ao orgulho negro, de regresso às origens negras.

No espaço da África Lusófona, a negritude chegou mais tarde. A sua inserção na literatura deve-se ao santomense Francisco José Tenreiro com o poema *Ilha de Nome Santo*, em 1945. Mas esta corrente só se torna estruturada com a Casa dos Estudantes do Império (1945), mandada posteriormente encerrar pelo governo português devido a suspeitas de atividades políticas. Contudo, ressurgiu com o nome de Centro de Estudos Africanos, com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, José Francisco Tenreiro e Mário de Andrade. Aqui, os escritores procuraram também se distanciar da produção literária-colonial e criar um espaço alternativo àquele que, até aí, se considerava, segundo o modelo proposto pela metrópole, desprovido de individualidade.

Para Manuel Ferreira, "(...) se a negritude se caracterizava por uma ação cultural, literária e sociológica, o certo é que política era a sua contextura, já que se propunha reivindicar o direito de colocar em pé de igualdade com a cultura branca os

⁷⁸ Vide DOMINGUES, Petrônio – "Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica." *Mediações – Revista de Ciências Sociais*. Londrina, V. 10, nº 1. (Jan. Jun. 2005). p. 25-40.

valores culturais afro-negros, ao mesmo tempo que no plano dos direitos humanos, reclamava um estatuto comum dos povos africanos e europeus.”⁷⁹

Na sequência do que já foi dito, constatamos que existe um processo evolutivo quando se fala em literaturas da África Lusófona. É sob esta perspectiva que Manuel Ferreira propõe a existência de quatro momentos distintos neste tipo de literatura. Segundo este crítico literário,

“No primeiro momento, o escritor africano está em estado quase absoluto de alienação. Os seus textos poderiam ter sido produzidos em qualquer outra parte do mundo: é o momento da alienação cultural. O segundo momento corresponde à fase em que o escritor manifesta a percepção da realidade. O seu discurso revela a influência do meio, bem como os primeiros sinais de sentimento nacional, tais como a dor de ser negro, o negrismo e o indigenismo. O terceiro momento é aquele em que o escritor adquire a consciência de colonizado. A prática literária enraíza-se no meio sociocultural e geográfico: é o momento da desalienação e do discurso da revolta. O quarto momento corresponde à fase histórica da independência nacional, quando se dá a reconstituição da individualidade plena do escritor africano: é o momento da produção do texto em liberdade, da criatividade e do aparecimento de outros temas, como o do mestiço, o da identificação com África, o do orgulho conquistado.”⁸⁰

Por outro lado, Patrick Chabal, à semelhança de Manuel Ferreira, mas num contexto mais historicista propõe também quatro fases divergentes das literaturas africanas de língua portuguesa:

“A primeira fase é a de assimilação. Nesta fase os escritores africanos, quando lhes foi dada a oportunidade de produzir esteticamente, copiaram e imitaram os mestres, sobretudo os europeus. A segunda fase é a da resistência. Aqui, o escritor africano assume a responsabilidade de construtor, mensageiro e defensor da cultura africana. É a fase do rompimento com os moldes europeus e consciencialização definitiva de que o *homo* africano é tão *sapiens* como o europeu. Esta fase coincide com a negritude lusófona, com a consciencialização da africanidade, sob a influência de negritude de Aimé Césaire, Léon Damas e Léopol Senghor. A terceira fase da literatura africana coincide com o tempo da afirmação do escritor africano como tal e, segundo o mesmo teórico, verifica-se depois da independência. Mais do que praticar o “exorcismo do imperialismo cultural”, o escritor procura marcar o seu lugar e definir a sua posição nas sociedades pós-coloniais em que vive. A quarta fase, que corresponde à actualidade, é a consolidação do trabalho que se fez em termos literários, momento em que os escritores procuram traçar os novos rumos para o futuro da

⁷⁹ FERREIRA, Manuel – *no reino de Caliban I. Op. Cit.* p. 86.

⁸⁰ *Apud* FONSECA, Maria Nazareth Soares e MOREIRA, Terezinha Taborda – *Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. [Em linha]. Disponível em http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf. Consultado em 26 de Agosto de 2012.

literatura dentro das coordenadas de cada país, ao mesmo tempo em que se esforçam por garantir, para essas literaturas nacionais, o lugar que lhes compete no *corpus* literário universal.”⁸¹

Tendo em conta este processo evolutivo, Maria Fonseca e Terezinha Moreira afirmam que o estudo da produção literária dos escritores africanos deve ser feito “(...) mediante uma abordagem diacrónica das literaturas a que pertencem, o qual observe: as dificuldades do sujeito poético de se encontrar com o seu universo africano; o fato de que grande parte da produção literária reflete a busca da identidade cultural e a tomada progressiva de uma consciência nacional; o facto de que é sempre possível detetar, nos autores, o momento poético da luta, que se configura num discurso de resistência e de reivindicação por mudanças; as mudanças que encaminham para um processo de releitura constante que liga o presente e o passado na construção de uma África que se renova continuamente.”⁸²

Conclui-se assim que as literaturas africanas de expressão portuguesa emergiram como meio de se imporem perante o sistema colonial, ou seja, surgiram “ na sequência da negação de tentativa, por parte da metrópole, de impor seu *modus vivendi* e seu *modus agendi* sobre a colónia. O africano quer retratar o que tem de peculiar, e, com isso, contribuir com a História, e não manter como mero simulacro de Portugal.”⁸³

⁸¹ *Apud* FONSECA, Maria Nazareth Soares e MOREIRA, Terezinha Taborda – *Op. Cit.*

⁸² FONSECA, Maria Nazareth Soares e MOREIRA, Terezinha Taborda – *Op. Cit.*

⁸³ *Vide* ALMEIDA, Dalva Pontes de; ALMEIDA, Raquel Pontes de; CAETANO, Marcelo Moraes – *Op. Cit.* p. 55.

2. Contexto geral da literatura cabo-verdiana

De acordo com Lilian Barbosa, o arquipélago de Cabo Verde, tal como os outros países de língua portuguesa, foi também explorado e sofreu com a ditadura vinda do colonizador português. No entanto, os conflitos foram menos sangrentos do que, por exemplo, em Angola e Moçambique, onde as investidas foram bélicas e se estenderam aproximadamente de 1961 a 1974.⁸⁴

Por outro lado, como foi referido anteriormente, “desde muito cedo, a terra, bem como os centros de controlo e administração passaram para as mãos de uma burguesia nascida em Cabo Verde, formada, maioritariamente, por mestiços. Assim, no geral, o impacto do colonialismo não foi tão drástico em Cabo Verde como o foi nas outras ex-colónias da África portuguesa.”⁸⁵

Nesta sequência, apesar de uma dominação cultural que durou cinco séculos, Simone Caputo Gomes faz-nos saber que Cabo Verde, ao contrário das outras ex-colónias, “(...) cedo começou a resistir, reivindicando a sua identidade. Essa resistência expressava-se através da fala cabo-verdiana (o crioulo), das vozes entoando *mornas*, das cantigas de trabalho, dos repiques do batuque, da euforia do *funaná* dançado, dos poemas engajados, dos contos “di bóka tardi” (...).”⁸⁶

No campo literário, as situações acima descritas criaram condições necessárias para um aparecimento precoce da literatura cabo-verdiana. As primeiras manifestações literárias datam do século XIX. No entanto, ainda não se tratava de uma literatura propriamente cabo-verdiana.

Abrimos aqui apenas uma exceção, visto que após a introdução do prelo, em 1842, é publicado o romance *O Escravo*, em 1856, de José Evaristo de Almeida, tido pela história literária como o primeiro romance cabo-verdiano, quer pela autenticidade das personagens, quer pela realidade nativa e pela conflitualidade social que nele se refletem. Considera-se que o autor, além de ter dado início à ficção em Cabo Verde, deu também um importante contributo para a construção dos alicerces da literatura nacional do arquipélago, na medida em que o romance é considerado um testemunho indelével da tragédia do povo cabo-verdiano no quadro da sociedade colonial-escravocrata, a qual tinha “como sustentáculo e “ratio” fundamentais a negação do negro, enquanto entidade

⁸⁴ BARBOSA, Lilian – “Literatura Caboverdiana: Um caso a parte.” *Revista Argumento*. Ano 11. Nº 17. (2010).

⁸⁵ Vide COSTA, José Francisco – *Poesia Africana de Língua Portuguesa*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.cronopios.com.br/site/ensaios.asp?id=1208>. Consultado em 15 de Agos. de 2012.

⁸⁶ GOMES, Simone Caputo – *A poesia de Cabo Verde: Um trajeto Identitário*. s/d.

social e racial desprovida da possibilidade de amar livremente e de ser sujeito de quaisquer relações consubstanciadora de humanidade.”⁸⁷ Manuel Ferreira assegura que *O Escravo* é um “romance libertador, procurando redimir a humilhação escrava e compreender e valorizar o homem africano em geral.”⁸⁸

O político/escritor Amílcar Cabral, no seu texto *Apontamentos sobre a literatura cabo-verdiana*, diz que, inicialmente, a produção literária que se fazia em Cabo Verde caracterizava-se por uma fuga quase total ao ambiente, criando uma expressão poética que nada tem de comum com a terra e o povo do arquipélago.

Para Cabral, os poetas, possuidores de uma cultura clássica, adquirida principalmente no Seminário de São Nicolau, que em alguns atingem até um grau verdadeiramente elevado, esqueceram a terra e o povo. Ainda acrescenta que de olhos fixos no que aprenderam nos livros e que talvez suponham insuperável, esses poetas pouco mais conseguem do que imitar os autores seus conhecidos, produzindo uma Poesia em que o amor, o sofrimento pessoalíssimo, a exaltação patriótica e o saudosismo eram traços comuns.⁸⁹ A título de exemplo, vejamos o poema de António Januário Leite:

Saudade
“(À memória da minha estremecida mãe)

Alma mais simples do que a flor singela,
E coração de rola a mais sentida,
A minha santa mãe inesquecida
Era o ideal das mais: tal era ela

Não mais verei a luz da minha estrela
No céu caliginoso desta vida!
Que resta a [à] alma pela dor vencida,
Nas trevas desta noite de procela?

Apenas mil lembranças! e, suspenso,
O éco da sua voz e a soledade!...
Ó mãe se numa balança, tal qual penso,

Existe no teu mundo, a eternidade,
Mãe, põe dum lado o teu amor imenso,

⁸⁷ ALMADA, José Luís Hopffer – “A Poética cabo-verdiana e os caminhos da nova geração.” In *Fragmentos*. Revistas de Letras, Artes e Cultura. AnoIV, Nº 7/8, (Dez. 1991).

⁸⁸ Vide FERREIRA, Manuel – *Literatura Africanas de Expressão Portuguesa I*. Biblioteca breve. Vol. 6. Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

⁸⁹ Vide CABRAL, Amílcar – “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana.” In: *Obras escolhidas*. Vol. I. Lisboa: Seara nova, 1976. p. 25-29.

E doutro lado põe: a minha saudade!”

(Santo Antão) António Januário Leite⁹⁰

No poema, é evidente a influência da cultura clássica, em particular o respeito à métrica e às rimas. Esta dependência do modelo europeu, de acordo com Cabral, devia-se à própria condição económica em que viviam os poetas cabo-verdianos, distantes das realidades do arquipélago. Eles desfrutavam de posições de relevo e ignoravam ou esqueciam as realidades que os cercavam. Opera-se neles a supremacia de tudo quanto é meramente filosófico, religioso ou moral, sobre o económico. Enquanto o povo, nas letras de *Morna*, canta os seus sofrimentos e amores, os poetas compõem sonetos perfeitos para exaltar sentimentos, as tranças e os olhos da hegéria, as belezas da Grécia ou uma data célebre da História.

Para José Vicente Lopes, foi o isolamento que tornou esses poetas anacrónicos. Permaneceram fiéis ao romantismo, parnasianismo e outros ismos arcadianos, enquanto a Europa que admiravam andava às voltas com o futurismo, expressionismo, surrealismo e outras manifestações artísticas que fizeram história nesse período.⁹¹

Cabral afirma que, em raras exceções, nesses primórdios da literatura cabo-verdiana, há que fazer ressalvas de algumas obras de Eugénio Tavares e Pedro Cardoso, ou seja, reconhecer os seus valores incontestáveis. Ele afirma que em Eugénio Tavares (ao cantar o ambiente Bravense) e Pedro Cardoso (ao traduzir, do crioulo, quadras populares do Fogo) encontram-se já algo do que, mais tarde, se tornaria realidade nos poetas da nova geração: uma comunhão íntima entre o poeta e o seu mundo.

Em certas criações literárias destes escritores nota-se o princípio da afirmação dos valores específicos cabo-verdianos, demonstrando, assim, uma inquestionável coerência no processo de afirmação da cultura nacional. No caso de Eugénio Tavares, podemos afirmar que ele criou, com as mornas, o lirismo clássico, em língua cabo-verdiana. Como se costuma dizer, este poeta vive no coração e na boca do povo. Enfim, antes da Claridade, salvo Eugénio Tavares e Pedro Cardoso, não existiram escritores verdadeiramente cabo-verdianos, como é por demais consabido.

A partir de 1920, em Cabo Verde, “(...) já existia uma elite muito consciente dos problemas que afectavam as ilhas. Essa elite concentrava-se nas ilhas de São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, e muitos eram comerciantes, professores, estudantes e

⁹⁰ LEITE, António Januário – *Poesia*. s/d.

⁹¹ LOPES, José Vicente – “Claridade, vanguarda, modernismo.” In *Terra Nova*. Ano XII – 128. (Jul.-Agos. 1986). p. 4-6.

jornalistas que estavam em contacto com as correntes e os movimentos literários de Portugal, como o modernismo e o neorrealismo. Mas foi sobretudo o modernismo brasileiro que influenciou essa geração de escritores, que começava a tomar consciência cada vez mais nítida da realidade das ilhas. A atenção era focada cada vez mais na terra, no ambiente socioeconómico e no povo das ilhas.”⁹²

Assim, o cabo-verdiano, no intuito de escapar idealmente à limitação da pátria portuguesa, refugiou-se no mito Hesperitano, tendo como móbil a enunciação, em termos míticos, das remotas origens das ilhas crioulas. Os poetas pretendiam, assim, criar uma pátria alternativa à transpátria portuguesa e sedimentar a consciência do cabo-verdiano em relação ao seu torrão-natal.

Para Maria Fernanda Afonso “poeticamente, as ilhas foram designadas por Hesperitanas ou Hespérides, porque segundo a lenda, o arquipélago seria o resto de um misterioso continente, chamado Atlântida, situado entre a África e a América.”⁹³ Deste modo, ainda que de forma velada, os poetas recorreram ao mito arsinário ou hesperitano como Origem (associada à ideia de Pátria). Observemos, por exemplo, o excerto do poema *Hespérides*, de Pedro Cardoso :

«Referem lendas antigas
Que lá nos confins do mar
As Hespéridas ficavam
E o seu famoso pomar.
Paraíso de ventura
Que de encantos lá havia
Era a terra mais donosa
Que a roda do sol cobria»⁹⁴

Podemos ver que o poeta sugere o regresso à terra-mãe como alternativa à pátria lusitana. Mas o recurso ao mito hesperitano ainda a concebe como terra longínqua, idílica e distante da realidade do arquipélago.

Simone C. Gomes afirma que “as obras de José Lopes e de Pedro Cardoso, já nos seus títulos (*Hesperitanas*, 1928, e *Hespérides*, 1929; *Jardim das Hespérides*, 1926, e *Hespéridas*, 1930, respectivamente) interpretam a origem como: Ilha do velho Hespério, pai das Hespérides, que abrigavam jardins repletos de pomos de ouro, guardados pelo dragão de cem cabeças, morto por Hércules.”⁹⁵ Para a mesma

⁹² FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda – *Op. Cit.*

⁹³ AFONSO, Maria Fernanda – “Escrita e Identidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.” *Latitudes*. Nº 12. (Set. 20001). p. 2-10.

⁹⁴ CARDOSO, Pedro Monteiro – *Hespérides*. Cabo Verde, 1930.

⁹⁵ GOMES, Simone Caputo – *Op- Cit.*

investigadora, o motivo pelo qual o mito foi retomado pelos poetas consiste numa releitura das concepções românticas relativas ao mundo pré-diluviano, muito em voga na virada do século XIX para o XX.⁹⁶ Na mesma linha, Manuel Ferreira acrescenta que o investimento na assunção do mito hesperitano “ (...) é debitário da preocupação de construir um universo defensivo: contra a alienação patriótica e contra o estado extremamente carencial do arquipélago de Cabo Verde, funcionando por isso como mecanismo de compensação”.⁹⁷

Nesta fase embrionária da literatura cabo-verdiana, além dos poetas já mencionados, destacam-se, ainda, nomes como Guilherme Dantas, Luís Medina, Custódio José Duarte, António Januário Leite, Antónia Gertrudes Pusich⁹⁸, Henrique de Vasconcelos, José Lopes, Pedro Monteiro Cardoso, entre outros.

Em 1936, na sequência da busca desesperada pelo novo, da rebeldia estética, da radicalidade moderna surge a revista *Claridade*. Com esta publicação iniciou-se a fase moderna da literatura cabo-verdiana, visto que com esta publicação os escritores propuseram a libertação da literatura cabo-verdiana dos cânones europeus e adequá-la à mundividência do homem cabo-verdiano. Este tema, sendo o nosso objeto de estudo, será desenvolvido nos capítulos que se seguem.

Posteriormente, em Março de 1944, no contexto da Segunda Guerra Mundial, surge, em São Vicente, a geração da *Certeza*, que emerge a volta da revista com o mesmo nome – a revista *Certeza*. De acordo com Manuel Ferreira, “nem sempre o conceito de geração corresponde a uma demarcação estética ou ideológica. Mas, neste caso corresponde.”⁹⁹

Verificamos que esta publicação vai dar continuidade com os pressupostos lançados pela *Claridade*. O ponto de partida era também a redescoberta da realidade social e psicológica das ilhas. No entanto, propõe uma abordagem à identidade cabo-verdiana num tom marcadamente mais ideológico.

⁹⁶ *Idem, ibidem.*

⁹⁷ FERREIRA, Manuel – “O mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido.” In: *Les Littératures africaines de langue portugaise*. 1985. p. 245-246.

⁹⁸ É considerada a primeira escritora cabo-verdiana. Colaborou, literária e politicamente, em diferentes jornais e revistas literárias lisboetas e participou ativamente em conferências e sessões públicas sobre temas da época. Privou com nomes como Garrett e Herculano. Foi a primeira mulher fundadora, directora, proprietária, jornalista e redactora de jornais, actividade muito invulgar nessa época para uma mulher. Na sua produção destaca-se a peça de teatro - “Constança e Homenagem a Luís de Camões”.

⁹⁹ FERREIRA, Manuel – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*. Vol. 6. Biblioteca Breve, 1977. p. 42.

Ao grupo da *Certeza* “interessava focar o grande problema do isolamento das ilhas, do próprio arquipélago entre si, que, pela falta de comunicação fácil e rápida, impedia que a informação e o conhecimento passassem de ilha para ilha, e das ilhas para o resto do mundo. O isolamento total constrangia e atrofiava a alma daquele povo. No seguimento desta grande temática que envolve a vida em Cabo Verde, desencadeia-se a denúncia e o lamento de outras situações que, conseqüentemente, abatem a imagem global daquela terra: a falta de trabalho, a sequente prostituição (que, dadas as circunstâncias, era de certa forma acarinhada e compreendida), a resignação de uma opressão colonial, por faltas de gentes e forças para lutar, o mar circundante que, monotonamente, persiste em rodeá-los.”¹⁰⁰

E ainda: esta geração considera imprescindível “(...) dar voz a uma outra característica do povo cabo-verdiano e que jamais esmoreceria, por pior que fosse a sua situação: a religiosidade, uma fé desmedida e uma crença incontornável num dia melhor. Agarrando essa fé incomensurável, havia que fazer a apologia da terra, da terra-mãe, no chão cabo-verdiano. Agarrar essa fé, fincar bem forte os pés na terra (na raiz) e lutar, física e psicologicamente, contra as adversidades existentes, por forma a consciencializar todo o povo, levando-o a optar por ficar e não partir. Havia que mudar a tendência natural (e até compreendida) da saída como única forma de corrida pela sobrevivência (...)”¹⁰¹. Como exemplo, observemos o poema “Terra”, de António Nunes:

“Nha Chica, conte-me
aquela história
de meus irmãos
hoje perdidos
no mundo grande...

Nha Chica, eu sei:
anos de seca,
gentes morrendo,
casas sem telha,
de porta em porta
olhos crescendo
barriga inchando,
um dia tombam
de olhos vidrados
por qualquer tombo...

¹⁰⁰ “Geração da Certeza.” In *Infopédia*. [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Consultado em 30 de Out. de 2012. Disponível na [www: <URL: http://www.infopedia.pt/\\$geracao-da-certeza>](http://www.infopedia.pt/$geracao-da-certeza).

¹⁰¹ *Idem, ibidem*.

Lisboa, América,
Dakar ou Rio:
- dentro de nós
surge esta ideia
partir! Partir!

(...)

Olho estes campos,
olho estes mares,
e sinto a Vida
prendida à terra,
feita de sonhos
que um dia esvaem-se
- mas surgem sempre...¹⁰²

Constata-se que a partir daí, o objetivo passa por “(...) acusar de *perdidos* aqueles que optaram (e optam) pela saída e apontar um novo caminho que mostrasse outras possibilidades para além dessa saída: apostar, definitiva e colectivamente, no esforço humano em prol de uma visível melhoria. Interessava reabilitar o homem com a terra que o vira nascer, fincar os pés nessa terra e, unidos por uma mesma raiz, levar o povo a uma luta maior - a Independência. O caminho passava forçosamente por uma primeira etapa de levar o homem a acreditar naquela terra, de forma a escolher ficar nela, seguindo-se, então, o grande caminho da luta pela libertação colonial.”¹⁰³

Nesta ordem de ideias, Lilian Barbosa defende que a *Certeza* era a expressão de uma geração que se baseava nos ideais marxistas, visto que as problemáticas sociais eram uma das preocupações dos escritores e dos homens que constituíam essa geração.¹⁰⁴

Tendo também em consideração que a revista *Certeza* surgiu na fase final da Segunda Guerra Mundial, com esta publicação “(...) assomaram novas perspetivas dos problemas da Humanidade, e os elementos que colaboravam com a *Certeza* trabalhavam temáticas gerais, sem, contudo, descurem os problemas endémicos e sociais de Cabo Verde. Novas formulações ideológicas, exigidas pelo período pós-guerra, irromperam e os autores cabo-verdianos falavam de guerra, mas também de paz que, naquela altura, significaria um estado conquistado e legitimado após a batalha travada, vencida, mas necessária para que se atingissem os objectivos desejados”.¹⁰⁵ Manuel Ferreira

¹⁰² NUNES, António – “Terra”. In FERREIRA, Manuel – *No Reino de Caliban I. Antologia panorâmica da poesia africana*. Vol. I. Cabo Verde e Guiné-Bissau. 3ª Edição, Plátano Editora, s/d. p. 135-136.

¹⁰³ “Geração da *Certeza*” - *Op. Cit.*

¹⁰⁴ BARBOSA, Lilian – *Op. Cit.* p. 13.

¹⁰⁵ CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p. 32.

acrescenta que naquela época “exigir a paz era combater a opressão”¹⁰⁶. A título de exemplo, segue-se um trecho do poema “Panorama”, de Guilherme Rocheteau:

“Ao longe
na distância da manhã por vir,
na indecisão das camuflagens
e do rumor da guerra,
há agonias esbatidas no negro-fumo
da pólvora
dos homens que se batem.
Aquem, é a luta na rectaguarda!”¹⁰⁷

Luís de Carvalho assegura que a geração da *Certeza*, “aludindo à guerra e seus efeitos, utilizando expressões sugestivas de um constante movimento e frenesim, demonstrava-se o desejo imperioso de mudar algo, numa região em que a estabilidade e a apatia de uma vida rotineira, mas de sofrimento, continuavam a reinar.”¹⁰⁸

Visto que a censura impediu a publicação do número 3, *Certeza* teve uma duração efémera, mas não passou despercebida.

Quanto aos colaboradores, Arnaldo França, António Nunes, Guilherme Rocheteau, Nuno Miranda, Henrique Teixeira de Sousa, Tomaz Martins, Manuel Ferreira, constituem os principais vultos desta geração.

O tom protestatário continua com a publicação da revista *Suplemento Cultural*, em 1958, que ficou também conhecida como a *Geração da Nova Largada*. Só foi publicado um número. A publicação do segundo número foi impedida pela censura.

Este periódico surge identificado com uma verdadeira postura de revolta. A difícil situação de Cabo Verde na altura “(...) levava a que este grupo de homens, reunido à volta desta geração, questionasse politicamente as verdadeiras causas/razões de tal realidade comprometida, apelando, assim, à revolta humana”.¹⁰⁹ Assim, Luís de Carvalho afirma que “os seus colaboradores contribuem para uma nova estética literária, actualizando uma poesia de intenção realista, mas enriquecida por elementos modernistas e simbólicos.”¹¹⁰

Neste seguimento, “as obras poéticas mais representativas da poética do *Suplemento Cultural* traduzem linhas de força essenciais na poesia elaborada nos anos

¹⁰⁶ *Apud* Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p. 32.

¹⁰⁷ ROCHETEAU, Guilherme – “Panorama”. In *Certeza*. nº 1. São Vicente de Cabo Verde: Fôlha de Academia, Março de 1944.

¹⁰⁸ *Vide* Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p. 33.

¹⁰⁹ “Geração do Suplemento Cultural”. In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. [Consult. 2012-08-31]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$geracao-do-suplemento-cultural](http://www.infopedia.pt/$geracao-do-suplemento-cultural)>.

¹¹⁰ CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p. 34.

cinquenta e sessenta, através da apresentação do tema da emigração, da exploração do homem pelo homem, da crítica social, dos problemas endémicos que assaltam o arquipélago, num discurso caracterizado pelo tom dialéctico e pela clareza”¹¹¹. Constatamos que aborda, ainda, a questão do homem que decide ficar na sua terra, recusando tendências antigas de evasão ou fuga. Anteriormente, dividido às dificuldades no arquipélago, pelo menos duas soluções eram possíveis: a emigração (saída física, por motivos de escassez económica) ou a evasão (saída onírica, intelectual).

Onésimo Silveira, um dos poetas mais influentes da geração de *Suplemento Cultural*, numa análise aos textos literários produzidos pelos claridosos, demarca-se da atitude dos poetas desta geração e atribui-lhes um “cunho *evasionista*, em que a solução onírica, presente nos seus textos, tinha como consequência a fuga aos problemas reais do contexto cabo-verdiano, e ao seu *distanciamento das massas*, e *afastamento do povo*”¹¹².

É desta forma que Ovídio Martins, um dos colaboradores da revista *Suplemento Cultural*, no Poema “ANTI-EVASÃO”, contestou duramente o evasionismo (uma resposta ao poema “Vou-me embora para Pasárgada” do poeta brasileiro Manuel Bandeira¹¹³):

“Pedirei
Suplicarei
Chorarei
 Não vou para Pasárgada
Atirar-me-ei ao chão
e prenderei nas mãos convulsas
ervas e pedras de sangue
 Não vou para Pasárgada

Gritarei
Berrarei
Matarei

¹¹¹ *Idem, ibidem.*

¹¹² *Apud* CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p. 43

¹¹³ Segundo Manuel Bandeira, “Vou-me embora para Pasárgada” foi o poema de mais longa gestação em toda minha obra. Vi pela primeira vez esse nome de Pasárgada quando tinha os meus dezasseis anos e foi num autor negro (...). Esse nome de Pasárgada, que significa “campos dos persas”, suscitou na minha imaginação uma paisagem fabulosa, um país de delícias (...). Mais de vinte anos depois, quando eu morava só na minha casa da Rua do Curvelo, num momento de fundo desânimo, da mais aguda doença, saltou-me de súbito do subconsciente esse grito estapafúrdio: “Vou-me embora pra Pasárgada”. Senti na redondilha a primeira célula de um poema, e tentei realizá-lo mas fracassei. Abandonei a idéia. Alguns anos depois, em idênticas circunstâncias de desalento e tédio, me ocorreu o mesmo desabafo de evasão da “vida besta”. Desta vez o poema saiu sem esforço, como se já estivesse pronto dentro de mim.” *Vide* LEON, Luci Mary Melo – *O léxico no poema Vou-me embora pra pasárgada de Manuel Bandeira*. [Em Linha]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-12.html>. Consultado em 25 de Maio de 2012.

Não vou para Pasárgada”¹¹⁴

Nota-se, no poema, um traço bem característico dos poetas cabo-verdianos desta geração – cada palavra forma um verso, contribuindo, segundo o crítico Dominique Stoenesco, “(...) para acentuar a solidão e o tormento destes homens espantosamente bloqueados.”¹¹⁵ Também acrescentamos que pode ser visto como uma forma de libertação estética da linguagem e das estruturas poéticas clássicas.

Por outro lado, esta geração desvaloriza “o elemento *mar* para dar vida ao elemento *terra*. Os seus textos são rítmicos, repetitivos, exatamente porque são enfáticos, destinados a revelar claramente as realidades [do arquipélago].” O propósito era o “(...) de captar a fidelidade do homem cabo-verdiano à sua terra natal e, nas circunstâncias naturais e espirituais, levá-lo às últimas consequências, para que resultasse na atitude de reconstrução do enraizamento da cultura intelectual em bases profundas e coerentes. A sua maior intenção era de fazer da arte a literária uma projeção intencionalmente combativa da problemática do arquipélago.”¹¹⁶

Deste modo, consideramos o poema “Cantiga da Minha Ilha”, de Gabriel Mariano, como a síntese perfeita dos ideais desta geração:

“Quem é que chora de dia
e morre podre de fome
na ourela fina do mar?
Quem tem os passos metidos
em horas certas, marcadas
e tem os dedos truncados
e as noites enrodilhadas
nos dias que nunca viu?
Sou eu.

Quem tem os olhos molhados
do sangue mais desprezado
da dor dolorida
da morte mais ressequida?
quem foi vendido mil vezes
mais de mil vezes matado
milhões de vezes troçado?

¹¹⁴ MARTINS, Ovídio – “ANTI-EVASÃO”. In FERREIRA, Manuel – *No Reino de Caliban. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa I, Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 180.

¹¹⁵ STOENESCO, Dominique – “Na morte de Ovídio Martins: Poeta e militante cabo-verdiano”. *Latitudes*. Nº 6. (Set. 1999). p. 56-59.

¹¹⁶ “Geração do Suplemento Cultural”. In *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Consultado em 30 de Out. de 2012. Disponível na [www: <URL: http://www.infopedia.pt/\\$geracao-da-certeza>](http://www.infopedia.pt/$geracao-da-certeza).

Fui eu.

Quem é que vai renascer
numa estrumeira de porcos?
Quem é que vai enterrar
as unhas na manhã clara?
Quem é que vai sabotar
as luas de noite falsa?

Sou eu.

Quem é que vai gritar
gritando para ficar rouco
que morreu antes do tempo
e ressuscitar sem licença?

Sou eu.

Sou eu que vou renascer
da morte mais ressequida
da dor mais dolorida
do desespero mais sem remédio.

Eu.

Depois ninguém me acuse
de ter sido misterioso...
Apenas guardei comigo
a calma verde da terra
e a certa repetição
das madrugadas sem sono...”¹¹⁷

¹¹⁷ MARIANO, Gabriel – “Cantiga da Minha Ilha”. In *Antologia da poesia negra de expressão portuguesa*. 1958.

Luís de Carvalho declara que a perda dos valores de origem das várias etnias africanas trazidas para as ilhas, e a persistência predominantemente da cultura lusa, que forçosamente resultou numa aculturação apontada para a Europa, fizeram com que esta geração reiniciasse a luta pela inserção da nacionalidade cabo-verdiana no contexto africano¹¹⁸.

A partir daí, percebe-se que o destino histórico e político de Cabo Verde está intimamente vinculado ao contexto africano. Aqui, é evidente a influência do movimento nacionalista, a *Negritude*, que nessa altura dominava o contexto político e social do continente africano.

Onésimo Silveira, através do seu ensaio *Consciencialização na Literatura Cabo-verdiana*, defende, de forma directa e clara, a inserção de Cabo Verde no contexto africano. Sublinha a importância de certos elementos etno-culturais que, segundo a sua opinião, têm origem africana, e acusa a elite cabo-verdiana de se estar a esquecer das suas origens.¹¹⁹

Gabriel Mariano é outro autor do *Suplemento Cultural* que teoriza a importância de elementos africanos na cultura e sociedade cabo-verdianas, e a sua referida inserção no contexto geral da África.

Como vimos anteriormente, o sistema de colonização implantado em Cabo Verde condicionou a prática de uma política de assimilação cultural e produziu, desde muito cedo, laços estreitos entre os europeus e africanos, dando origem ao surgimento de um novo grupo – os mulatos. Neste processo de contacto entre esses dois grupos, Gabriel Mariano, em *A mestiçagem: seu papel na formação da sociedade cabo-verdiana*, defende a inclusão de Cabo Verde no panorama africano, justificando que “o

¹¹⁸ Como ficou exposto no capítulo anterior, há uma complexidade etno-cultural que está na origem da formação da sociedade cabo-verdiana. Devido a esta complexidade, Luís de Carvalho defende que a “questão das origens dos componentes sócio-culturais cabo-verdianos preocupou os intelectuais desde os finais do século XIX, até aos nossos dias. A relativa pacificação interracial no contexto do Arquipélago ganha contornos mais emotivos aquando da discussão desta temática. Tem existido por parte dos intervenientes no estudo das origens da identidade cabo-verdiana uma busca de indicadores de valor científico que demonstrem a proveniência deste ou daquele elemento etnocultural. E os resultados são tão diversos que as conclusões não podem nem devem ser definitivas. (...) Fala-se da complexidade devido à amálgama e à cultura cabo-verdianas. Esses elementos devem ser perspectivados num sistema alargado e fidedigno, pois só assim é que se podem obter respostas credíveis quanto às origens”. Vide CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Rebelião e Sensualidade no Suplemento Cultural (Uma Perspectiva da produção literária dos poetas “insubmissos”)*. Tese de Mestrado em Teoria da Literatura. Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2003. p. 36-37.

¹¹⁹ *Apud* CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p 36.

processo de formação social do cabo-verdiano operou-se mais por uma africanização do europeu do que por uma europeização do africano”.¹²⁰

Em relação aos colaboradores da geração de *Suplemento Cultural*, além dos nomes atrás mencionados, ainda se integram neste período autores como Aguinaldo Fonseca, Terêncio Anahory e Yolanda Morazzo.

Alguns meses depois da publicação do *Suplemento Cultural*, com apenas um número editado, foi publicado em Março de 1959 *O Boletim dos alunos do Liceu Gil Eanes*, dando continuidade ao discurso da revolta e a edificação da nova poesia regionalista cabo-verdiana. Todavia, de acordo com Manuel Ferreira, o facto de ter sido publicado apenas um único número, privou o grupo desta publicação de dar a medida verdadeira das suas disponibilidades literárias (...). Mas, nem por isso deixa de cingir-se à dolorosa realidade do seu universo tocado de sofrimento.¹²¹

Esta publicação deu a conhecer dois autores que viriam a ser grandes vultos da literatura cabo-verdiana: Onésimo Silveira e Corsino Fortes. Este último, por exemplo, no seu poema intitulado *Mindelo*, através dos versos “Entre a escuridão / E o silêncio da noite / (...) / Por onde deslizam lágrimas” – analisa a triste realidade vivida pela população cabo-verdiana. Nota-se, ainda, neste mesmo poema, a preocupação com a afirmação regional e/ou a localização do espaço, por meios de elementos característicos da cultura cabo-verdiana, como a “morna” e o “violão”, ou com o topónimo “Mindelo”.¹²²

Além dos colaboradores acima mencionados, nesta fase destacam-se também nomes como Felisberto Vieira Lopes e Rolando Vera-Cruz Martins.

Posteriormente, em 1962, período em que as colónias se encontravam em plena luta pela libertação, surgem em Mindelo, São Vicente, no jornal “Notícias de Cabo Verde” as palavras formadoras de *Sèló – Página dos Novíssimos*. Foram publicadas duas edições (só saíram dois números, o terceiro foi interdito pela censura e ficou no prelo).

O colaborador desta revista, Oswaldo Osório, assegura que “*Sèló* era a forma como se anunciava a chegada de algum barco nos portos da Ilha da Brava. Uma bela metáfora do passado das naus portuguesas e dos seus sabores, pois *Sèló* trazia o

¹²⁰ MARIANO, Gabriel – “A mestiçagem: seu papel na sociedade caboverdiana”. In *Suplemento Cultural, de Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Publicação da Imprensa Nacional. (Out. 1958). p. 13.

¹²¹ FERREIRA, Manuel – *No Reino de Caliban. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa I, Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 197.

¹²² Vide CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Op. Cit.* p 36.

desejo contínuo, inquestionável e legítimo da libertação, e “a necessidade de protestar e dar alarme” às agruras que assolavam as ilhas.”¹²³

Três grandes nomes que viriam marcar a literatura de Cabo Verde despontaram em *Sêló*: Mário Fonseca, Osvaldo Osório e Arménio Vieira. Ainda, constituem como colaboradores da revista nomes como: Rolando Vera-Cruz Martins e Jorge Miranda Alfama, pertencentes ao que se designou de “Geração de 60”.

Na linha ideológica das gerações anteriores, a revista preocupa-se em publicar textos com conteúdos da realidade que assolava a população cabo-verdiana, mas num tom protestatário diferentes das anteriores. Assim, quanto ao objectivo desta publicação, segundo Manuel Ferreira:

“(…) esta folha *Sêló* vai centrar a sua motivação também “nos problemas cíclicos do homem cabo-verdiano”. Percorrer o mesmo caminho já percorrido? Não é bem assim. (...). Aqui se vai falar da fome, da emigração, do mar, da insularidade. Mas quando se fala da fome já não é da lamentação da fome. É “a fome a desfazer-se / Em sorrisos de hipocrisia... / E a fome a desfazer-se / Em irónicas gargalhadas...” ou “a fome a gotejar... / E a fome a escorrer... / Pelos gargalos quebrados / De garrafas fedorentas” (Mário Fonseca). Quando se fala da esperança, que muitas vezes dá “o braço ao Desespero” (Rolando Vera-Cruz Martins), é duma esperança vivaz, brotando do esforço dos homens e dada assim na subtilidade da alegoria: “Fogueiros / Marinheiros / lubrificaremos as máquinas/ alimentaremos as caldeiras/ betumaremos conveses/ poremos sóis novos nos amarelos” (Oswaldo Osório) – ou com Jorge Miranda Alfama: “Sim Camaradas da minha rua/ iremos de mãos dadas/ e de passos confiantes/ para o ponto do Universo/ onde mal chegam os teus sonhos.” E o mar? O mar já não é o mesmo mar do Jorge Barbosa, o mar da tragédia, o mar da pesca da baleia ou o mar lírico ou o mar feito grades da prisão – mas, sim, um mar anímico identificado com o povo, na sua raiva, na sua angústia, na sua revolta. “Mar! Mar!/ Mar! Mar! // Não o mar azul/ de caravelas ao largo/ e marinheiros valentes // Mar!/ Raiva-angústia/ de revolta contida” (Arménio Vieira).”¹²⁴

No dia 28 de Agosto (1962) foi publicada a última edição, acrescida com a participação de Arménio Vieira e da Maria Margarida Mascarenhas.

Em Síntese, *Sêló – Página dos Novíssimos* marcou o seu tempo e deixou o seu testemunho às gerações posteriores. Representou, para a época, uma importante contribuição dos jovens que na altura tinham entre 20 a 24 anos (os promotores desta folha eram quase todos, senão todos, alunos ou ainda recentemente alunos do liceu). No

¹²³ *Apud* RISO, Ricardo – *Sêló: páginas dos Novíssimos*. [Em linha]. Disponível em: <http://ricardoriso.blogspot.pt/2010/03/selo-pagina-dos-novissimos-por-ricardo.html>. Consultado em 23 de Out. de 2012.

¹²⁴ FERREIRA, Manuel – *No Reino de Caliban. Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa I, Cabo Verde e Guiné-Bissau*. Lisboa: Seara Nova, 1975. p. 212.

entanto, as circunstâncias do regime colonial, designadamente a presença da polícia política portuguesa (PIDE DGS), obrigavam a uma abordagem velada das temáticas.

Nos finais dos anos 60, com a guerra declarada contra o colonialismo português, segundo Carmen Secco, unem-se as literaturas das cinco colónias portuguesas em África em torno da temática libertária, fazendo dos versos armas de luta contra o salazarismo português.¹²⁵ Os escritores resistem contra a opressão colonial, expressando, na literatura, as suas respetivas marcas identitárias, com um único propósito – a luta pela Independência.

Em Cabo Verde, em particular, o político Amílcar Cabral lidera o PAIGC e o poeta Kaoberdiano Dambará (pseudónimo de Felisberto Vieira Lopes) afirma a criouliidade nos seus textos, com o intuito de construir uma nova literatura. Simone C. Gomes faz-nos saber que “Dambará, inserido no mundo afro-negro, utiliza o crioulo como instrumento poético exclusivo e reivindicativo da história e da cultura das camadas mais oprimidas do povo cabo-verdiano.”¹²⁶

No início dos anos 70, com a intensa repressão e com o propósito de fugir à PIDE, a abordagem literária é feita de forma bastante dissimulada. Neste período, ao lado de Dambará, destacam-se também outras vozes, entre as quais as de Sukre d’Sal (Francisco António Tomar), Manduka Didite e Kwame Kondé (Francisco Fragoço).

Da Revolução de Abril em Portugal (1974) à Independência Nacional nas colónias (1975), surgiram muitos poetas. A utilização excessiva do crioulo nas produções literárias pode ser interpretada como o grito da liberdade. *Caboverdeanamente construção meu amor* (de Oswaldo Osório), *Pão & Fonema e Árvore e Tambor* (de Corsino Fortes), *Terra gritante* (de Luís Tolentino), *Canto a Cabo Verde* (de David Hopffer Almada), com discursos que se centralizam no apelo à construção de Cabo Verde, são considerados os textos mais significativos desta fase nacionalista.

Com a conquista da Independência, houve um rompimento com o paradigma claridoso e, a partir daí, a literatura traçou um novo rumo, como podemos constatar no poema de David Hopffer Almada:

“Quero
Um canto diferente
Para Cabo Verde

¹²⁵ SECCO, Carmen Lucia Tindó - *Op. Cit.* p. 100.

¹²⁶ GOMES, Simone Caputo – *Op. Cit.*

Já não somos
Os Flagelados do Vento Leste
Dominamos os ventos
Já não somos os contratados
Como animais de carga para o Sul
Conquistamos a dignidade de gente

Por isso
Vou cantar
De forma diferente
Para esta pátria do Meio do Mar
Vou esquecer, enterrar
Os lamentos, as lamúrias
A tristeza
De quem quer ficar
Com o destino de ter que partir
Não vou chorar
A pobreza, a fraqueza
A seca
A natureza madrasta

Canto
Para este Povo
Um canto de alegria”.¹²⁷

Com a Independência Nacional, a investigadora Maria Augusta Teixeira afirma que “a cultura caboverdiana é estimulada a consolidar-se. O Estado assume a tarefa de incrementar um sentido de Nação, de Unidade de valorização do saber. Direitos da mulher e da criança entram para a ordem do dia e práticas culturais antes proibidas são revigoradas”. Nesta sequência, de acordo com Simone C. Gomes, houve uma (...) proliferação de concursos e páginas literárias, boletins mimeografados e novos poetas, projectando o futuro como cadeia complexa de possibilidades; a pluralidade de estéticas e ideologias poéticas é a tónica desse quadro. A Novíssima Geração de poetas divide-se entre as páginas culturais do Voz di povo, a revista Raízes, a folha Sopinha de Alfabeto, as revistas Ponto & vírgula, Fragmentos, Magma, Dja d’Sal, Seiva, as folhas Aurora e Podogó.”¹²⁸

Em 1991, a publicação de *Mirabilis – De veias ao sol*, antologia organizada por José Luís Hopffer Cordeiro Almada, reúne os novos poetas do panorama literário de Cabo Verde com a finalidade de demonstrar a poesia cabo-verdiana produzida após a conquista da Independência. Simone C. Gomes considera que esta coletânea constitui “a mais significativa amostra da poesia da novíssima geração. As questões consideradas

¹²⁷ ALMADA, David Hopffer – *Canto a Cabo Verde*. 1988.

¹²⁸ GOMES, Simone C. – *Op. Cit.*

tradicionalmente ligadas à criouldade ou à cabo-verdianidade são retomadas em outro contexto, sob novos ângulos, visando a conjugação de aspectos nacionais e universais”.¹²⁹ Manuel Delgado, um dos “mirabílicos” mais notáveis, define deste modo esta mesma postura:

“Eu venho do mar
e o meu amplexo
rodeia a cintura
do mundo.”¹³⁰

Atualmente, dos novos escritores, destacam-se nomes como Arménio Vieira (*O Eleito do Sol*, 1990; *No inferno*, 1999; *O Poema, a Viagem, o Sonho*, 2009; prémio Camões em 2009), Germano Almeida (*O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo*, 1991; *Estórias contadas*, 1998; *O mar na Lajinha*, 2004; galardoado com o prémio da Lusofonia em 2005), José Luís Tavares (*Paraíso Apagado por um trovão*, 2004; *Agreste Matéria Mundo*, 2005; prémio Mário António da Fundação Calouste Gulbenkian, em 2004 e Jorge Barbosa, em 2006), entre outros.

Em vez de grupos estruturados e organizados, passamos a ter vozes individuais e dispersas que se apresentam como defensoras de novos modelos literários. Já não se nota um confronto de gerações. O que se verifica é uma nova forma do fazer literário e de encarar a realidade cabo-verdiana. O inconsciente individual, até então praticamente ausente, passa a estar mais presente nesta nova fase da literatura cabo-verdiana. As revistas perderam a capacidade de criar novas escolas. Elas acabam na maior parte das vezes por servir como meros canais de publicação.

Em suma, concluímos que a trajetória da literatura cabo-verdiana, apesar do conflito de leituras suscitado pelas diferentes opções de classificação e ordenação, encontra-se dividida, de forma sumária, em três grandes períodos: 1) A Pré-Claridade (caracterizada por uma temática desenraizada, mas nem por isso tão despicienda); 2) A Claridosa (em torno da revista *Claridade*, publicada em 1936); e a Pós-Claridade (de 1960 à actualidade).

Esta divisão, a mais citada atualmente, fundamenta a importância que a revista *Claridade* exerce no seio da literatura cabo-verdiana, operando como a principal referência da linha divisória da literatura deste país. *Claridade* conseguiu ser a rutura total. Nasceu como rutura e tornou-se tradição, um ponto de partida, uma referência

¹²⁹ *Idem, ibidem.*

¹³⁰ *Apud* GOMES, Simone C. – *Op. Cit.*

obrigatória. Os grupos posteriores acabaram quase todos por ser a continuidade ou extensão do “espírito claridoso”, ou comportaram-se como o “passo em frente” em relação aos claridosos.

IV

A *CLARIDADE* E A ASSUNÇÃO DA REALIDADE CABOVERDIANA

1. A fundação da revista *Claridade*: o “finca-pé na txon” ou a construção de uma literatura assente na realidade cabo-verdiana

“Se atendermos ao momento histórico, ao contexto político e social; se tivermos presente que Cabo Verde era uma colónia; que eram ilhas isoladas do resto do mundo; que se vivia em regime de Censura, sendo vedada a liberdade de expressão; que a sua tradição literária escrita em língua portuguesa acusa uma quase total dependência do texto português – uma sensação de espanto nos percorre ao lermos as páginas das *Claridade*. Como fora possível – perguntamo-nos – nessas paragens isoladas, e em tal época, surgir uma revista moderna, em todos os seus aspectos, vincadamente nacional, capaz de suportar o cotejo com outras publicações de língua portuguesa?”¹³¹

(Manuel Ferreira)

O surgimento da revista *Claridade* é, sem dúvida, o maior acontecimento do panorama literário cabo-verdiano. Deste modo, achamos, antes, imprescindível considerar o momento histórico que se vigorava na altura.

Como foi referido no capítulo anterior, no início do século XX, houve a construção de uma literatura *sui generis* nos países africanos de língua portuguesa. Em Cabo Verde, em particular, essa construção deu-se com o surgimento da revista *Claridade*. Assim, pergunta-se: quais foram os circunstancialismos que fomentaram a aparição desta revista?

Ao refletirmos sobre a fundação da *Claridade*, a nosso ver, a primeira constatação que se pode fazer é que esta surgiu sob o impulso de descontentamento originário de fatores de ordens diversas.

Na década de vinte, devido aos variados acontecimentos que se passavam em várias partes do globo e à situação crítica do próprio arquipélago, começou a haver, de forma gradual, uma consciencialização efetiva da elite cabo-verdiana, principalmente para aquele que faz da pena o seu ofício de trabalho. Relativamente ao ambiente internacional, o estudioso Alberto Carvalho, no prefácio do livro *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, diz o seguinte:

“Na Europa, no início do século (a partir de 1909), destaca-se o impacto do “Movimento Futurista”, que, pretendia que a cultura acompanhasse as grandes transformações da ciência, da técnica, da filosofia, da sociologia, da linguística e da política”. (...). E na América, pela mesma época, os negros libertos da sua servidão escravagista faziam renascer as suas tradições africanas, criando um ciclo de cultura folclórica, musical, literária, etc., de denúncia para

¹³¹ FERREIRA, Manuel – “Prefácio”. In *Claridade: revista de arte e letras*. 2ª Ed. Praia – Cabo Verde: Instituto Caboverdiano do Livro, 1989. p. XIII.

apoiar as suas reivindicações sociais.” No Brasil, em 1912, “Oswaldo de Andrade leva o futurismo de Paris para o Brasil, onde não pára de crescer até culminar na “Semana de Arte Moderna” de S. Paulo, em 1922. (...). O movimento espalha-se então a todo o Brasil, dando origem a diversos grupos antagónicos que preparam o modernismo da década de trinta, com o propósito de, finalmente, libertarem a cultura brasileira da tutela europeia em geral, francesa e portuguesa em particular. (...). Em sentido oposto, os negros antilhanos de Paris, encorajados pelos escritores negro-americanos, organizam-se em grupo dirigidos por Étienne Léro, Jules Monnerot e René Ménil e publicam o jornal *Légitime Défense* (1932), dando forma pública ao processo de denúncia da exploração e das injustiças sociais praticadas pela colonização francesa nas Antilhas. Estas ideias gerais vão servir ao grupo Leon Damas, Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor que fundam o órgão *L’Étudiant Noir* (1934) para difundirem, agora com orientação exclusivamente literária, os valores da “alma africana”, os costumes, as crenças, as artes e a literatura, etc., inaugurando assim o movimento da Negritude empenhado na afirmação cultural e no despertar da consciência dos negros africanos e americanos para o imenso repositório das suas tradições milenares, com o fim de se defenderem do esmagamento cultural e da absorção alienantes levados a efeito pela cultura francesa.”¹³²

Também já fora do contexto literário, acresce o facto de ser o período da Queda de Bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, do Nazismo, Fascismo e Salazarismo, muito em voga na Europa, e pelo advento da Guerra Civil Espanhola.

Para o conhecimento deste ambiente internacional, ressaltamos a importância do Porto de São Vicente (Porto Grande), que durante muito tempo foi paragem obrigatória de navios provenientes de vários pontos do mundo. Aliás, como justifica Manuel Ferreira, o Porto Grande afigurava-se como uma “(...) janela aberta aos ventos de outras paragens”.¹³³ Era através desse Porto que chegavam as novidades literárias. Estas novidades chegavam pelos primeiros barcos e eram discutidas por uma mocidade sempre atenta aos problemas artísticos, sociais e políticos da época.

Além dos acontecimentos internacionais, verifica-se também a situação interna do próprio arquipélago. Como anteriormente foi referido, os fatores geográficos e climáticos do arquipélago de Cabo Verde marcaram, desde muito cedo, a maneira de estar e a mundividência do homem cabo-verdiano.

¹³² CARVALHO, Alberto de – “Prefácio”. In LOPES, Baltar - *Chiquinho*. Ed. África – Literatura, arte e cultura. Lisboa: 1984. p. 12. Acrescenta-se que, atendendo o ambiente internacional, em 1926, José Osório de Oliveira dizia algo admirável, que muito deve ter feito pensar o triângulo inicial (os fundadores da revista): “Mas porque não produz Cabo Verde, onde há uma população crioula como na Reunião ou nas Antilhas, escritores como outros têm produzido? Os raros escritores cabo-verdianos parecem que têm vergonha de ser crioulos, nunca se tendo lembrado de fazer o romance da vida da sua terra, tão parecida, pelo menos ainda não há muitos anos, pelas informações que tenho, com as ilhas francesas a que me referi”. Apud FRANCO, António Cândido – “Nota Prévia”. In: *Exercício sobre o Imaginário cabo-verdiano. Simbologia Telúrico-Marítimo em Manuel Lopes*. Évora: Ed. Pendor, 1996. p. 9.

¹³³ *Idem* – “Prefácio”. In LOPES, Manuel – *Falucho Ancorado*. Lisboa: Cosmos, 1977. p. XXIV.

No entanto, no final da década de 20 e início de 30, sob o domínio da ditadura Salazarista, a situação era muito mais grave. Com um desequilíbrio negativo entre o consumo e a produção agrícola, as ilhas estavam mergulhadas na miséria das secas e das fomes, de que resultou o elevado índice de mortalidade, principalmente até aos finais dos anos 50. Deste modo, o arquipélago se encontrava completamente ao abandono.

O escritor Germano Almeida informa-nos que, na altura, “S.Vicente, a ilha para onde a miragem do trabalho tinha feito convergir as massas das demais ilhas, encontrava-se naufragado no desemprego e no alcoolismo, de tal forma que por volta de 1924, a Associação Operária da ilha tinha pedido e obtido do Governo a implantação de uma espécie de lei seca que proibia a entrada na ilha de todas as bebidas alcoólicas. Mas, a fome da população cresceu de tal maneira, a par do desinteresse do Governo pela sua sorte, que no dia 7 de Junho de 1934 o povo dessa ilha acabou por se revoltar contra essa vida ignominiosa e saiu para as ruas com uma desfraldada bandeira negra da fome e acabou saqueando os armazéns onde as mercadorias dos comerciantes se encontravam guardadas. É a célebre revolta conhecida como sendo do capitão Ambrósio e motivo de um dos mais belos poemas feitos até hoje em Cabo Verde, *O Capitão Ambrósio*, de Gabriel Mariano.”¹³⁴

Por outro lado, Arnaldo França revela que “duas estiagens de consequências catastróficas nos primeiros anos da década de vinte e de trinta, aliadas aos outros surtos epidémicos da peste bubónica e da gripe pneumónica, o encerramento da emigração para os Estados Unidos da América, a queda vertical na cotação dos poucos produtos exportáveis do arquipélago e a decadência do Porto Grande de São Vicente, vítima da concorrência de outros portos vizinhos, são factores que condicionaram a evolução da sociedade cabo-verdiana e subjacência de uma efectiva tomada de consciência das elites intelectuais.”¹³⁵

A nível literário, no poema “Casebre”, de Jorge Barbosa, é bem patente a triste realidade que na época imperava no arquipélago. O poeta diz que:

“Foi a estiagem / E o silêncio depois / Nem sinal de planta / nem restos de árvore / no cenário ressequido da planície. / (...) / Sem batentes / as portas e as janelas / ficaram escancaradas / para aquela desolação. / Foi a estiagem que passou. / Nesses tempos / não tem descanso / a padiola mortuária da regedoria. / Levou primeiro / o corpo mirrado da mulher / com o filho nu ao lado / de barriga inchada / que se diria / que foi de fartura que morreu. / O homem depois / com

¹³⁴ ALMEIDA, Germano – *Literatura e Realidade*. s/d.

¹³⁵ FRANÇA, Arnaldo – *Poesia e Ficção Cabo-verdianas*. Praia: Centro de Informação e Turismo, 1962. p. 15.

os olhos parados / abertos ainda. / Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas! / Nem gritos nem alarme / — somente o jeito passivo de morrer! / No quintal do casebre / três pedras juntas / três pedras queimadas / que há muito não serviram. / (...).”¹³⁶

À mercê das situações (internas e externas) acima mencionadas, a partir da década de trinta, “é sobre Cabo Verde, sobre o drama do povo de Cabo Verde que os intelectuais decidiram debruçar-se, mostrando que Cabo Verde não é de forma alguma o jardim das Hespérides cantado pelos poetas da época anterior, não é o lugar onde os deuses vêm repousar. Pelo contrário, Cabo Verde é uma terra desprezada e esquecida onde os homens lutam diariamente contra uma natureza madrastra, vivem na miséria e morrem de fome. O drama reside na penosa constatação de que a natureza é, em Cabo Verde, tão rebelde e diabólica, que o homem não consegue vencê-la, que o homem antes de tudo é vítima dela”.¹³⁷

Desta preocupação-insatisfação com os problemas sociais da terra, da má governação vinda da metrópole e, ainda, com o propósito de ficcionar sobre um povo, detentor da sua identidade, realidade e/ou infortúnios, publica-se assim a revista *Claridade*.

Claridade – revista de arte e letras, foi lançada em Março de 1936, na cidade de Mindelo, capital de São Vicente que, devido à fixação do Liceu nesta ilha, era o principal centro de emancipação cultural, social, político e literário da sociedade cabo-verdiana. O núcleo dinamizador desta revista era constituído por Baltasar Lopes (considerado o líder do grupo), Manuel Lopes e Jorge Barbosa. Estava assim lançada a era moderna da literatura cabo-verdiana.

Baltasar Lopes, numa entrevista, *a posteriori* concedida a Michel Laban, explica, numa linguagem simples e directa, o contexto, bem como o motivo por detrás do surgimento da *Claridade*:

“Estávamos cá em São Vicente eu, o Manuel Lopes, Manuel Velosa, o Jaime de Figueiredo, o Jorge Barbosa (...). Nós encontrávamo-nos com certa frequência (...). Nós íamos almoçar juntos, jantar juntos; e um dia nós fomos jantar a um restaurantzinho que havia cá, de um tal Adelino de Matos e, no meio do jantar, veio à baila a ideia de nós publicarmos um jornal... Porque, é claro, estávamos em profundo desacordo com a forma como isto corria e com a ditadura que governava em Portugal e, portanto, aqui também.”¹³⁸

¹³⁶ BARBOSA, Jorge – *Obra Poética*. FRANÇA, Arnaldo e SANTOS, Elsa Rodrigues dos (Org.). Ed: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. p. 111.

¹³⁷ ALMEIDA, Germano – “Cabo Verde: Viagem pela História das Ilhas”. *A Semana*. 2010, 10 de Agosto.

¹³⁸ In LABAN, Michel – *Cabo Verde – Encontro com escritores*. Vol. I. Fundação Eng. António de Almeida. s/d. ISBN. 972.9194-25-4. p. 25.

Em 1986, na comemoração dos 50 anos da revista, evento organizado na cidade da Praia, Cabo Verde, na reedição da *Claridade* pelas Edições ALAC, dirigidas por Manuel Ferreira, no prefácio, B. Lopes acrescenta que:

“Essas preocupações tinham a sua fonte principal na situação desastrosa, principalmente no domínio político-económico em que o nosso arquipélago estagnava nos anos da década de 30. Daqui do nosso posto menos de observação, que era a cidade do Mindelo, nós do Grupo tomávamos perfeitamente nota da situação geral. Por outro lado, estávamos em nítida posição contestatória perante a orientação política que subjazia à administração da, então, colónia de Cabo Verde, com o seu fascismo de importação e imitação e ignorava ou violava os mais elementares princípios que regem a vida do homem e do cidadão e salvaguardam a liberdade individual. Tal situação despertou toda a capacidade de militância, na medida então possível, do nosso pequeno grupo.”¹³⁹

Ainda, o co-fundador Manuel Lopes insiste que:

“Um grupo de amigos pensou que se deveria criar uma revista que permitisse romper com a tradição clássico-romântica de motivos alheios à nossa realidade. Tínhamos matéria-prima que estimulava a nossa independência cultural. A tarefa era, portanto, fincar os pés na terra, pensar Cabo Verde, sentir Cabo Verde. Impunha-se aproveitar a matéria-prima local que os séculos de relativo abandono permitiram criar e conservar, urgia essa consciencialização. Assim nasceu a revista *Claridade*.”¹⁴⁰

Verificamos nas declarações transcritas que o descontentamento perante a governação e as maleitas sociais a que o arquipélago estava sujeito era manifestamente visível no seio da sociedade cabo-verdiana. Assim, o grupo, sob o lema de *finca-pé na txon*, assumiu uma atitude crítica perante a realidade cabo-verdiana, dando início ao período da cabo-verdianidade, ou seja, de uma literatura autónoma e assente na realidade do arquipélago, coisas que poetas e prosadores anteriores distorceram ou emitiram através de uma retórica importada. Daí que a revista não tenha sido bem recebida pelas forças conservadoras. A nova forma de escrever Cabo Verde diferia da forma tradicional, no domínio literário evidentemente. Passou assim a ser exibida uma cultura mais consentânea com a realidade do arquipélago.

No que concerne à escolha do nome da revista, de acordo com Baltasar Lopes, houve duas sugestões: “Havia na Argentina, em Buenos Aires, um grupo *Claridade*, um grupo de esquerda, portanto que nos era simpático. Por outro lado, naquela altura eu e o Manuel Lopes – salvo erro o Manuel Lopes -, eu pelo menos e o Manuel Lopes

¹³⁹ Apud BARBOSA, Jorge – *Obra Poética*. FRANÇA, Arnaldo e SANTOS, Elsa Rodrigues (Org). Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2002. p. 14.

¹⁴⁰ *Idem*. p 83.

também, tínhamos lido *Le feu*, de Barbusse e sabíamos que o Barbusse pertencia ao grupo *Clarté*, e daí a ideia de *Claridade*. De maneira que há esta dupla influência: Argentina e Barbusse.”¹⁴¹

Por outro lado, deparamos também com outras versões que podem legitimar a escolha do nome. Pires Laranjeira, por exemplo, defende que à ideia do nome escolhido pode estar subjacente o anúncio de um novo tempo, da clareza que pairou sobre a população, da iluminação que tanto o povo ansiava. Ainda há quem sugere que o nome da revista, *Claridade*, pode também ter sido inspirado na existência do “farol dos Pássaros”, defronte ao porto de Mindelo. A sua luz intermitente ilumina toda a baía, sendo assim, pode ter servido de inspiração e imagem literária ao grupo fundador da revista.¹⁴²

O subtítulo, *revista de arte e letras*, aponta que o interesse da revista, além do campo literário, abrange também o desenho, a pintura, a música, a dança, o artesanato, a antropologia, a geografia, a linguística, a história, entre outros. Como por exemplo, o título da revista, segundo a constatação de Baltasar Lopes, foi desenhado por Miguel de Moraes – “era um rapaz curioso, tinha muito jeito para o desenho, ele é que fez aquilo”.¹⁴³

Inicialmente, a ideia do grupo era criar um jornal periódico, mas segundo a *Carta Orgânica do Império Colonial Português*, isto exigia que o grupo fizesse um depósito prévio de 50 contos. Devido a dificuldade financeira, optaram por, em vez de jornal, publicar uma revista periódica. Acerca disto, Baltasar Lopes diz o seguinte:

“Tínhamos de intervir. Mas, na óbvia impossibilidade do emprego de meios de acção directa, que opção nos restava? Também obviamente, seria a imprensa a nossa arma. Todavia, para nós não existia em Cabo Verde imprensa no sentido jornalístico da palavra. Nestes termos, o caminho seria criarmos a imprensa, mediante a fundação de um jornal, que seria o nosso órgão de combate. Opção, porém, impossível. Não me recordo bem se com a invocação justificativa da Carta Orgânica do Império Português, fomos informados de que teríamos de fazer um depósito prévio de cinquenta mil escudos, quantia avultada, principalmente nos idos de 1935/1936, que, por isso, estava muito além das possibilidades das nossas bolsas.

Mas nem por isso resolvemos desistir: travaríamos o combate por um meio que nos fosse permissível, embora de uma eficácia menos directa do que um jornal periódico. Daí o nascimento da revista *Claridade*.”¹⁴⁴

¹⁴¹ *Idem*. p. 25.

¹⁴² Vide ABDALA JR., Benjamin – “Utopia e Dualidade no Contato de Culturas: o Nascimento da Literatura Cabo-verdiana”. *Dossiê Brasil/África*. Nº 18. (Jun-Ago. 1993). p. 126

¹⁴³ LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 25.

¹⁴⁴ “Depoimento de Baltasar Lopes”. In *Claridade: revista de arte e letras*. FERREIRA, Manuel (Org. Coord. Dir). 2ª Ed. Praia – Cabo Verde: Instituto Caboverdiano do Livro, 1989. p. XIII.

Quanto à definição do programa da revista, para Manuel Lopes o grupo surgiu sem um programa definido. O escritor assegura que não se pode chamar programa ao simples facto de *finca-pé na txon* (fincar os pés na terra). No entanto, nas palavras de Gabriel Mariano, esse ato de “querer fincar os pés na terra, atendidas as coordenadas culturais da época e atendido o condicionalismo jurídico-administrativo de Cabo Verde, implicava, pelo menos, a existência de um conjunto de preocupações e de experiências comuns, instituídas ou construídas previamente, as quais fossem capazes de, posteriormente, vir a revelar a ossatura de um movimento”. Assim, o “querer fincar os pés na terra revela só por si uma tomada de atitude, consciente e deliberada”¹⁴⁵. Acrescentamos que a revista não tinha um ideário expresso ou um manifesto adequado. O manifesto da *Claridade*, no entanto, estava exposto na ficção, nos textos em crioulo, na análise sociológica, antropológica do homem cabo-verdiano, no registo folclórico – tudo orientado para o universo crioulo.

Também é de capital importância mencionar a influência da literatura brasileira na formação de uma consciência estética “nacionalizada” dos escritores claridosos. O movimento modernista, sobretudo o relativo à década de 1930¹⁴⁶, é considerado pelos autores como o indicador de caminhos a seguir. A título do exemplo, Baltasar Lopes, em *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*, diz que:

“Há pouco mais de vinte anos, eu e um grupo de reduzido amigos começámos a pensar no “nosso problema”, isto é, no problema de Cabo Verde. Preocupava-nos, sobretudo, o processo de formação social destas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde.

(...)

Precisávamos de certezas sistemáticas, que só nos podiam vir, como auxílio metodológico e como investigação, de outras latitudes.

Ora acontece que por aquelas alturas nos caíram nas mãos, fraternalmente juntas em sistema de empréstimo, alguns livros que consideramos essenciais “pro doma nostra”. Na ficção, o José Lins do Rego d’*“O Menino de Engenho”* e do *“Banguê”*, o Jorge Amado do *“Jubiabá”* e *“Mar Morto”*, o Amândio Fontes *“d’Os Corumbas”*, o Marques Rebelo do *“Caso da Mentira”*, que conhecemos por Ribeiro Couto; em poesia, foi um *“alumbramento”* a *“Evocação do Recife”*, de Manuel Bandeira, que, salvo um ou outro pormenor,

¹⁴⁵ MARIANO, Gabriel – *Cultura Cabo-verdiana: Ensaios*. Lisboa: Veja. 1991. p. 97.

¹⁴⁶ Neste período, Brasil passava por grandes transformações, fortemente marcadas pela revolução de 30 e pelo declínio da sociedade oligárquica tradicional. Juntam-se também os efeitos da crise económica mundial, a crise nos sistemas agrário e pecuário. Tudo isto levou ao surgimento de um campo propício ao desenvolvimento de um sistema literário caracterizado pela denúncia social, atingindo um elevado grau de tensão nas relações do indivíduo com o mundo. Com isto, o regionalismo ganhou uma importância substancial na literatura brasileira, levando, ao extremo, as relações das personagens com o meio natural e social. Aqui, os escritores pareciam mais preocupados com o questionamento direto da realidade do que com a renovação da linguagem narrativa.

eu visualizava, com as suas figuras dramáticas, na minha Vila da Ribeira Brava (...).

Em poesia, outro deslumbramento foi Jorge de Lima, em que o sinháismo da “Nêga Fulô” e o super-realismo do “Menino impossível” emparceiraram na nossa receptividade com o Jorge de Lima da “Túnica Inconsútil.”¹⁴⁷

Aqui, são evidentes os pontos de convergência entre os pressupostos modernistas e os caminhos procurados pelos claridosos. Verifica-se que as leituras dos autores brasileiros concederam aos claridosos um quadro de referência de enormes dimensões. Nada mais lógico, pois, dadas as analogias culturais entre os dois países. No entanto, há que referir que, nas palavras de Elsa Rodrigues do Santos, apesar desta influência, os claridosos souberam encontrar a sua própria via, conferindo-lhe originalidade e o direito de existência. Jorge Barbosa sustenta que:

“(...) essa influência não foi tão duradoira, porque depressa soubemos encontrar o nosso próprio caminho, embora tivesse ficado em nossos escritos, por coincidência de reacções, alguma parecença com a literatura brasileira. Uma parecença de família... em resumo, se influência houve, foi mais de processo do que da própria literatura e que soubemos, passado o entusiasmo, traçar e seguir o nosso caminho.”¹⁴⁸

Assim, este movimento, norteado por uma atitude de redescoberta da realidade social, representa o marco da moderna literatura de Cabo Verde, uma vez que a revista, centralizada no processo da “cabo-verdianização da Literatura”, tinha como intuito, primeiramente, romper com os cânones europeus, como vinha acontecendo até aí, e, em seguida, orientar a actividade criadora para as motivações de raiz cabo-verdiana, dando o início ao entrelaçamento do literário com a realidade/social. A palavra agora, ao contrário dos poetas anteriores, serve para nomear e exprimir a realidade do arquipélago, em particular o drama ou a tragédia secular do homem crioulo.

Com este mergulho no real cabo-verdiano, com a *Claridade* deu-se assim, pela primeira vez: uma viragem na literatura cabo-verdiana; um deslocamento da visão europeia para uma visão fincada no húmus cabo-verdiano; o afastamento de uma escrita que fazia aportar ao arquipélago uma visão literária alheia ao ambiente das ilhas. Neste contexto, nas palavras de Duarte e Alfama:

“Ao passarem da intuição à consciência reflectida, os Claridosos deram o maior relevo às coisas simples do quotidiano do homem do ilhéu, ao seu modo de estar, pensar, sentir, resistir, sobreviver, questionar a vida, encarar a morte. Daí que a sua escrita se tenha enraizado nas configurações tradicionais da nossa

¹⁴⁷ LOPES, Baltasar – *Cabo Verde Visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional, 1956. p. 5-6.

¹⁴⁸ In *Claridade: revista de arte e letras*. Op. Cit. p. XXXI

oralidade e tenha valorizado as nossas crenças populares, as nossas práticas mágico-religiosas, o nosso realismo maravilhoso. (...). Como consequência deste procedimento, a literatura claridosa é, pois, o resultado de uma atitude nova vis-a-vis do homem das ilhas e da realidade que o envolve. A pulsão criadora dos escritores (...) decorre, assim, de uma descida em si próprios, de um mergulho na singularidade crioula, da consciência de que a realidade descoberta exigia uma expressividade diferente. Essa a razão por que, ao buscar o conhecimento das raízes e do processo da formação sociocultural de Cabo Verde, o movimento claridoso teve, na sua linha de intervenção, o Homem e a realidade crioula como forma privilegiada de representação.”¹⁴⁹

Com estes pressupostos, consideramos a *Claridade* como o precursor da independência de Cabo Verde. Porém, defendemos que não se tratava de um Movimento de libertação política, no entanto, ao promover a independência cultural, exerceu forte influência na construção ideológica de Cabo Verde e determinou o rumo para a afirmação da nacionalidade crioula. Isto porque, mesmo resultante de um caldeamento de raças, para os fundadores da revista, Cabo Verde era um espaço com uma “individualidade própria, duma cultura bem caracterizada. Possuidores duma música e dança próprias, duma cozinha, de instrumentais lúdicos, e duma língua que só por si distingue o cabo-verdiano doutros povos”. Assim, para Manuel Lopes: (...) fácil nos foi achar a expressão dessa cultura através duma literatura original sem o esforço de preocupar ser original, tanto escrevendo em crioulo como em Português.” Essa “originalidade não residia em mostrar ser, mas, simplesmente, em ser.”¹⁵⁰

Acrescentamos, ainda, que a *Claridade* era mais um testemunho social e telúrico, do que político e ideológico, na medida em que o grupo não requeria uma independência em relação a Portugal, “não pós em causa o sistema colonial, não se assiste nele à reivindicação dum estatuto nacional em Cabo Verde”¹⁵¹, mas sim um melhor tratamento e autonomia do arquipélago, tal como acontecia com Açores e Madeira. Os colaboradores pretendiam apenas lutar em prol dos interesses nacionalistas e populares do arquipélago. A justificação prende-se com o facto de que, de acordo com Manuel Lopes, na altura, estando sob o domínio de uma Ditadura, “os tempos não davam para aventuras do género”¹⁵². Baltasar Lopes diz que:

“O curioso é que alguns censuraram *Claridade*, acusando-a de, durante a sua vigência, no regime colonial, não ter assumido uma atitude mais

¹⁴⁹ DUARTE, Dulce Almada e ALFAMA, Jorge Miranda (Org.) – *Op. Cit.* p. 8-9.

¹⁵⁰ LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 83.

¹⁵¹ VENÂNCIO, José Carlos – *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério de Educação, 1992. p. 19.

¹⁵² *Idem.* p. 83-84.

concretamente combativa, mais polemicamente expressa, no sentido da independência política do nosso arquipélago.

Que me seja relevada a expressão, mas isto é “falar de cor”, cândida e rotunda ignorância dos condicionamentos de então. (...). Logo naqueles terríveis anos trinta, com Mussolini e Hitler berrando pelas Europas e ameaçando este mundo e o outro, com os seus afluentes prontos a imitá-los, tal o Doutor Salazar em Portugal, de que dependíamos politicamente, Salazar e a sua censura implacável, que não deixava passar qualquer vislumbre de autonomia de espírito, precursor, na sua óptica, de uma actuação virada para a independência das colónias; censura que, inclusivamente, não admitia nem tolerava o emprego em público da palavra fome, não fossem os cenáculos internacionais saber que em Cabo Verde havia fome, porque, a haver fome, isto seria um atestado de incapacidade da administração colonial portuguesa.

Que vistam a pele do lobo os opositores de *Claridade*, que imediatamente se veriam in mente a caminho, pelo menos, do presídio de Tarrafal.”¹⁵³

Podemos ver que a corrente *Claridade* teve início antes do começo da segunda guerra mundial, em pleno reinado salazarista, período em que não era fácil a consciencialização política, dadas as ferozes limitações dos meios de informação, designadamente da rádio e da imprensa em geral. A censura e a repressão política em Portugal limitavam a expressão e a criatividade, do Minho a Timor.

Nesta sequência, os autores limitaram-se apenas a exprimir, de forma mais incisiva e aproximada, o carácter e o sofrimento do cabo-verdiano, fazendo a literatura, face à situação do arquipélago, assumir uma função social. O Professor Alberto Carvalho afirma que “o grupo de *Claridade* (...) representaria nos anos trinta o genuíno espírito literário de uma produção poética e narrativa que visava, no essencial, dar-se como testemunho artístico realista da vida insularizada nas ilhas atlânticas.”¹⁵⁴

Nesta ordem de ideias, a atitude expressa pela revista pode ser considerada como o primeiro ato de afirmação nacional, ato naturalmente sujeito a transmutar-se noutras formas de expressão política, como viria depois a acontecer. Esta afirmação é, sem dúvida, unânime no meio literário cabo-verdiano. Mas houve quem repudiasse o novo espírito científico e literário de denúncia contra o domínio político e cultural do governo de Salazar levados a cabo pela geração da *Claridade*. Onésimo Silveira, na sua obra *Consciencialização na Literatura Cabo-Verdiana*, de 1963, que anteriormente citamos, negou o esforço progressista e messiânico da revista. O escritor lançou a contestação mais veemente até à data produzida contra o grupo, sacudindo por inteiro as hostes claridosas.

¹⁵³ “Depoimento de Baltasar Lopes.” *Op. Cit.* p. XIV

¹⁵⁴ CARVALHO, Alberto de – “Prefácio”, In SANTOS-LOPES, Manuel – *Falucho Acorado*. Lisboa: Cosmos, 1977. p. XII.

Onésimo acusa-os de “inautenticidade e de elitismo, afirmando que isso se devia à formação que teriam recebido como herança do Seminário. Aí educados, os elementos da *Claridade* estariam irremediavelmente presos de “uma cultura fortemente europeia e europeizante, cuja educação mais literária que científica não poderia oferecer-lhes a consciência necessária para uma efectiva ligação com o povo”. Acusa, ainda, os colaboradores de “nítida fuga aos componentes negróides da cultura cabo-verdiana”. Elsa Rodrigues dos Santos discorda do conteúdo da obra e insurge-se contra o autor, afirmando que este foi “extremamente injusto, faltando-lhe a perspectiva histórica no tempo e no espaço, capaz de aprender a importância deste movimento, como ponto de partida da moderna literatura cabo-verdiana”.¹⁵⁵

Por outro lado, defendemos que o despertar dos claridosos não se integra na linha da corrente negritudinista, visto que a revista procurou sempre destacar o particularismo de Cabo Verde em relação às outras colónias e, evidentemente, a Portugal. Os colaboradores mostraram-se sempre conscientes da sua realidade vincadamente mestiça. Por este motivo, consideramos que existe nos claridosos um “nacionalismo camuflado”.

Folheando a revista, verifica-se que a recuperação da tipicidade crioula constitui, sem sombra de dúvida, o elemento central do projeto do grupo fundador e dos colaboradores da revista, visto que nas diversas construções literárias patenteiam elementos característicos da realidade crioula, sejam como: a promoção da língua crioula, a recuperação/divulgação dos contos/estórias que faziam parte da oralidade cabo-verdiana (ex. O Lobo e o Chibinho), o enaltecer da morna e batuque, o sentimento da insularidade, a sociedade mal administrada e os seus flagelos (seca, fome) que fustigam a terra e a alma cabo-verdianas, a emigração para terras longínquas como escape à pobreza (teorizado sob o mito da Pasárgada), o fim da emigração para os Estados Unidos da América e a sua respetiva consequência, o complexo dilema de querer ficar (por coerência ideológica) e ter de partir (por necessidade económica) ou ter de partir e querer ficar, a dupla função do mar (mar como prisão que impede o homem de alargar os seus horizontes e mar como meio de evasão que permite homem adquirir novos conhecimentos e concomitantemente melhores condições de vida), entre outros.

Para um conhecimento substancial das linhas mestras que definem a ideologia claridosa, propomos a leitura do poema *Irmão*, de Jorge Barbosa, presente na obra

¹⁵⁵ SANTOS, Elsa Rodrigues – *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989. p. 47.

Ambiente, em que autor assume, nos seus versos, as várias temáticas sustentadas pela revista *Claridade*:

“Irmão

Cruzaste Mares
na aventura da pesca da baleia,
nessas viagens para a América
de onde às vezes os navios não voltam mais.

Tens as mãos calosas de puxar
as enxárcias dos barquinhos no mar alto;
viveste horas de expectativas cruéis
na luta com as tempestades;
aborreceu-te esse tédio marítimo
das longas calmarias intermináveis.

Sob o calor infernal das fornalhas
alimentaste de carvão as caldeiras dos vapores,
em tempo de paz
em tempo de guerra.

E amaste com o ímpeto sensual da nossa gente
as mulheres nos países estrangeiros!

Em terra
nestas pobres Ilhas nossas
és o homem da enxada
abrindo levadas às águas das ribeiras férteis,
cavando a terra seca
nas regiões ingratas
onde às vezes a chuva mal chega
onde às vezes a estiagem é uma aflição
e um cenário trágico de fome!

Levas aos teus bailes
a tua
melancolia no fundo da tua alegria,
quando acompanhas as Mornas com as posturas
graves do violão
ou apertas ao som da música crioula
as mulheres amoráveis contra o peito...

A Morna...
parece que é o eco em tua alma
da voz do Mar
e da nostalgia das terras mais ao longe
que o Mar te convida,
o eco

da voz da chuva desejada,
o eco
da voz interior de nós todos,
da voz da nossa tragédia sem eco!

A Morna...
tem de ti e das coisas que nos rodeiam
a expressão da nossa humildade,
a expressão passiva do nosso drama,
da nossa revolta,
da nossa silenciosa revolta melancólica!

A América...
a América acabou-se para ti...
Fechou as portas à tua expansão!

Essas Aventuras pelos Oceanos
já não existem...
Existem apenas
nas histórias que contas do passado,
com o canhoto atravessado na boca
e risos alegres
que não chegam a esconder
a tua
melancolia...
O teu destino...
O teu destino
sei lá!

Viver sempre vergado sobre a terra,
a nossa terra,
pobre
íngrata
querida!

Ser levado talvez um dia
na onda alta de alguma estiagem!
como um desses barquinhos nossos
que andam pelas Ilhas
e o Oceano acaba também por levar um dia!

Ou outro fim qualquer humilde
anónimo...

Ó Cabo-Verdiano humilde
anónimo
— meu irmão!”¹⁵⁶

¹⁵⁶ FERREIRA, Manuel – no reino de Caliban I. 3ª Ed. Plátano Editora, s/d. p. 87.

Como podemos constatar, é evidente o tema da emigração como fuga aos problemas da terra; a situação do abandono em que o arquipélago se encontrava; a miséria; a fome; as contingências pluviais; a melancolia; a revolta patente no seio da sociedade; a Morna como expressão da alma cabo-verdiana; o desejo de uma vida melhor; etc. Enfim, são estas muitas das situações abordadas pelos colaboradores, que se resumia essencialmente em assumir a realidade cabo-verdiana e em exprimi-la.

Nesta sequência, Manuel Lopes no seu ensaio intitulado “Reflexões sobre a literatura cabo-verdiana ou A literatura nos meios pequenos”, diz que:

“Quando nos referimos a uma literatura própria imaginamo-la vestida de um estilo peculiar e apoiada em uma experiência vivida segundo um estilo de vida peculiar, independentemente do número de obras e de autores. Numa literatura o que conta são as obras representativas. (...) Quando falo de “literatura cabo-verdiana” refiro-mo à literatura que traduz a sensibilidade e a idiossincrasia do povo naquele arquipélago, e não a essa epidemia que prolifera em toda a parte, e que, por não ter as raízes fincadas na carne e não se embeber no próprio sangue, não é pertença de nenhum povo; (...) uma coisa é literatura em Cabo Verde, e outra literatura cabo-verdiana. Desde há muito existem literatos em Cabo Verde. Falavam de tudo menos do povo, do seu meio ambiente, dos seus hábitos, da sua problemática. Exaltavam a Beleza. Beleza radiosa que lhes ofuscava o Bem e o resto. (...) sobrepunham-se assim à mesquinhez do meio, viravam as costas ao povo.(...). Ora, com a publicação do número da revista *Claridade*, Cabo Verde, que já tinha uma música própria, um idioma, uma dança e uma culinária próprios, passou a ter também uma literatura própria. Uma literatura com características inconfundíveis.”¹⁵⁷

Atendendo aos temas abordados, acreditamos que os colaboradores, além da vocação literária, demonstravam ter sensibilidade para questões de cariz sociológico, psicológico, antropológico, geográfico, linguístico, enfim, todas as questões intrínsecas à realidade de um povo. Como refere Alberto Carvalho, tendo como desígnio a cabo-verdianização da literatura, este movimento tinha “(...) uma preocupação sociológica e estética que excede a simples tematização literária da realidade, para se assumir como programa alargado às ciências humanas, inaugurando uma literatura que se faz realista e comprometida, expressão viva da realidade total, (...). E, a singularidade da sua pesquisa consiste em privilegiar o espaço físico das ilhas, e em visar mais o seu próprio contexto que merecia ser redescoberto do que queimar a sua criatividade em problemas afins da cultura.”¹⁵⁸.

¹⁵⁷ LOPES, Manuel – “Reflexões sobre a Literatura Cabo-Verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”. In *Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959. p. 4-5-15.

¹⁵⁸ CARVALHO, Alberto – “Prefácio”. In LOPES, Baltar - *Chiquinho*. Ed. África – Literatura, arte e cultura. Prefácio de Alberto Carvalho. Lisboa: 1984. p. 14.

Chamamos a atenção para o facto de o género literário predominante na *Claridade* ser o da narrativa, contrariando aquilo que é habitual em literaturas emergentes que, normalmente, começam pelo cultivo poético e só depois da sua consolidação como literatura é que passam ao cultivo prosístico.

Em relação ao género poético, praticado maioritariamente pelo co-fundador Jorge Barbosa, quanto à estrutura, houve uma verdadeira revolução, sobretudo à renúncia das estruturas poéticas tradicionais (rima, métrica, temas, entre outras). Os escritores optaram, assim, por uma escrita livre e directa. Ali, cada verso pode resumir-se a uma palavra, ou a um sintagma. Entendemos que seja com a finalidade de a “dor e o sofrimento [expresso pelo sujeito poético] se grave e avive dentro de nós”.¹⁵⁹

Em síntese, reconhecendo o papel dinâmico da literatura na expressão da realidade, certificamos que a revista *Claridade* é testemunho de uma geração de escritores que, na sua época, procurou exprimir as angústias do povo cabo-verdiano, principalmente das camadas mais sofredoras. A literatura claridosa surge assim não como simples necessidade estética, mas como meio de expressão do descontentamento que se reinava no arquipélago.

Deste modo, afirmamos que a *Claridade* se insere num processo de conhecimento e interpretação da realidade crioula, colocando o realismo cabo-verdiano à altura de gerar objetos literários dignos de crédito, num contexto de modernidade e autonomia.

Atendendo aos objetivos do grupo fundador, no contexto geral da literatura cabo-verdiana, a revista pode ser vista como um período de maturação da consciência cabo-verdiana, concretizando a renovação literária e a abertura para uma literatura cabo-verdiana *sui generis* de que tanto a elite ansiava.

Claridade, nas palavras de José Carlos Venâncio é considerada “ (...) a primeira manifestação de autêntico espírito moderno português fora da metrópole e a primeira revista que deu expressão a um movimento literário profundamente cabo-verdiano, marcou o despertar do intelectual do homem crioulo, o que vale também por ter sido, nesse propósito, pioneiro na África lusófona”. Para o mesmo autor, isto deve-se ao facto de que o “Cabo-verdiano havia desempenhado em relações às outras colónias

¹⁵⁹ FERREIRA, Manuel – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa I*. Biblioteca Breve – Série Literatura. Vol. VI. Lisboa: 1977. p. 37.

portuguesas um papel intermediário entre os colonizadores e colonizados, pelo que à partida estaria em melhores condições de virar o bico ao prego, o que na verdade fez.”¹⁶⁰

Nesta sequência, *Claridade* foi quase que uma revolução cultural dentro dos acanhados e vigiados horizontes da terra cabo-verdiana. E, “valorizando a identidade nacional, a revista abriu inovadoras e perduráveis perspectivas no depois da literatura cabo-verdiana [e da África lusófona em geral], as quais, com o tempo, se vieram a consubstanciar nas publicações que lhe sucederam – Certeza, Suplemento Cultural e Seló – e, décadas depois, Raízes, que representam a transição para uma nova literatura, que se concretiza com Ponto e Vírgula e Fragmentos.”¹⁶¹ Todos herdeiros legítimos da *Claridade*, que aqui pode ser vista como “revista-mãe”.

2. Os nove (9) números da revista *Claridade*

Como anteriormente foi referido, com o objetivo de relatar uma identidade e os males que afetavam a realidade social do arquipélago, em vez da publicação de um jornal, que inicialmente era a aspiração do grupo, surge no cenário literário cabo-verdiano a revista *Claridade*.

Quanto às publicações, de 1936 a 1966, saíram, no total, nove (9) números desta revista. E devido ao interregno que se estabeleceu entre essas publicações, surgem dois momentos ou fases distintas da *Claridade*.

Na primeira fase, de Março de 1936 a Março de 1937, foram publicados três (3) números, com um intervalo de cinco a seis meses. O 1º (Março de 1936) e 2º (Agosto de 1936) foram dirigidos por Manuel Lopes e o 3º número (Março de 1937) por João Lopes. O núcleo de redatores nesta primeira fase é muito pequeno e podemos dizer que estes três números devem-se ao trabalho exclusivo dos seus respectivos fundadores, anteriormente citados, e João Lopes.

Atento à construção de uma identidade cultural autónoma, baseada na criação da "cabo-verdianidade" e na análise das alarmantes condições socioeconómicas e políticas das ilhas do arquipélago, esses três números, essencialmente literários, nem por isso deixam de mostrar “notas que apontam não só às características sociais de Cabo Verde

¹⁶⁰ VENÂNCIO, José Carlos – *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, 1992. p. 17.

¹⁶¹ DUARTE, Dulce Almada e ALFAMA, Jorge Miranda – *Op. Cit.* p. 10.

mas também às suas raízes humanas e telúricas, conferindo à língua de Cabo Verde uma presença de honra”¹⁶², demonstrando assim uma clara desobediência ao regime colonialista.

Os dois primeiros números, em particular, foram muito expressivos e frontais quando à definição da ideologia da revista. No intuito de defender uma das raízes mais profundas do povo de Cabo Verde, o 1º número, intitulado *Lantuna & e 2 motivos de finaçom (batuque da ilha de Sant’iago)*, traz, por exemplo, na página de rosto, um poema em crioulo de carácter popular: “Chotinha bêm de lantuna / cô gudja, cô didal, cô linha / Chotinha bêm di lantuna / mona bedja bêm di barsêra / Mpidi Nhôr-Dês / pê câ matâm muto nobo / nem pê câ matâm bedjo di-más; / pamodi / bedjo n’tá bá storiado / nobo n’tá bá di trabessado / na subida n’ta bá mondudo / na dixida n’tá bá stendedo / na trabessa n’tá bá sereno”. (1ª e 2ª quadra).

Considerado como um dos elementos mais expressivos da cultura cabo-verdiana, o crioulo foi, durante muito tempo, objeto de repressão por parte do colonialismo português, principalmente, durante o regime fascista de António de Oliveira Salazar. Em resposta a esta opressão, segundo o decano da revista, Baltasar Lopes, “o crioulo constitui um fenómeno cultural total, que se confunde com a respiração do povo que o criou e dele se serve como instrumento de comunicação humana (...), portanto, quem tentasse a erradicação do crioulo, mutilaria irremediavelmente a alma do homem cabo-verdiano.”¹⁶³

O 2º número da revista, datado de Agosto do mesmo ano, prosseguiu com a valorização da língua nativa cabo-verdiana, apresentando, na folha de rosto, uma *Morna*¹⁶⁴, em crioulo, de Xavier Cruz: “Venus!... oh nhâ crecheu querida, / Pamó qui bô há-l fazem sofrê... / Venus / oh astro di nhá pensamento, / Pamó qui bó há-l dixâm morrê” (1ª quadra). Baltasar Lopes ocupa também duas páginas com o texto *Notas para o estudo da linguagem das ilhas*, em que apresenta o contexto da formação do crioulo de Cabo Verde e reconhece que não se trata de um dialecto, mas sim de uma língua.

Verifica-se assim que, num sinal de uma clara revolta contra o colonialismo português, a revista *Claridade* consagrou o crioulo, dando-lhe um lugar de destaque no

¹⁶² FERREIRA, Manuel – *no reino de Caliban I*. 3ª Ed. Plátano Editora, s/d. p. 87.

¹⁶³ LOPES, Baltasar – *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento*. Praia: Imprensa Nacional. 1956. p. 30

¹⁶⁴ Canção que reflete a realidade insular do povo de Cabo Verde. É considerada por muitos investigadores como a primeira forma artística subjacente à identidade nacional cabo-verdiana. Geralmente, tem como tema o amor à pátria, a saudade de “kretxéu” (querer muito), a morabeza do povo cabo-verdiano, o sofrimento, a partida para o estrangeiro, o mar, entre outros.

meio literário cabo-verdiano. Todavia, convém referir que, segundo a investigadora brasileira Benilde Caniato, “a tradição literária em crioulo é de fins do século XIX, quando o Almanaque luso-africano (2 volumes: 1894 e 1899) publicou historietas, anedotas, lendas, poesias e letras de canções [em crioulo]. (...). Eugénio Tavares (Nhô Eugénio) e Pedro Cardoso são os primeiros a compor o núcleo literário em crioulo, estimulando a formação de uma vanguarda nos anos 30.”¹⁶⁵

Como é sabido, na África lusófona, durante o colonialismo, o colonizador impunha a língua portuguesa ao colonizador e desvalorizava as línguas nativas ou as oriundas dos contactos interculturais, como é o caso de Cabo Verde. Assim, se por um lado, nos primórdios da literatura cabo-verdiana, o emprego do crioulo estava vinculado ao interesse romântico pelo exótico, com a *Claridade* reconhecemos que significa um ato de coragem e ousadia, pois serve na revista para retratar a singularidade cultural do povo do arquipélago. Todavia, referimos que não há um apagamento da língua portuguesa, nem tão pouco uma adoção total do crioulo. A revista passa a adotar um híbrido em sua escrita, sempre com predominância do português.

Além da valorização e afirmação da língua crioula, nesses três números constam também, em primeira mão, o excerto da obra *O Galo Que Cantou na Baía*, de Manuel Lopes, e *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, quase toda a obra de Jorge Barbosa, considerado o ponto de partida para uma nova estética poética cabo-verdiana. Contêm também artigos que apontam para as características sociais de Cabo Verde, como: *Tomada de vista*, de Manuel Lopes – que relata a emigração como um desejo característico do povo cabo-verdiano – e *Apontamento*, de João Lopes – que nos deu a conhecer um pouco da história económico-social de Cabo Verde, na época do colonialismo.

Sobre a importância destes primeiros números da revista, o estudioso Manuel Ferreira, que na altura se encontrava em Portugal, afirma que:

“Andávamos nesse tempo vivendo intensamente o projecto social de uma literatura emprenhada – o neo-realismo – e, de repente, em ilhas longínquas, virem-nos parar às mãos, milagrosamente, os três números de uma revista literária e cultural cabo-verdiana foi um alumbramento. Nela víamos o modelo daquilo que ainda não tínhamos visto em Portugal: o social, o concreto como ponto de partida para um projecto literário e cultural nacional.”¹⁶⁶

¹⁶⁵ CANIATO, Benilde Justo – “Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos.” In: *Via Atlântica*. Nº 5 (Out 2002), Universidade de São Paulo – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. p. 132.

¹⁶⁶ FERREIRA, Manuel – “O fulgor e a esperança de uma nova idade (Prefácio)”. In *Claridade: Revista de arte e letras*. Op. Cit. p. XIX.

Em relação aos colaboradores, além dos nomes já citados, temos ainda as participações de Teixeira de Sousa, António Aurélio Gonçalves, Gabriel Mariano, Aquinaldo Brito da Fonseca e de Corsino Fortes.

De forma resumida, estes três números, que constituem a primeira fase da revista, testemunham, da parte dos claridosos, uma intenção de inovação da literatura cabo-verdiana a partir dos valores e motivações próprias da terra cabo-verdiana. Amílcar Cabral assegura que esta fase, apesar de ter sido relâmpago, foi o suficiente para a nova geração de poetas cabo-verdianos poder ver claro, e compreender que a poesia de Cabo Verde só poderia ter personalidade, possuir um real valor, se, sem intenção premeditada, fosse “os olhos e a boca” do Arquipélago das secas.”¹⁶⁷

Em seguida, devido às dificuldades económicas que o grupo enfrentou, pois eram eles próprios a custear as despesas inerentes à revista, e à dispersão dos elementos pelas várias ilhas do arquipélago, a publicação dos números foi suspensa durante dez anos. E, durante esse hiato, constatamos que numa carta de Jorge Barbosa dirigida a Manuel Lopes, o grupo tinha tentado elaborar outra revista, e com um nome diferente:

“Não sei o que dará o projecto da revista. Lopes [João] está entusiasmado. Comprou já uma porção de papel que há-de dar para um número. A nossa dispersão, a falta de contacto, portanto trarão, certamente, falta de unidade na “mise-en-marche” da folha.

Mas isso é coisa que talvez se possa renovar com boa vontade. Julgo que a revista poderia apresentar-se em forma de livro, a exemplo do que agora a *Presença*;¹⁶⁸ que a sua fisionomia poderia, entretanto, ser em tamanho (e também em outras coisas) diferente da *Presença* para evitar a fotografia, o que já não

¹⁶⁷ CABRAL, Amílcar – “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana.” *Op. Cit.*

¹⁶⁸ A revista portuguesa *Presença*, de Coimbra, pode ser indicada como presença literária forte no movimento dos “claridosos”, principalmente nos primeiros anos. É sobejamente conhecido que alguns dos principais elementos da *Claridade* conheceram-na, leram-na ou desfolharam-na. O mais significativo é a revista ter publicado vários poemas de Jorge Barbosa. Ainda sabe-se que a revista tinha uma boa recepção entre os intelectuais cabo-verdianos. Que Jaime Figueiredo se correspondeu com José Régio (um dos fundadores da revista *Presença*), e que quando aparecia em São Vicente, ido da Praia, levava sempre consigo alguns números da *Presença*. Assim, não restam dúvidas que *Claridade* recebeu da *Presença* esse autêntico espírito moderno bem patente na revista, ou seja, a revista *Presença* influenciou nos claridosos o espírito de independência crítica e de certa irreverência perante os valores estáticos. Acerca disto, Félix Monteiro diz que “(...) julgo que à *Presença*, ao espírito renovador da *Presença*, muito devem, se não todos os componentes, pelo menos o fundador da *Claridade*, e alguns que o acompanharam”, concretizando um pouco na informação de que “Jorge Barbosa e Jaime de Figueiredo, os primeiros nomes de Cabo Verde que, muito antes da fundação do Grupo firmaram produções de carácter “modernista”, colaboram na *Presença*, o primeiro com poesia e o segundo com desenhos, e a natureza dessa colaboração denuncia a integração desses dois artistas no clima literário e artístico presencista. In “Claridade: Revistas de arte e letras.” *Op. Cit.* p. XXVI. O crítico Arnaldo França acrescenta que por mais estranho que possa ser num território africano de características próprias, “foi a libertação modernista, possibilitada no arquipélago pela revista coimbrã, que permitiu abrir caminho para uma consciência de caboverdianidade dos escritores ilhéus”. *Apud* BRITO-SEMEDO, Manuel – *Cabo Verde: a construção da identidade nacional – a análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Ed. Instituto de Biblioteca Nacional e do Livro, 2006. p. 322.

acontecia com *Claridade*, na parte de apresentação. Período de publicação bi-mensal ou tri-mensal. [...]

O Lopes acha detestável a sugestão “Revista de Cabo Verde”. Diz que já tivemos “Notícias”, “Futuro”, “Voz”, etc., de Cabo Verde.”¹⁶⁹

No entanto, a revista idealizada não saiu. Depois de uma interrupção de dez anos, *Claridade* reaparece, sob a forma de um livro, em 1947, inaugurando assim a segunda fase da publicação.

Assim, o 4º número surge em Janeiro de 1947; o 5º em Setembro de 1947; o 6º em Julho de 1948; o 7º em Dezembro de 1949. Segue-se mais um interregno de dez anos. Em Maio de 1948 é publicado o 8º número. O 9º e derradeiro número sai em Dezembro de 1960. Coube ao João Lopes o cargo de Diretor e o Nuno Miranda o de Editor (exceto nos números 8º e 9º, em que o lugar de Editor foi preenchido por Joaquim Tolentino).

Nesta fase, verifica-se que a revista surge com uma periodicidade muito irregular. Contudo, “os valores da *Claridade* não se deterioraram, antes pelo contrário, ganharam uma nova perspetiva, uma modernidade de homens que souberam evoluir com a marcha do tempo e com as novas achegas da literatura”.¹⁷⁰

A colaboração é muito diversificada. Além de uma extensa colaboração dos fundadores da revista em vários domínios, como contos, poesias e artigos, integram-se também as novelas de António Aurélio Gonçalves – *Recaída* e *Noite de Vento*; os poemas em crioulo de Gabriel Mariano – *Galo Bedju*, *Bida'l de Pobre*, *Casamento*, *Finaçom*, *Dinhéro d'es mundo* -, e *Mudjer di Hoji*, de Jorge Pedro; artigos de etnografia, como *A estrutura social da ilha de Fogo em 1940* e *Sobrados, Lojas & Funcos: Contribuição para o estudo da evolução social da ilha do Fogo*, de Henrique Teixeira de Sousa; artigos folclóricos, como *Tabanca: evolução semântica*, *Tabanca: uma lenda* e *Bandeira da Ilha do Fogo: o senhor e o escravo divertem-se*, de Félix Monteiro. Ainda, esta fase deu a conhecer autores como Corsino Fortes, Pedro Corsino Azevedo, Arnaldo França, Nuno Miranda, Tomaz Martins, Aguinaldo Brito Fonseca, Mário Macedo Barbosa, entre outros.

¹⁶⁹ Apud SANTOS, Elsa Rodrigues – *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989. p. 49.

¹⁷⁰ *Idem*. p. 50.

No geral, atendendo a primeira e a segunda fase da revista, Baltasar Lopes, na tentativa de explicar o porquê de o grupo ter publicado apenas nove números da revista, fez saber que o:

“Quartel de poucos oficiais, falta de preparação especializada nos variados domínios da Antropologia Cultural, dispersão pelas ilhas ou no exterior da maioria dos poucos colaboradores potenciais, o próprio ineditismo do programa tiveram por consequência que poucos números puderam ser organizados e publicados e mesmo esses com irregularidade no seu espaçamento.”¹⁷¹

Com esta observação, percebemos claramente as variadas limitações e condicionantes da época que contribuíram para que as aspirações do grupo ficassem abaixo das expectativas. Ou seja, como refere Baltasar Lopes, infelizmente a ambição do grupo cumpriu-se, mas em “mínima percentagem”. Acreditamos que as suas pretensões passavam por um maior número de publicações e com temas mais abrangentes e aprofundados.

Todavia, com estas publicações, não se pode negar a existência, em Cabo Verde, de uma literatura própria, assente na realidade do homem das ilhas. Nas palavras de Manuel Lopes, “(...) operou-se ali uma floração de valores culturais que se nos afigura terem tornado o arquipélago num centro regional de literatura própria com validade nacional e, conseqüentemente, universal”.¹⁷²

Resumindo e concluindo, perante um documento deste teor, como é a *Claridade*, que se quis número a número no cumprimento de uma inteira fidelidade à expressão da realidade crioula, Cabo Verde, apesar da reduzida extensão geográfica, soube encontrar e definir o seu próprio caminho em relação ao mundo metropolitano e às outras realidades coloniais.

¹⁷¹ “Depoimento de Baltasar Lopes.” In *Claridade: revista de arte e letras*. Op. Cit. p. XIV

¹⁷² LOPES, Manuel – “Reflexões sobre a Literatura Cabo-Verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos.” Op. Cit. p.4-5.

3. *Os Flagelados do vento leste*, do claridoso Manuel Lopes, entre a ficção e a realidade do arquipélago

“Nada de especial. Fui apenas o intérprete de uma realidade regional. Uma testemunha comovida, repito.”
(Manuel Lopes)

Como já tivemos a oportunidade de ver, recriar a representação do homem e do mundo que o acolhe e onde ele procura realizar-se, ou seja, refazer a relação do homem com o seu espaço vital, neste caso, Cabo Verde, constituem os objetivos centrais dos fundadores da revista *Claridade*.

No entanto, os claridosos, sob a mesma ideologia e dando abertura a uma escrita mais abrangente, além da criação da revista, publicaram também obras literárias (contos, romances, poesias) que, hoje, são consideradas das mais expressivas e representativas do cenário da literatura cabo-verdiana. Estas publicações, tendo também como referência a realidade e as raízes do homem arquipelágico, instituíram, no panorama literário cabo-verdiano, uma literatura *sui generis*, assente na representação da realidade cabo-verdiana. É sob esta perspetiva que podemos observar o romance *Os flagelados do vento leste*, de Manuel Lopes, considerado como um dos exemplos mais notáveis das criações dos autores da geração de *Claridade*.

Manuel Lopes, um dos pilares do movimento claridoso, nasceu em Cabo Verde, ilha de São Nicolau, em 23 de Dezembro de 1907. Ele diz-nos que “ deixei cordão umbilical na ilha de São Nicolau, num lugar apazível que revisei em 1970; mas fui com poucos dias de idade para São Vicente. Sou oficialmente mindelense.”¹⁷³ Ali, fez os estudos primários e, posteriormente, secundários em Coimbra, Portugal. Regressou a Cabo Verde, em 1923, com o propósito de trabalhar numa empresa inglesa de telecomunicações, a Western Telegraph. Faleceu em 25 de Janeiro de 2005, em Carcavelos, Portugal.

Considerado como um dos escritores mais influentes da literatura cabo-verdiana e um dos expoentes máximos da geração da *Claridade*, Lopes mostrou ser um escritor multifacetado. De entre as suas publicações mais conhecidas, destacam-se: *Chuva Braba* (romance, 1956, Prémio Fernão Mendes Pinto), *O Galo que Cantou na Baía* (contos, 1959, Prémio Fernão Mendes Pinto) e *Os Flagelados do Vento Leste* (romance, 1959, Prémio Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde). Lopes foi, também, autor

¹⁷³ Apud VENÂNCIO, José Carlos – “Entrevistas com escritores”. In *Literatura e Poder na África Lusófona*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1992. p. 69.

de outros títulos como *Horas Vagas* (poesia, 1934), *Poemas de Quem Ficou* (poesia, 1949), *Temas Cabo-verdianos* (ensaio, 1950), *Crioulo e Outros Poemas* (poesia, 1964), *As Personagens de Ficção e os seus Modelos* (ensaio, 1971) e *Falucho Acorado* (antologia poética, 1997).

Além de co-fundador e colaborador da revista *Claridade*, Lopes teve participação dispersa em vários jornais e revistas (ex. publicou os seus primeiros textos literários em 1927 no *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*) e algumas das suas obras têm alcançado repercussão internacional, através de algumas traduções.

Escritor de um assinalado mérito, os seus contos e romances, em particular, imbuídos da ideologia claridosa, “reflectem constantes preocupações e engajamento com a Mãe-Terra, [Cabo Verde], materializada na luta com contornos dramáticos, do seu povo pela sobrevivência que de forma magistral, descreve na sua obra”.¹⁷⁴ De forma a comprovar esta reflexão, Lopes afirma que:

“Os meus escassos trabalhos de ficção, (...), reflectem o meio ambiente e resultam da vivência e da observação atenta do meio e do homem nele integrado – daí a importância que dou à paisagem física envolvente. É a denúncia da realidade que vivi nas ilhas.

(...)

Esforcei-me por traduzir, sem partis-pris, sem deformações ideológicas ou outras, a realidade que vivi – observei. Recebo lições do real através da vivência e da observação. As minhas narrativas são testemunhos sociológicos, que o são sem a intenção de o ser, são apenas transparentes na sua simplicidade e objectividade.

(...)

Quis mostrar um aspecto, dos mais dramáticos, da realidade cabo-verdiana. Sem “compromisso, sem antolhos (detesto os antolhos), descomprometidamente. Não passo duma testemunha comovida. Os teóricos, os políticos, os historiadores que tirem as suas conclusões. (...). Enfim, pode dizer “o que está aqui [ou o que eu escrevo] é real e verdadeiro” (apenas deformado pela natural refração artística), não será um imperativo da consciência? Não sofro remorso de o colar, nem cobro nada por tê-lo feito, pois não fui recrutado por esta ou aquela ideologia, mas dou graças por ter podido fazê-lo sem compromissos e sem ter que pagar algo pela coragem de ser verdadeiro, mesmo até à crueldade...”¹⁷⁵

O estudioso brasileiro Renildo Ribeiro, ao refletir sobre o estilo literário de Manuel Lopes, defende que este “(...) era um escritor que tinha consciência do fazer literário e estava permanentemente preocupado com a busca de uma forma de expressão que fosse capaz não só de transmitir, mas também de fixar, no consciente e no

¹⁷⁴ ALFAMA, Jorge – “Os Flagelados do Vento Leste”. In *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. VEIGA, Manuel (Coord.). Ed. Karthala, 1998. p. 240.

¹⁷⁵ In: LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 92-95.

subconsciente de cada leitor, o drama vivenciado pelo homem do ilhéu portador de uma fé e de uma determinação incomensuráveis.”¹⁷⁶ Assim, de acordo com o estudioso atrás mencionado, é possível reconhecer em Manuel Lopes uma forte ligação entre o fazer artístico e o fazer social, na medida em que a realidade social direcionam os rumos das suas produções artísticas.¹⁷⁷

Em termos gerais, Lopes, sendo um exímio conhecedor da realidade do arquipélago de Cabo Verde, as suas construções literárias, ocupadas com uma estética de ficcionalização da realidade, centralizam na abordagem do homem cabo-verdiano e o seu meio circundante. Deste modo, através da leitura destas obras é possível ter um conhecimento substancial da alma crioula, da vida naquela região insular, das múltiplas carências, da resistência do homem, dos costumes, das condições naturais, dos climas fustigantes, entre outras. Reajustou-se, assim, a estética realista à dimensão das raízes das “gentes” de Cabo Verde. Nesta linha, o insigne crítico e especialista em Manuel Lopes, António Franco, afirma que:

“(…) nunca vivi em Cabo Verde, nem nunca por lá passei. Não vi as ruas do Mindelo ou da Praia, desconheço o seu movimento ou a sua luz. Não faço sequer ideia do que seja, em Santo Antão, o Campo Grande com os seus quase mil e quinhentos metros de altitude. Ignoro por inteiro o que seja dançar a coladeira pelo São João. Mesmo a Sodádi (...). Li no entanto, a literatura de Manuel Lopes, (...). Isso me bastou, e me continua a chegar, para me sentir filho de Cabo Verde. Tenho tantas lembranças da Ribeira das Patas, essa rocha húmida e quente no lado oriental de Santo Antão, como se lá estivesse estado uma porção de vezes. E que nostalgia das soberbas pedras do Porto Grande. E que saudades da gente crioula desses sítios, sobretudo dos velhos com sua imprevista tenacidade e das mocinhas com seus olhos cheios de piedade e doce suspiro na fala; que saudades – Deus meu – de tudo isto que nunca vi e porventura nunca verei. Não preciso sair de Lisboa para conhecer o mundo. (...). Um livro de Manuel Lopes é parte integrante de Cabo Verde. A sua leitura foi, então, para mim um exercício tão intenso sobre o imaginário cabo-verdiano como um passeio a pé, ao amanhecer, pelas ruas do Mindelo, a começar no monte do Sossego e acabar nos velhos portões da beira mar.”¹⁷⁸

¹⁷⁶ RIBEIRO, Renildo – *Um itinerário de lutas e buscas: Esperanças e resistência em Vidas Secas, de Graciliano Ramos, e os Flagelados do Vento Leste, de Manuel Lopes*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Alagoas para obtenção de grau de Mestre em Literatura Brasileira. Maceió, 2006. p. 59.

¹⁷⁷ Idem, p. 75.

¹⁷⁸ FRANCO, António Cândido – “Nota prévia”. In *Exercício sobre Imaginário cabo-verdiano. (Simbologia Telúrica-Marítimo em Manuel Lopes)*. Évora: Ed. Pendor, 1996. P 9-10

Para Lopes, essa representação literária da realidade crioula tinha essencialmente um objetivo – dar a conhecer ao mundo as desgraças que atormentam os seus irmãos ilhéus. Deste modo, o escritor fez saber que:

“Escolhi então a arma mais eficaz do ficcionista: a “discreta” denúncia duma situação histórica, sem apontar o dedo acusatório, apenas com o intuito de transmitir aos outros (é a nossa grande força interior) os mesmos sentimentos, a mesma repulsa, que me assaltaram, levando-lhes a experiência da minha perplexidade (e da minha esperança), sem disfarces ou fácil demagogia, mas com a mais sincera humildade, para que achassem eco no silêncio da sua solidão e das suas consciências; dizer-lhes, em suma, que algures numas indefesas ilhas do Atlântico em plena rota da chamada civilização ocidental, neste século das solidariedades, um mal devastador exigia a presença imediata e constante do clínico, não para disfarçar a anomalia, ou o escândalo se quiserem, mas para se evidenciar capaz de fornecer a terapêutica adequada à recuperação e sobrevivência dum povo que ousou contrariar os desígnios da natureza em cujos “planos”, como escreveu um intelectual cabo-verdiano, “não entrava, ao que parece a existência humana em Cabo Verde.”¹⁷⁹

Gerald Moser, no seu ensaio denominado *Um escritor exigente*, sustenta que Manuel Lopes, ao invés de ser tímido e preguiçoso como alguns críticos o consideravam, uma vez que raramente publicava algo, era um homem profundamente preocupado com a realidade do seu tempo e, sendo assim, possuía uma “ambição grave, de produzir obras não só de beleza poética, estilo cuidadosamente trabalhado e pensamento penetrante, mas também a de achar a expressão perfeitamente adequada à realidade objectiva da paisagem física e sobretudo da paisagem psicológica, os sentimentos, as motivações, os actos dos seus personagens, todos eles caboverdianos vistos dentro do ambiente das ilhas”.¹⁸⁰

Nesta circunstância, Lopes, consciente da necessidade de pensar e de escrever sobre a realidade de Cabo Verde, publica em 1959¹⁸¹, o romance *Os Flagelados do Vento Leste*.

Considerada uma obra de cariz neorrealista¹⁸², *Flagelados do Vento Leste* é um romance de cariz épico sobre o drama do arquipélago de Cabo Verde, preso na secura insular e colonial. Sob o pano de fundo de uma natureza dominadora, com as suas

¹⁷⁹ LOPES, Manuel – “Nota Introdutória à 2ª edição”. In *Os Flagelados do Vento Leste*. 3ª Ed. Lisboa: Vega, 1991. p. 8

¹⁸⁰ MOSER, Gerald – “Um escritor exigente.” *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. Porto, (Dez. 1990). p. 9.

¹⁸¹ Desta data até hoje, o romance teve várias edições, principalmente em Portugal e no Brasil. Escrito originalmente em Português (com o objectivo, segundo Lopes, que o livro atingisse âmbito universal), foi também traduzido para russo, ucraniano, francês e italiano.

¹⁸² Para Manuel Lopes, este neorrealismo caracteriza-se por ser *sui generis* se se quiser comparar o neorrealismo cabo-verdiano com o português (imbuído de ideologias) ou com o brasileiro. Vide LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 92.

contingências climáticas da seca e da estiagem, o autor retrata, tanto humana como artisticamente, a luta dos seres humanos contra a seca, a fome, a miséria e, conseqüentemente, a morte. Isto remete-nos para a célebre frase que Manuel Lopes tinha proferido no seu artigo, *Tomada de Vista*, publicado no nº 3 da revista *Claridade*:

“A luta entre o cabo-verdiano e a natureza é heroica. (Por que há que lutar, lutar de qualquer maneira para a conservação da espécie). O drama reside na penosa constatação de que a natureza é, em Cabo Verde, tão rebelde e diabólica, que o homem não consegue vence-la, que o homem antes de tudo é vítima dela.”¹⁸³

O romance tem como cenário a ilha de São Antão, mais concretamente a região central dessa ilha, Terranegra, zona do cultivo de agricultura de sequeiro. Ao refletir sobre a génese d’*Os Flagelados do Vento Leste*, Lopes afirma ter encontrado, nessa região, os

“(…) mais genuínos trabalhadores agrícolas de Cabo Verde, vítimas privilegiadas das estiagens do arquipélago. Ali convivi com os homens da terra, da enxada, do trabalho duro, com os seus dramas reais; para melhor observação e convivência comprei uma pequena propriedade e construí uma casinha. Cheguei a pegar na enxada para lhes mostrar que também sabia cavar como eles. Criei amigos. Criei amizades e confiança. O período de terrível estiagem que ali passei (ano de 1942) inspirou-me mais tarde *Os Flagelados do Vento Leste*. Talvez para fugir ao gesto de Pilatos...”¹⁸⁴

Na mesma linha, acrescenta que:

“A natureza hostil (estiagem) de sociedade com os sucessivos (des)governos (insuficiência dos socorros enviados pelos governantes de Lisboa) – eis o drama histórico das nossas ilhas. A população sofria desgastes de dezenas de milhares de mortes pela fome. Os Flagelados dão uma pálida ou atenuada ideia de como as coisas se passavam em Santo Antão.”¹⁸⁵

Na introdução da edição 1984 do romance, Lopes alerta sobre o impacto duradouro deste flagelo, fazendo a comparação deste com o da bomba atômica de Hiroxima. Para Lopes, a diferença residia no facto de a Bomba atômica ter sido fruto de um poder destrutivo do homem sobre a passividade da Natureza, e a estiagem em Cabo Verde ter vindo das forças da natureza que agia sobre a passividade do homem do ilhéu:

“Àqueles que consideravam os factos aqui narrados apenas uma tragédia pungente do passado, responderei: pois sim; como a bomba de Hiroxima – uma permanente advertência à memória dos homens de boa vontade, e o aviso de que a espada de Dâmocles continua suspensa sobre a população de Cabo Verde como, em escala maior, a ameaça atômica sobre a humanidade.

¹⁸³ LOPES, Manuel – “Tomadas de Vista”. In *Claridade. Op. Cit.* Nº 3. São Vicente. (mar. 1937).

¹⁸⁴ *Apud* VENÂNCIO, José Carlos – *Op. Cit.* p. 70.

¹⁸⁵ *Apud* LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 89.

A diferença existente entre essas duas calamidades, e guardadas as devidas proporções, reside no facto de esta última ser provocada pelo instinto destrutivo dos homens associado à passividade da Natureza, e a primeira pelas forças da Natureza associadas à passividade dos homens.”¹⁸⁶

Assim, quanto à veracidade da realidade descrita no romance, segundo Lopes:

“(…) a ficção não precisa descer aos pormenores para ser mais verdadeira que a realidade. O romancista não é, nem deve ser, um repórter. Não toma notas do que aconteceu para ir reproduzir o acontecimento. As suas personagens não teriam vida nenhuma. A observação directa produz uma impressão, i. e., só através desta espécie de transposição ou refacção é que se podem criar personagens. Não procurei assim denunciar casos episódicos, mais uma situação histórica, generalizada, que se repete ciclicamente em todo o arquipélago desde o seu achamento pelos cavaleiros henriquinos, em 1460, até aos nossos dias, 1959. Quero dizer que os “flagelados” aconteceram desde que o nosso arquipélago começou a ser povoado. (...). Com o meu livro *Os Flagelados...* não pretendi denunciar por denunciar, ou remexer feridas dolorosas, mas apenas lembrar que a espada de Démocles está permanentemente suspensa sobre a cabeça de quem faz a agricultura em Cabo Verde, de quem vive dela.”¹⁸⁷

Para o autor, demonstrando mais uma vez o valor documental da obra, a narração desses factos testemunhados:

“(…) tiveram uma acção terapêutica, ou mesmo catártica, sobre a minha sensibilidade, não viesse o remorso pesar-me na consciência de ter assistido, impávido, a um drama pungente – chamemos-lhe apenas isto isto (humanamente evitável, como veio a verificar) –, uma das periódicas catástrofes, nem pior nem melhor que as anteriores, secularmente toleradas naquele Arquipélago. Lavar as mãos, comodamente, como Pilatos, seria, mais do que tolerância e cumplicidade da minha parte, um crime insustentável.”¹⁸⁸

Nesta sequência, podemos verificar que este romance surge como símbolo de uma constatação sofrida pelo autor nas suas próprias entranhas, atingindo na sua sensibilidade pela visão da tragédia que assolava o arquipélago.

¹⁸⁶ LOPES, Manuel – “Nota Introdutória à 2ª edição”. In: *Op. Cit.* p. 9

¹⁸⁷ *Apud* VENÂNCIO, José Carlos – *Op. Cit.* p. 70.

¹⁸⁸ LOPES, Manuel – “Nota Introdutória à 2ª edição”. In: *Op. Cit.* p. 8.

De acordo com Ana Maria Martinho, esses “acontecimentos narrados parecem hoje sobretudo avaliáveis à luz de uma consciência interventiva, pela alteração progressiva das condições de vida, pela transformação da natureza em função dos próprios homens.”¹⁸⁹ Por coincidência, em 1960, as medidas foram tomadas e, posteriormente, mantidas, que, como Manuel Lopes reconhece, não permitiram a repetição de tais calamidades, embora as estiagens não tenham cessado de fustigar o arquipélago. Quer isto dizer que a literatura influenciou a ação, contribuindo sobremaneira para transformar no aspecto positivo o que até ali era considerado como uma tragédia.

O romance encontra-se dividido em duas partes: a primeira, de acordo com Patrícia Camargo, “traz à tona o projeto tipicamente neo-realista em que as personagens José da Cruz, Mochinho, Zepa, José Felícia, Nhô Manuelinho e a viúva Aninhas são personagens “tipo”, ou seja, não representam características específicas de individualidade, mas as circunstâncias, são personagens estereotipadas, representando a pobreza, a persistência, denunciando o grave problema social trazido pelas secas, pelas lutas de classe.” (...). Na segunda parte, de acordo com a mesma estudiosa, o autor “rompe com as características próprias do neo-realismo para narrar as consequências dramáticas das calamidades cíclicas em Cabo Verde. As personagens, nesse momento, apresentam-se com uma análise psicológica extensa. A personalidade, o carácter do personagem Leandro, é um bom exemplo disso, pois é detalhadamente delineada na trama.”¹⁹⁰

Para António Franco, a história deste romance transporta-nos para uma realidade social “sem contradições de maior entre si, sem divisões acentuadas e, sobretudo, sem abismos de situação e classe social”.¹⁹¹ Constatamos que a estória de todos, com algumas exceções, resume-se, direta ou indiretamente, a uma luta severa contra um único

¹⁸⁹ MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro – “Os Flagelados do Vento Leste: predestinação e exemplo”. In. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 10. Manuel Lopes reforça que “(...) as mortandades pela fome em Cabo Verde vêm de longe, embora, ao que parece, só no século XVIII as estatísticas começassem a funcionar. Não estou acusando ou defendendo regimes políticos. Os quadros do Sahel estão à vista. As medidas tomadas pela administração portuguesa em 1959 [ano da publicação do romance], por vontade dum governador de boa vontade, medidas bastantes eficientes, provam que os problemas cabo-verdianos foram muitas vezes descurados durante os quinhentos anos de vigência colonial, tanto na Monarquia como na República, como na ditadura fascista. Repare que a partir de 1959 as situações catastróficas não voltaram a repetir-se. (...)” In. VENÂNCIO, José Carlos – *Literatura e Poder na África Lusófona*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa- Lisboa, 1992. p. 71.

¹⁹⁰ CAMARGO, Patrícia – “Os Flagelados do Vento Leste, de Manuel Lopes, um ícone da Literatura Caboverdiana (Resenha).” *Revista África e Africanidades*. Ano I. N. 2. (Agos. 2008.). ISSN 1983-2354.

¹⁹¹ FRANCO, António Cândido – *Exercício sobre Imaginário cabo-verdiano. (Simbologia Telúrica-Marítimo em Manuel Lopes*. Évora: Ed. Pendor, 1996. p. 64.

adversário – a natureza. As personagens estão “todos molhados no mesmo plasma pardo, na mesma uniformidade”¹⁹². Acerca disto, Manuel Lopes afirma que a sua personagem está intimamente ligado “(...) ao ambiente que a formou. Ecologicamente certo (...). O homem das montanhas, o homem das planícies, o homem dos portos, cada um traz uma peculiaridade que lhe marca o carácter e os traços somáticos. O cabo-verdiano terá tudo isso a marcá-lo (...)”¹⁹³.

Como exemplo, vejamos a composição dos elementos sociais descrita no texto:

“Havia os que viviam mais perto das rochas, vagabundos e pastores, que se iam abrigar nas montanhas junto dos trilhos ermos, e tornavam-se “mascarados”. Quando as calamidades assolavam a Ilha, os mascarados caíam sobre os jornadeiros como corvos sobre milharal. Em pelo dia apareciam e desapareciam no silêncio dos caminhos perdidos, disfarçados com peles de cabra, como espíritos de mau agouro.

Havia, também, os sem-coragem, receosos do castigo do Céu, que evocavam as tragédias sofridas, os flagelos anteriores, a fome que matara seus pais e dizimara seus irmãos, e que podia também descer como uma maldição, sobre os seus filhos, - e maneavam a cabeça, com medo de não acreditar, embora duvidando, no fundo, da palavra de Deus.

Havia outros que se preocupavam menos com o seu trabalho do que com a vida de cada qual, como a viúva Aninhas, da Assomada, que só pagava dízimo, já que era dona de boas terras, mas sempre debaixo de guisa, a lamuriar as suas necessidades, e a fazer mal a uns e a outros, com os seus bruxedos e as suas novidades de arrepias.

Mas havia-os corajosos e voluntariados como o Manuelinho, ali de baixo, do Curralete, do lado esquerdo do Ribeirinho Seco, e o João Felícia, que morava a uma pedrada de funda mais abaixo, na margem direita do mesmo ribeiro, nas gordas terras do Lombinho. (...). Aceitavam, sem vacilar, o incentivo de José da Cruz, mais dirigido aos outros, aos fracos de espírito, do que a eles.”¹⁹⁴

Observamos aqui a preocupação do autor em edificar personagens inseridas numa realidade concreta, consequência de uma observação cuidadosa e constante. Através destas personagens, que de tão verosímeis, quase parecem reais, Lopes cria assim figuras representativas de um universo regional transportado para o romance.

Considerado a personagem central da primeira parte do romance, José da Cruz (tratado carinhosamente por Isé da Cruz) pode ser visto como o protótipo do povo cabo-verdiano, na medida em que demonstra um grande amor/apego a terra. Mesmo frente a mais cruel realidade, José da Cruz resiste para além das possibilidades humanas, na esperança de que, a qualquer momento, os sofrimentos possam ter fim. Imbuído de uma

¹⁹² MASSA, Jean-Michel – “Os Flagelados do Vento Leste”. In *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 14.

¹⁹³ In LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 87-88.

¹⁹⁴ LOLPES, Manuel – *Os Flagelados do Vento Leste*. 3ª Ed. Lisboa: Vega. 1991. p. 15-16. De agora em diante, apenas mencionaremos o número de página.

forte esperança/fé, ele considera que o sofrimento acabará no dia seguinte, no próximo mês ou no próximo “tempo d’aságuia”. Por mais que se sentisse fracassado, “(...) restava sempre uma esperança. Uma luzinha que recuava quando ele estendia a mão para ela. Todas as tentativas para chegar àquela luzinha eram vãs. Ah! Se a pegasse um dia nunca mais a largaria”. (p. 125-126).

Recorde-se que um elevado número da população cabo-verdiana, assolado pela catástrofe, emigrou durante este período (década de 40). Mas, *Os Flagelados do Vento Leste* narra precisamente a história daqueles que ficaram, e que de alguma forma tentaram lutar pela sobrevivência, pela sua terra, como é o exemplo a personagem José da Cruz.

Tendo a chuva como o símbolo da fartura e da vida, e a seca como a penúria, o sofrimento e a morte, a narrativa começa num momento preciso para a compreensão da realidade textual. Diz o narrador que:

“Agosto chegou ao fim. Setembro entrou feio, seco de águas; o Sol peneirando chispas num céu cor de cinza; a luminosidade tão intensa que trespassa as montanhas, descoloria-as, fundia-as na atmosfera espessa e vibrante. Os homens espiavam, de cabeça erguida, interrogavam-se em silêncio. Com ansiedade, jogavam os seus pensamentos, como pedras das fundas, para o alto. Nem um fiapo de nuvem pairava nos espaços. Não se enxergava um único sinal, desses indícios que os velhos sabem ver apontando o dedo indicador, o braço estendido para o céu, e se revelam aos homens como palavras escritas. (...). Por toda a extensão do Norte – essa vasta faixa ondulante de terrenos férteis de sequeiros chamada “o celeiro de Santo Antão”, e que se estende por quase toda a vertente noroeste da ilha – pairava um tenso silêncio de receosa expectativa. (p.13).”

Aqui, a estória centra-se na altura em que o povo aguarda pela chegada da chuva para, depois, avançar com a sementeira (cultivo predominantemente do milho e feijão – base da alimentação do povo cabo-verdiano), ou seja, refere-se ao momento em que se nota “a perplexidade dos homens quanto à sementeira, perplexidade motivada por não saberem ao certo se a chuva viria ou não”.¹⁹⁵ Estamos perante uma sociedade que vive essencialmente da agricultura e que desconhece quase por completo outras atividades que não sejam aquelas que estão ligadas a terra.

(Refira-se que, em Cabo Verde, a prática da sementeira possui um ritual semelhante em todas as ilhas, com ligeiras diferenças entre elas. Começa geralmente em finais de Julho. No entanto, visto que a chuva é bastante irregular e imprevisível, as

¹⁹⁵ BAPTISTA, Maria Luísa – “Lembrando os 30 anos de *Os Flagelados do Vento Leste*.” In *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 12.

vezes, acaba por ser em Agosto ou Setembro.¹⁹⁶ Termina, normalmente, em meados de Novembro/Dezembro com a colheita dos respetivos frutos).

Com a chuva que tarda em chegar, o romance traz como elemento introdutório a constatação da falta de água e da agressividade do Sol sobre a natureza, “impregnando a atmosfera de um odor a colorau ardido” (p. 13). No entanto, havia sempre esperança em um novo dia:

“Pelo desamparinho da tarde, os homens vinham postar-se junto da paredinha do terreiro, em frente da porta. Com expressão fechada, o canhoto apagado no canto da boca, contemplavam os campos que se estendiam, nus, a perder de vista. Havia ansiedade nos seus olhos, mas também dureza e persistência. E havia esperança e coragem e medo. A esperança nas águas e o temor da estiagem faziam parte de um hábito secular transmitido de geração em geração. Todos os anos era assim.” (p. 14).

Verificamos neste excerto uma duplicidade de tensão – coragem e medo; esperança e temor – no seio do homem cabo-verdiano. E, a chuva caracteriza-se por ser o responsável por esta tensão. Diz-se que semear antes da chegada da chuva pode constituir um perigo, porque, como constata Daniel Spínola, “muitas vezes a chuva pode demorar a vir, fazendo com que as sementes se apodreçam, ou então pode haver uma chuva muito forte que acabe por entupir as covas e fazer com que as sementes não se desenvolvam”.¹⁹⁷

No entanto, José da Cruz, simbolizando a esperança, a perseverança e, principalmente, a fé do povo cabo-verdiano, depois de um sonho profético, decide semear “em terra seca e poeirantes do final do Verão”¹⁹⁸, porque como ele afirma:

“Milho de sementeira é dívida sagrada. (...). Homem direito não põe a boca na dívida sagrada, pra não virar ladrão de Deus, nem ladrão de família.” (p. 16)

Efetivamente, nas palavras de Daniel Spínola, o povo cabo-verdiano herdeiro de uma cultura africana animista, e de uma educação católica, é extremamente crédulo, religioso e supersticioso.¹⁹⁹ Assim, a prática da sementeira é feita essencialmente de fé e esperança em Deus. Perante a grandeza e o poder da natureza, a esperança e a fé são os melhores compromissos dos homens com a vida. Cabe ao homem “cavar e meter grão.

¹⁹⁶ Vide SPÍNOLA, Daniel – Sementeira, Chuva e Seca. In *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. VEIGA, Manuel (Coord.). Ed. Karthala. 1998. ISBN: 2-86537-827-6. p. 48-49.

¹⁹⁷ *Idem*. p. 49.

¹⁹⁸ FRANCO, António Cândido – *Op. Cit.* p. 67.

¹⁹⁹ Vide SPÍNOLA, Daniel – “Sementeira, Chuva e Seca.” In. *Op. Cit.* p. 47.

A espiga vem do desígnio do Nosso Senhor. Se não vem é porque Ele não quis. Seja feita a sua vontade”. (p. 35)

Arraigado numa fé profunda, José da Cruz incentiva os outros (principalmente os mais próximos), no sentido de mesmo em condições adversas, fazerem a sementeira do milho.

E, num processo de “djunta-mô” (ajuntar as mãos), o sonho acaba por ser reificado:

“Depois do almoço, com o Sol a pino, José da Cruz provou a todo o mundo que ele tinha fé. Deu umas chupadelas no canhoto e levantou-se da mesa dizendo: “Vamos embora”. Foi buscar a enxada, cuspiu nos calos das mãos, e entrou, decidido, nas suas terras. Embora não acreditasse grande coisa nas virtudes dos sonhos, aquele que tivera essa madrugada estimulara-o. (...).

Começou pela Terranegra, a chã da roda da casa. Ele adiante preparando as covas, o Mocinho picando covachos com a enxadinha a meia altura da terra puxada pelo pai, e Zepa no coice deitando os quatro grãos de milho nos covachos e enterrando-os com o pé. João Felícia assomou, vindo do Lombinho, empunhando a enxada. Manuelinho deixou o Curralete, atravessou o Ribeiro Seco e incorporou-se, com o João Felícia, nos trabalhos do vizinho.” (p. 22).

Mais adiante, de acordo com o narrador, o resto do povo que descreia:

“(…) olhava maneando a cabeça, sem coragem, para esses poucos homens curvados e calados na sua ingrata tarefa; miravam-nos quase com dó, como para uns irmãos infelizes condenados pela justiça divina a enterrar o próprio destino. Cobiçavam os litros de milho que esses homens desperdiçavam nas covas (os três homens, terminados os trabalhos de José da Cruz passaram para as terras do Manuelinho – uma quarta – e depois para as várzeas do Lombinho de João Felícia – uma quarta e dois litros); e as mulheres daqueles que não tinham coragem pensavam na fome que bateria primeiro às portas das mulheres dos que dividiam o seu milho com esta terra que nada lhes prometia, e cujos filhos, famintos, iriam um dia arrastar-se sobre cada cova para desenterrar, ardidos, grão a grão, os milhares de grãos que os pais, sem dó, estavam enterrando.” (p. 24).

Contudo, o serviço está feito e “nas covas, os grãos esperavam pelas primeiras gotas do céu...” (p. 25)

O optimismo de José da Cruz, aliado à capacidade/força de vencer as adversidades naturais, singrou. Em finais de Setembro, contra todas as previsões, chegam assim as tão desejadas chuvas, confirmando a imprevisibilidade e a irregularidade da chuva em Cabo Verde. Deste modo, o narrador descreve que:

“À boca da noite, - tinha havido uns dias de calor intenso e calmaria podre – a atmosfera aclarou de repente, como por encanto. Com um vento húmido e tempestuoso que a precedeu uns poucos minutos, arrastando para a Ilha grossas nuvens pardas, (...), a chuva chegou finalmente.” (p. 26).

No entanto, é bem visível e lamentável o estrago causado pela chuva. Veio em abundância e com uma força excessiva, arrastando pessoas, animais, coisas, de forma indiscriminada, para o mar, causando morte e desespero no seio da população. Parece que o estigma do sofrimento está bem enraizado no seio do homem cabo-verdiano. Renildo Ribeiro refere que este “é castigado com a escassez da chuva e, quando esta resolve fecundar o solo, geralmente causa grandes estragos ao ilhéu e aos habitantes do arquipélago”.²⁰⁰ A título de exemplo, vejamos a forma como o narrador descreve a chegada da chuva e a sua respetiva consequência:

“Primeiro, grossas pesadas como cascalho, e logo a seguir, uma cortina cerrada sacudida nos ares ruidosamente.

Sem qualquer antecipação, sem os prévios sinais do costume, que tanto prestígio emprestam aos homens entendidos, fortes bátegas abateram violentamente sobre os campos; como um dilúvio, como um castigo do Céu: os anjos portadores de água têm também os seus acessos de cólera. As nuvens envolveram as montanhas, rolaram, de escantilhão, pelas vertentes, como fumos de lavas invisíveis, quais monstros selvagens desencadeados, chocavam-se umas contra as outras, rasgando-se nas arestas das serranias, comprimindo-se furiosamente como se o céu fosse pequeno para lá caberem todas. (p. 26).

Aqui e ali gritos de socorro, espalhafato, reboliço, - os vizinhos a ajudar; desabar de muros, fervilhar de água nos córregos e ribeiros, penedos rolando, terras caídas à beira dos barrancos.

Os homens mordiam, nervosamente, o pipo do canhoto, assistindo ao desencadear dos elementos com os nervos tensos de uma alegria quase perversa. Lá fora o destino do homem da terra empenhava-se numa luta de vida ou de morte. Enxurradas caudalosas vinham das montanhas, as vertentes dos córregos ruíam aqui e ali cavadas pela impetuosa corrente. As ribeiras despejavam barro e húmus nas praias, cobriam o mar de manchas vermelhas, do sangue da terra.” (p. 28)

Daniel Spínola sustenta que esta situação de estragos acontece, “porque o cabo-verdiano vive, geralmente, nos vales profundos e verdes onde normalmente existe água e não se precavê devidamente, com diques e barragens ou protecções (...)”. Acrescentamos que na ilha de Santo Antão, cenário do romance, devido aos seus extensos vales e montanhas, apesar de certa melhoria nas infraestruturas, ainda hoje é visível esta crítica situação que é, normalmente, causada pela chuva.

Não obstante todos esses malefícios, é manifestamente visível a alegria no semblante do povo do ilhéu, uma vez que se aumentou a esperança/possibilidade de um ano rico em fartura. O narrador faz saber que “agora o povo acordava contente e cheio de confiança”. (p. 31), porque “(...) cando Deus dá chuva o que é perdido é ganhado,

²⁰⁰ RIBEIRO, Renildo – *Op. Cit.* p. 70.

porque chuva assim, benza-a Deus, põe coraja e consolação no corpo do filho das ilhas, nhor sim...” (p. 33).

Com as primeiras chuvadas, chegou o momento de os retardatários e circunspetos (aqueles que não criam e que, quase sem esperança, contemplavam o céu sem promessas e guardavam o milho da sementeira no fundo das caixas) darem início à sementeira. Aqui, o narrador apresenta-nos uma imagem autêntica do homem cabo-verdiano, no seu ambiente rural, que se caracteriza como sendo simples na sua humildade, heróico na sua tenacidade contra as adversidades:

“Começaram a aparecer nos caminhos de entre picos, nas ilhargas das montanhas, nos atravessados, homens com largas alpercas de couro ou de pneu de automóvel, buli de água a tiracolo ou amarrado ao cinto, surrão de pele de cabra ou sarraia de cabritos suspensos ao ombro, mulheres papagueando com balaio no cocoruto da cabeça, meninos pragueando atrás de burricos de passinhos curtos e saco de mantimento na sela, ou lombando rijo nos mais preguiçosos, com varas de martelo. (p. 31).

Os lavradores não tinham trégua, a enxada era a arma de todo o minuto. (p.53).”

A natureza que antes era desoladora, agora, com a chuva, sofreu uma verdadeira metamorfose. Passou a ser mágica e deslumbrante, fomentando a existência de uma vida ativa, alegre e cheia de esperança:

“O verde repentino dos campos afugentou o medo que povoara os corações dos homens. Estes voltaram a ser comunicativos; ganharam, de novo, a esperança. (...). Um que outro proprietário dos povoados de sequeiro, a cavalo nas suas mulinhas, paravam aqui e ali, admirando o milagre da verdura nas chãs de milharal como se fosse um espectáculo inusitado. A chuva foi um pincel mágico que passara por sobre a ilha a sua tinta da cor da esperança não deixando uma nesga esquecida. As raparigas, ao cair das tardes mexericavam nos terreiros, contavam histórias de fazer rir, cacarejavam cantiga em coro (...). Os moços mais espigados e afoitos vinham para junto delas tentear casamento, na perspectiva de ano de boas águas.” (p.51-52)

Neste contexto, Daniel Spínola considera que a chuva “(...) é ouro em Cabo Verde. É o princípio e o fim de todo o sonho cabo-verdiano. Durante muito tempo, vivia-se em função dela e morria-se em consequência dela ou da sua ausência. Como diz uma música cabo-verdiana, “se a chuva não vier, morreremos de fome, se vier em demasia, morreremos afogados. (...). O povo cabo-verdiano está convencido que havendo chuva regular todos os anos não precisa de mais nada: nem do Governo, nem da ajuda externa, pois estarão asseguradas as colheitas, o alimento e a água durante todo o ano, não só para a população, como também para os animais. Realmente, se houver uma boa chuvada, “bon azágua” como dizem, a terra fértil e prenhe, produzirá fartura em

abundância e qualidade. (...). De facto a chuva nada mais é para cabo-verdiano senão a seiva da vida, o âmago da razão do seu estar no mundo. É o meio supremo pelo qual consegue chegar à felicidade, almejada por todos, daí constituir-se no depositário de todo o seu sonho e esperança”.²⁰¹

Também, António Nunes, no poema intitulado *Terra*, numa das estrofes diz-nos que com a chuva:

“Ah! Anos fartos!
Milho, feijão,
pilão cochindo,
fumo no ar,
riso nos lábios,
gróg, cigarros,
batuques, bailes
e casamentos...”²⁰²

Na obra em estudo, de acordo com o narrador, no arquipélago, se o tempo for de boas águas, não faltarão batatas, feijão, milho verde, os meninos estarão gordinhos, o porco a pedir faca, as cabras a abarrotar de leite, as galinhas pondo ovos onde quê no milharal e aparecendo com as ninhadas atrás. (p. 111). Viver-se-á assim uma vida condigna, longe das adversidades económicas, políticas e naturais. Assim, “o que cristãos quer é água do céu. Terra não falta. E força do braço também”. (p. 48).

O desejo pela vinda da chuva é de tal maneira que o homem do ilhéu teve a necessidade de aprender a interpretar todos os sinais²⁰³ emitidos pela natureza, porque deles depende inteiramente a sua vida futura. O diálogo que se segue entre os dois compadres, José da Cruz e João Felícia, exemplifica bem a existência deste ritual:

“- Eh compadre, bom dia. Que cedura é esta? Pensava mesmo em ocê nesta agorinha assim. Tava a olhar aqueles farrapinhos de névoa na linha do mar e a perguntar e a perguntar para mim: que é que compadre Isé diz daquilo?

²⁰¹ SPÍNOLA, Daniel – “Sementeira, Chuva e Seca.” *In. Op. Cit.* p. 50-51..

²⁰² NUNES, António – “Terra”. *In. FERREIRA, Manuel – no reino de Caliban I. Op. Cit.* p. 136.

²⁰³ Daniel Spínola acrescenta que em Cabo Verde havia uma série de teorias, envoltas em um certo misticismo, sobre a vinda da chuva e o ano agrícola. Os anciões, tidos como portadores de uma certa sabedoria ou visionários, liam no céu os indícios de chuva. A partir da conjugação da estrela de Alva (Vénus), com a lua, diziam que haverá chuva. Mas essa previsão tinha mais a função de animar o povo, incutir-lhe esperança, do que propriamente expressar uma realidade observada e verídica. Também, alguns faziam a previsão a partir do almanaque a que tinham acesso e que aos outros, a maioria iletrada, era vedada. Ainda, outros empreendiam campanhas de peregrinação aos Santos e Santas em peditórios, rezas e orações, para que houvesse chuva, um “bom azágua”, e um bom ano agrícola. Existiam outras leituras através da configuração das nuvens no Céu, que apareciam de uma determina altura (...). *Vide SPÍNOLA, Daniel – “Sementeira, Chuva e Seca”. Op. Cit.* p. 51-52.

- Pois eu vi também. Mas aquelas névoas não me dizem nada enquanto o vento não rondar pr'áquelas bandas. Não vejo sinal do vento rodar. Mas o que digo ocê é que sinto o ar molhado a roçar-me a pele. Venha donde vier, o tempo tá a tomar caminho.” (p. 17-18).²⁰⁴

Para Salvato Trigo, “esta dependência [do homem cabo-verdiano] da chuva, da chuva por que a terra ressequida espera ansiosamente, é um *leit-motiv* da poesia e da ficção cabo-verdiana a que nenhum dos seus escritores pôde escapar, desde a geração fundacional da *Claridade* ate hoje.”²⁰⁵

A partir da chuva de Setembro, criou-se uma grande expetativa. Segundo José da Cruz:

“- Se tempo continuar de boa feição vamos ter uma colheita como poucas vezes tivemos na nossa vida. Se cai uma carga d'água no princípio de Novembro, colheita vem mais tarde mas com brabeza.” (p. 39)

No entanto, esta chuva, que tanto entusiasmo causou na população, viria a revelar-se “como um elemento de ironia trágica, já que não passará de um falso indício de tempo favorável ao desenvolvimento dos cultivos agrícolas”²⁰⁶, evidenciando que a esperança/fé humana não passava de uma ilusão fatal. Na expetativa de uma nova chuva para consolidar/desenvolver a agricultura, a fim de garantir a colheita, segue-se um período de tensão tremenda, centralizado essencialmente na análise e interpretação dos sinais da natureza.

Primeiramente, segundo o narrador:

“Outubro é que vem dizer ao povo se o ano é bom ou não é bom. As suas águas é que trazem a certeza das colheitas. Mas nesse ano as primeiras chuvas vieram tardias. “Este ano, Novembro é que engorda a espiga” diziam os lavradores. A meados de Outubro o vento entrou a amainar. Todo o mundo sabia. Todos esperavam a calmaria de Outubro. Normalmente Outubro era a encruzilhada que levava a dois destinos: fartura ou estiagem. Nesse ano não se

²⁰⁴ Ressaltamos o papel preponderante dos ventos, em Cabo Verde, para a compreensão da vinda ou não da chuva. Segundo António Franco, “Cabo Verde está dividido entre três tipos de ventos diferentes, capazes de só por si só determinarem a seca ou a abundância dum ano agrícola. A Monção, que sopra de Sul, constitui o vento mais fecundo e carrega consigo, do Atlântico Sul, importantes bátegas de água que caem nas ilhas (ou no mar) entre Agosto e Novembro. Trata-se da influência tropical que Cabo Verde ainda sofre, justificando assim a existência de chuva em pleno Verão. Os Alísios, vindos do Nordeste, do lado dos Açores, são ventos que podem contrariar o movimento de Monção, inutilizando o seu esforço, pois sopram praticamente durante todo o ano e com especial incidência entre Outubro e Junho. Temos, por fim, a Lestada, também conhecida por vento Harmatão, de sopro muito seco e quente, chegado de Leste, dos lados do Sára, e que pode soprar com uma intensidade abrasadora entre os meses de Novembro e Março. As regiões de Cabo Verde mais afectadas pelo Harmatão são aquelas que mais perto estão do continente africano e são em geral regiões de clima sub-desértico, com chuvas mínimas ou nulas.” *Vide* FRANCO, António Cândido – *Op. Cit.* p. 67.

²⁰⁵ TRIGO, Salvato – “Manuel Lopes: Clarididamente escrevendo...” In *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 8.

²⁰⁶ BAPTISTA, Maria Luísa – *Op. Cit.* p. 12.

sabia bem. Até meados do mês ventou. Agora o vento parara de repente. A calma significa: a ofensiva das monções, das grandes humidades do sul. Se caísse boa chuvada em princípios de Novembro, o mundo rolasse como entendesse que o ano estaria garantido. Até lá, qualquer chuva seria bem-vinda.” (p. 59-60).

Depois de um Outubro sem chuva, Novembro:

“(...) encontrou o céu cerrado, imóvel, cor de cinza, e umas gotículas de água pairando no ar. A primeira quinzena de Novembro foi assim: oras promessas, negaças e sorrisos, a mangar com os homens. Borrifos no ar que cheiravam pó.” (p. 60)

A partir daí, intensifica-se a tensão entre a população que começava a temer com o prenúncio de um mau ano agrícola. Na segunda quinzena de Novembro, depois de o vento do nordeste ter lançado alguma esperança, no lugar das chuvas que possibilitariam o desenvolvimento da agricultura, todas as expetativas foram desfeitas aquando da viragem do vento para Leste, dando uma antevisão sobre a vinda de uma Lestada:

“A tantos de Novembro houve breves períodos de calmaria intermitente. Um hálito de monção chegou a roçar, ao de leve, a Ilha. Raras zonas de chuvisco se formaram rapidamente nos intervalos de tempo que os alíseos concederam. Grossas colunas de nuvens passaram sobre a terra, vindas lentamente do sul. Sobre o mar choveu copiosamente, por vezes. Os rabos de água eram bem visíveis e causavam ansiedade e comoção em quem os contemplava. Cortinas de chuva, prateadas, aproximavam-se do litoral e antes de tocarem a terra desvaneciam-se ou faziam meia volta, desenhando arabescos pálidos no mar.

O nordeste, de um momento para outro, varreu as nuvens em direcção ao sul, e em poucas horas lançou as esperanças para lá da linha do horizonte. O Sol secou logo a fina crosta da terra levemente humedecida. Foi o derradeiro sinal das águas.

Oh, nordeste, inimigo da chuva! Oh, nordeste, ventinho de feição para os navegantes! Oh, vento bom para quem vai mar em fora e deixa para trás a sua ilha!...” (p. 108)

Com a mudança brusca do tempo, o vento passou a soprar pela lestada, aumentando-se assim a certeza de um mau ano agrícola e, conseqüentemente, de tempos piores. Com o vento Leste a assumir o papel principal na natureza, vejamos a violenta mudança/demolição trazida por este fenómeno:

“De pé, sobre o patamar, donde a vista abrangia a maior parte das suas propriedades, o lavrador de nhô Álvaro [José da Cruz], mordendo o canhoto, os punhos cerrados, os braços cruzados sobre o peito seminu e a expressão dura, deixou-se ficar, imóvel, o resto da tarde, recebendo o vento ardente do deserto africano, observando a implacável destruição das esperanças dos homens. O Sol, rubro e sereno, manteve-se uns momentos em equilíbrio na linha do horizonte. Como roda de fogo, ao topar um pântano no caminho, mergulhou lentamente,

até desaparecer. Sob o céu ensanguentado, a lestada devorara a superfície verde dos campos. A princípio, a crosta, as folhas e as películas de revestimento dos caules, depois o interior dos rebentos – a parte superior dos pés de milho perdia a elasticidade – até alcançar a estrutura do caule. O vento ardente descia das montanhas, como se as portas do Inferno ficassem para esses lados. Varria a superfície dos campos cobertos de verde viçoso. Por onde passava deixava manchas de amarelo-torrado, folhas doiradas dançando nos ares e um cheiro irrespirável a pimenta em pó. Os milharais agitavam-se aflitivamente, como pedindo socorro aos homens. Os feijoeiros e as aboboreiras, desamparados, acenavam os compridos caules quase despidos de folhas. Estas eram continuamente arrancadas e levadas no turbilhão. Redemoinhos de poeira vermelha dançavam a sua dança de roda, aqui e ali.” (p. 85).

Posteriormente, além da lestada, junta-se a praga dos gafanhotos que conduziu a situação ao desespero total. Diz o narrador:

“(…), depois da lestada os malditos gafanhotos vermelhos. Para coroar a desgraça não caíra uma gota de água depois das chuvadas de Setembro. Os campos pelaram pelados, a nascente dava pingos só, a cabra quase nada, as galinhas andando dum lado para outro atrás de Zepa, o porco grunhindo de manha à noite. Na caixa, o milho estava quase no fim, coisa para poucos dias. Portanto, “leva-se a cabra a vender, antes que aconteça o que aconteceu com a outra” que morrera uns dias antes. Não havia nada a fazer. Vendê-la quando tinha as mamas a funcionar e saúde no corpo. Quando não há chuva não se faz cálculo da vida com o rabo sentado no banco.” (p. 112)

Perante tal cenário de destruição, causado pelo vento leste ou Harmatão, verifica-se o sofrimento e/ou o sentimento de impotência do homem cabo-verdiano perante a natureza. Nesta sequência, inicia-se assim a dolorosa luta pela vida. Nas palavras do narrador:

“Era a luta. A luta braba que começava. Contra os elementos negativos. Contra os inimigos do homem. A luta silenciosa, de vida ou de morte. Introduzia-se primeiro no entendimento. Depois, entrava no sangue e no peito. O homem tornava-se a força contrária às forças da Natureza. Por um mandato de Deus, o homem lutava contra os próprios desígnios de Deus. Dava toda a sua vontade e a sua força. Não podia fazer mais nada. O que está acima da força do homem não pertence aos seus domínios. O homem tinha uma medida. Chuva, vento e sol estavam fora dessa medida, e o homem não se podia incriminar pelo que sucedia fora da sua medida. Os desígnios de Deus eram superiores à vontade dos homens, mas o dever do homem era lutar mesmo contra esses desígnios.” (p. 87)

Sem a chuva e com a fome instalada, a partir de Dezembro, tendo em conta a extensão da seca sempre acompanhada pelo vento Leste, o narrador apresenta-nos vários cenários entristecedores, em que a vida das personagens se resumia unicamente à luta pela sobrevivência.

A partir daí, como forma de matar a fome, assiste-se, por exemplo, a diversos roubos de géneros alimentares por parte dos salteadores e mascarados. Segundo o narrador:

“Foi então que as caravanas de mulheres, homens e burros, vindas de diversos pontos da Ilha e que cruzavam a imensidade do planalto com negócios ou fornecimentos domésticos, começaram a ser atacadas por indivíduos disfarçados com peles de cabra, conhecidos por “mascarados”. (...). Apareciam e desapareciam de surpresa, diante dos jornadeiros desprevenidos (...). (p.107)

(...) os que têm a dispensa já começaram a recear os que têm vazio o estômago. (...). Ainda há dias assaltaram um pobre homem que trazia umas quartas de milho, deram-lhe tanta paulada que o iam matando, coitado. Como a fome torna os homens tão maus. E tão bonzinhos que todos eles são quando Deus manda a chuva do céu!” (p.109)

Com a situação a chegar ao extremo, a prática do roubo estendeu-se a quase toda a população. Já não eram apenas os conhecidos salteadores a enveredar por esta prática. Vejamos a seguinte transcrição das duas cartas da Professora Maria Alice, dirigidas à família que se encontrava em São Vicente, informando sobre a triste realidade que se vivia em Santo Antão:

“Não recebi a encomenda que tu e a mamã me mandaram, (...) pelo António da Loia, do Fundão. Fizeste-me crescer a água na boca, Luísa. Sonhei duas noites com a carne assada, o peixe de escabeche e as torradas. Mandei saber do homem do Fundão, foi um custo dar com ele. Disse que roubaram a encomenda na balbúrdia do desembarque no Porto Novo, mas não foi capaz de passar pela escola para me dar uma satisfação. (...). Olha, não vale a pena mandarem encomendas. Nunca chegam ao destino, seja qual for o portador. Neste tempo ruim, tanto faz António da Loia como qualquer outro. Homem na falta é diferente do homem na fartura. (p. 117).

Lembras-te da filha de nha Gaída, a mulher que me lava a roupa e ma faz companhia à noite? É a Libânia, aquela mulatinha magra de olhos grandes. (...). Coitada, ela passava a sua fominha de boca calada, e roubou-me uma lata dessas no mesmo dia em que as recebi.” (p. 135)

Observemos também a tentativa de roubo praticada pelo personagem João Felícia que, na parte inicial da história, foi-nos apresentado como um homem trabalhador, crente e que defende os bons princípios:

“João Felícia deixou a filha encostada ao muro e, pé-ante-pé, aproximou-se dos animais. Havia mangas, havia comida naqueles balaaios. Os animais continuavam estendidos e o homem conversava dentro da cabana. João Felícia estendeu os braços, esforçando-se por caminhar depressa antes que o dono aparecesse. Mas tinha as articulações perras como se um pesadelo o tolhesse. Os seus movimentos eram lentos e a distância que o separava das alimárias parecia intransponível. No momento em que ia pegar no balaio, os burros levantaram-se espantados. Teve tempo, ainda de agarrar o rabo de um deles. O animal alçou as patas traseiras e desferiu uma parelha de coices.” (p 198)

Deste modo, o narrador afirma que “era mais certo encontrarem-se malfeitores nestes caminhos do que gente de boa nota”. (p. 184). Agora, com estes “tempos de calamidade cada um buscava a salvação dos seus. (p. 192)

Posteriormente, perante uma natureza avassaladora, segue-se o trabalho para o Estado (construção de estradas) em troca do qual os trabalhadores recebiam milho, feijão, banha e açúcar. Assiste-se assim ao êxodo das famílias que abandonam as suas casas, na esperança de sobreviverem à devastada seca/fome que reinava na região. O narrador, de forma comovente, assegura que:

“Nos últimos dias os caminhos tinham andado peçados de gente, como carreiros de formigas, numa única direcção. Iam de esteira às costas, alguns com o pilão, e até paus de armação da casa. Era uma tropida de povo, principalmente de madrugada. (p. 113).

(...)

Com o nascer do Sol, a romaria dos flagelados diminuía. Aguardavam o crepúsculo que a coragem pegava neles com mais gana e os atirava para as montanhas. Deixavam no caminho um zumzum pegado, de vozes e lamúrias, choros de meninos e queixumes de velhos e velhas.” (p. 113)²⁰⁷

Todavia, o caminho “(...) parecia nunca acabar. Quem não pudesse que fosse ficando. Era mais fácil ficar do que prosseguir. (...). Caminho longo; mesmo os habituados a percorrê-lo com frequência achavam-no agora mais comprido que nunca; é que levaram a família e o peso de todas as desesperanças às costas.” (p. 128). Assim, “um que outro ia caindo no caminho”. (p. 130).

Lutando incessantemente pela sobrevivência, para a população, “o dia de amanhã está mais longe dele do que o dia em que nasceu” (p. 119), porque “numa mirada, de relance, para trás vê tudo, vê quarenta anos, vê sessenta anos, vê oitenta anos de vida cheia; mas se tenta olhar para diante não descortina sequer uma hora na escuridão do futuro.” (p. 119)

Quando desceu o Inverno, Terranegra estava praticamente despovoada. Todavia, de acordo com o narrador, não havia na população nenhum sentimento de revolta, porque “(...) ninguém se revolta contra o Destino; o Destino é um enviado de Deus, e,

²⁰⁷ De acordo com António Franco é nesta migração da população pela procura de uma forma de sobrevivência que podemos compreender o verdadeiro significado do termo “Flagelados”, uma vez que, segundo crítico, os “Flagelados eram aqueles que, na Idade Média, abandonavam os seus lares e se entregavam colectivamente a práticas de auto-martirização com a finalidade de, através da dor, acederem a um mundo menos corrompido, purificado pela penitência. Os flagelados caracterizavam-se por procissões de enormes multidões que atravessaram a Itália. Martirizavam-se com chicotes e lâminas, ganhando então o aspecto dum cortejo fantasmagórico, que lentamente se arrastava, sangrento, esfarrapado, descarnado. É esse mundo de dor colectiva que o texto deixa patente ao comparar os batidos pelo vento Leste, de Cabo Verde, com os flagelados heréticos da Idade Média.” Vide FRANCO, António Cândido – *Op. Cit.* p. 72-73.

nessa qualidade, representava Deus nas decisões que tomava, nos caminhos que traçava para os homens. E os homens não tinham culpa das determinações que vinham de cima”. (p. 119). Aqui, resta-nos argumentar que, neste caso, é bastante doloroso o Destino do homem cabo-verdiano apresentado por Manuel Lopes, em que a esperança e a desilusão parecem traçar o caminho deste Destino.

No entanto, José da Cruz, firme na sua capacidade de persistência e graças à sua força de esperança, recusa seguramente abandonar a sua casa. Deste modo, ele decide enfrentar, corajosa e frontalmente, os problemas, na esperança de um sinal da natureza e, consequentemente, da primeira oportunidade para recomeçar o seu trabalho na lavoura:

“Digam o que disserem – afirmou José da Cruz de si para si – pensem o que pensarem, eu daqui não saio. Nem dado de vidro. Nem posto lume. Nem que viesse soldado com espingarda e baioneta. Não largo a ourela da minha casa. O tempo ainda vai virar. Eu digo ocês. O tempo vai virar. Ocês caminharam todos um a um. Só fiquei eu e a família. Ocês vão ver o tempo virar...”

Como refere este personagem, “Homem nasceu para remediar o que tá estragado.” (p.47). Nesta circunstância, segundo António Franco, a personagem de José da Cruz pode ser interpretada como um autêntico Sísifo cabo-verdiano, porque, apesar de este personagem ter talvez consciência da inutilidade do seu esforço, ele encarna sempre, mesmo no limite, os valores do enraizamento, da luta, da esperança e da vitória (mesmo que futura). É como se pressentisse na sua coragem, na sua persistência, na sua tenacidade, uma forma de heroísmo a que o destino não poderá ser alheio.²⁰⁸ A frase seguinte, proferida por esta personagem, exemplifica na perfeição a sua energia e a vontade desmesurada em lutar contra a adversidade:

“- Amanhã meto picareta até rocha viva. Não deixo a nascente secar.” (p. 87).

Além das consequências de seca/fome acima apresentadas, o romance apresenta-nos outra realidade, assente na descrição de magrezas extremas e de mortes de várias personagens, narradas, em certos casos, de forma triste e macabra, demonstrando, mais uma vez, a triste realidade que se vivia e o abandono em que se encontrava a população do arquipélago:

Professora Maria Alice:

“Queres saber uma novidade? Estou emagrecendo de dia para dia; pareço um vestido pendurado; por este andar, daqui a pouco, estou tísica. Não é só por não haver que comprar. São tantos meninos que aparecem à porta para me ver

²⁰⁸ Vide FRANCO, António Cândido – *Op. Cit.* p. 70.

comer que já perdi o apetite. Sinto um prazer, digo, um prazer triste, em lhes dar o que tenho para mim...” (p.118)

João Felícia:

“Apareceu uma boca da noite, pele e osso, barbudo, as pernas das calças arregaçadas.” (p. 125)

Libânia:

“– Você mande dizer nha Luísa que magreza pegou comigo tanto que, nem com saiona nem sem sai20ona, marido não quer saber de mim pra nada.” (p. 135)

Leandro:

“Leandro sentou-se num mocho apoiando os cotovelos às pernas, como se se sentisse extremamente abatido. Não trazia casaco. A camisa sem mangas estava suja e cheia de rasgões. Tinha um aspecto miserável. O pai notou a sua magreza; nunca o vira tão descarnado. Através dos rasgões da camisa, mesmo à fraca claridade do cangabaixo, podia contar-lhe as costelas. Aparentava uns dez anos mais velho do que a última vez que o vira, e, no entanto, havia só dois meses que estivera na Terranegra.” (p. 120)

Instaurada a calamidade, as crianças contam-se entre as primeiras vítimas mortais. Observemos o diálogo entre José da Cruz e João Felícia, em que este informa sobre a sua situação familiar:

- “- E os meninos?
- Debaixo da terra. Um ontem à tarde, outro esta pla-manhã.
- Era assim tão grande a falta d’ocês, compadre?
- A gente não sabe até onde força de menino pode chegar.” (p. 125)

Através da fala de uma personagem desconhecida, percebemos que:

“- Eu enterrei o pai de meus filhos na noite de quarta-feira. Meus filhos foram logo depois dele.” (p. 129).

Acerca da morte do Jó, filho mais novo de José da Cruz, a esposa Zepa diz:

“- Mas vem depressa, Isé – insistiu a mulher -vem cá depressa. O Jó não quer acordar. Virgem Santíssima! Já tá friozinho como pedra de ribeira. Ave Maria cheia de graça...” (p. 132).

O narrador, por intermédio da personagem João Felícia, faz-nos saber da existência de uma mulher:

“(...) que, não tendo que dar ao filho para lhe mitigar a fome, o empurrara para um precipício.” (p. 197)

Vejamos também a descrição comovente apresentada pelo narrador da morte da personagem Concha, mulher de João Felícia:

“João Felícia procurou com a mão trémula o corpo da mulher. Tocou-o. Embalou-o levemente, numa carícia. Uma armação de ossos só, coitadinha. (...). Pegou no corpo apagado da mulher, arrastou-o para fora da cabana. Foi buscar a manta. Envolveu a morta. Pousou-a no chão, muito docemente, para a não magoar. Depois disso, sentou-se junto do cadáver da companheira (...).” (p. 194)

Posteriormente, após a morte dos restantes familiares (a esposa Zepa e os filhos Mochinho e Lela), o próprio José da Cruz, depois de uma luta até à exaustão, ou seja, de uma resistência levada ao limite do suportável, acabou por sucumbir:

“Lançou [José da Cruz] um olhar vítreo para a fita da estrada velha que se dirigia para o seio das montanhas. (...). José da Cruz abraçou-se ao tronco da árvore. Uma grande nuvem negra abafou o Sol. As montanhas, de repente, desabaram. Todas as luzes se apagaram e as trevas envolveram a Ilha. E quando a árvore tombou e o tronco se desfez na escuridão, José da Cruz caiu desamparado...” (p. 205)

Daniel Spínola, fora do contexto literário, declara que durante esse período, década de 40, as secas e as fomes muito afligiram as ilhas. A mortandade era enorme. Abriam-se então valas comuns para enterrar aqueles que, de repente, tombavam para não se levantarem mais. As pessoas morriam em qualquer parte e lá ficavam, pois não havia quem as enterrasse. Cada qual procurava sobreviver e felizmente não houve peste, pelo menos neste século. Após vários anos de seca, em que a terra não viu um pinga de chuva e não produziu nada, a crise instalou-se definitivamente e com ela a fome. As pessoas fugiram dos campos e foram para os centros populacionais onde eram distribuídos algumas esmolas em víveres, milho, feijão, arroz e mancarra (amendoim) que vinham da Guiné. (...). Os milicianos mandados da então metrópole, cometiam abusos vários, tais como: chicotear pessoas, mandar prendê-las arbitrariamente, por capricho próprio e por não aceitarem o seu despotismo, inclusive velhos e velhas. E assediavam sexualmente muitas menores. Dizem que naqueles tempos, as pessoas morriam como gorgulhos, e algumas eram enterradas ainda vivas. (...). A carestia era tanta, que muitas vezes gerava distúrbios mentais – os pais não eram para os filhos e os filhos não eram para os pais: cada um tinha de buscar a sua forma de sobreviver.

À semelhança do Manuel Lopes, o também claridoso Jorge Barbosa retratou este cenário de seca e fome. No seu poema “Paisagem”, o poeta diz o seguinte:

“Malditos
estes anos de seca!

Mete dó
o silêncio triste
da terra abandonada
esmagada
sob o peso
do sol penetrante!

Há quanto tempo não rodam
as pedras dos moinhos!
Há quanto não se ouve
o som monótono e madrugador
dos pilões cochindo...
- Que é desse ruído anunciador
das refeições do povo?

De dentro das casas
nem fio tenuíssimo
de fumo subindo

.....

Pobres enxadas
que não servem mais
esquecidas nos cantos dos quintais,
cobertas
de poeira e de estrume...
 Coisa inútil as enxadas,
 deixadas
 sem cabos
 por ali
 ao abandono!

Árvores pasmadas
sequiosas
com restos ainda
dos ninhos que abrigaram,
deixam rogativas silenciosas
no desolamento da paisagem!

E a terra seca,
cheia de sol!

De dentro das casas
nem fio tenuíssimo
de fumo subindo...

Em tudo
o cenário dolorossímo
da estiagem

- da fome!”²⁰⁹

No poema “Casebre”, o mesmo autor vai mais longe, escrevendo:

“Foi a estiagem.

E o silêncio depois.

Nem sinal de planta
nem restos de árvore
no cenário ressequido da planície.

O casebre apenas
de pedra solta
e uma lembrança aflitiva.

O tecto de palha
levou-o
a fúria do sueste.

Sem batentes
as portas e as janelas
ficaram escancaradas
para aquela desolação.

Foi a estiagem que passou.

Nestes tempos
não tem descanso
a padiola mortuária da regedoria.

Levou primeiro
o corpo mirrado da mulher
com o filho nu ao lado
de barriga inchada
que se diria
que foi de fartura que morreu.
O homem depois
com os olhos parados
abertos ainda.

Tão silenciosa a tragédia das secas nestas ilhas!
Nem gritos nem alarme
- somente o jeito passivo de morrer!

No quintal do casebre
três pedras juntas
três pedras queimadas

²⁰⁹ BARBOSA, Jorge – *Obra Poética*. FRANÇA, Arnaldo e SANTOS, Elsa Rodrigues dos (Org.). Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2002. p. 59-60.

que há muito não serviram.

E o arco de ferro do menino
com a vareta ainda presa.”²¹⁰

Sendo Cabo Verde um país de emigrantes que, durante esse período, procuraram uma melhor condição de vida, reiteramos que o personagem de José da Cruz representa os cabo-verdianos que ficaram no arquipélago e que resistiram contra tudo, até ao último instante, sempre na esperança/fé de uma possível mudança, o que contraria assim a tese da radicalização do “evansionismo” atribuída aos claridosos:

"José da Cruz era homem de bom pensar e de bom conselho, de sacrifício quotidiano; dessa raça de gente direita que sabia diferenciar as coisas. (...). Como esses tamarindeiros do caminho do Porto Novo que os vendavais não derrubam, assim era ele. Dava coragem aos fracos de espírito, e esperança aos desesperançados. Dava ânimo pelo incentivo do seu exemplo de homem afeito às bordoadas da vida e pela firmeza da sua fé. E não saía do caminho traçado. “Andar no caminho ruim, é melhor que andar fora de caminho...” (p. 16)

Salientamos ainda que, durante o período em que se desenrola a ação desta narrativa, devido à crítica situação que se vivia, houve uma emigração em grande massa. É o período em que “vendo fechadas as portas das Américas, os cabo-verdianos “descobriram” a Europa. No início timidamente e depois em força, buscaram os mercados de trabalho da França, Alemanha e, principalmente, Holanda, onde encontraram ocupação nos portos de Amsterdão e Roterdão e nos barcos mercantis”.²¹¹

Depois de todos esses flagelos na Terranegra (só o nome por si só demonstra o poder do ambiente sobre a vida humana), em Fevereiro o vento cortante “soprava desalmadamente na noite estrelada e fria. Corria livremente sobre as ondulações do terreno de plantas, tornando maior o vazio envolvente e mais profunda a desolação nocturna dos campos.” (p. 136) “Quem viu estes sequeiros nos anos das águas e vê agora! Parece que lume andou nestes campos e acabou com tudo que era vivo sobre a terra”. (p. 184)

Na segunda parte da narrativa, em que assume o papel de protagonista, destaca-se a personagem Leandro, filho mais velho de José da Cruz e da sua primeira mulher. Leandro, marginalizado pela sociedade devido a uma cicatriz que contraiu na infância e que “nunca fora uma boa recomendação” (p. 104), simboliza a sobrevivência, a fixação e a adaptação ao meio rústico da natureza cabo-verdiana.

²¹⁰ *Idem.* p. 113-114.

²¹¹ LABAN, Michel – *Op. Cit.* p. 86-87.

De acordo com o narrador:

“Para Leandro, os penedos solitários, os pedregulhos negros, os paredões de granito representavam figuras humanas com gestos e palavras, e seus silêncios cheios de generosas intenções. Compreendia essas criaturas que viviam em repouso. As suas intenções eram sempre de amizade e camaradagem, e os seus gestos protectores e simples.” (p. 154).

Vivia inicialmente de pastorícia. Posteriormente, tendo em conta que a Lestada devastara os campos de pastagem, Leandro dedica-se ao roubo. Se atentarmos na narrativa, perceberemos que os atos de latrocínio, praticados por esta personagem, são apenas uma das formas encontradas por ele para garantir a sua sobrevivência. Verificamos também que existe uma certa proteção do autor para com este personagem, uma vez que aquele parece sempre querer justificar os atos deste diante da realidade que enfrenta.

Depois de uma longa vida solitária e isolada, junta-se a Libânia (que encontrara quase morta) e passam a viver como marido e mulher. No entanto, após ser acusado injustamente de um assassinato, Leandro é linchado pela população da vila. Mas, na esperança de cumprir a promessa feita à amada (oferecer tecidos para que esta possa fazer as roupas de que tanto precisava e desejava), Leandro, que estava completamente debilitado, luta heroicamente para chegar a gruta onde vive com a esposa. O narrador diz-nos que:

“Leandro sentou-se no muro de resguardo, fatigado. Doía-lhe a vértebra fracturada, e a cabeça latejava dolorosamente no sítio da ferida. (...). Leandro saiu da estrada, meteu-se debaixo da cambota, e estendeu-se no chão com a cabeça apoiada no surrão. Pensou na sua gruta lá no alto das montanhas, na Libânia que estaria ainda à sua espera.” (p. 221)

Todavia, depois de uma caminhada repleta de sofrimento e não resistindo à gravidade dos ferimentos, o romance termina, sob o terror do vento, com a morte de Leandro, completando a catástrofe, ou seja, o ciclo da morte que se abateu sobre a família de José da Cruz. Leandro fechou assim o ciclo da morte que, sucessivamente, ceifara os irmãos, a madrastra, o pai, os amigos da família, e os seus conterrâneos. Reconhecemos que tanto na montanha como na Terranegra, parece não haver exceções: são todos flagelados do vento Leste.

Mais uma vez, percebemos que o destino do homem cabo-verdiano constitui o fio condutor deste romance. A morte de Leandro, nas palavras do Renildo Ribeiro, “pode ser vista como uma forma encontrada pelo autor para salientar que os seres humanos vivos daquelas ilhas estão todos paradoxalmente “ilhados”, presos a um

mesmo mote. Seja qual for a sua conduta, estarão fadados ao fracasso e à destruição, pois as forças atávicas quase sempre superam os poderes humanos nas ilhas de Barlavento, embaçando o horizonte das possibilidades ainda não realizadas”.²¹²

Por outro lado, António Franco ressalta que “o facto da história do Leandro ser a história dum caso limite, já que se trata duma personagem acentuadamente marginal e (só) aparentemente sem hipóteses de recuperação possível, sob qual pesa um surdo trauma de infância, não deixa de poder ser relacionado ou identificado à situação de Cabo Verde, também ela sentida como terra esquecida, terra marginalizada, sobre a qual parece pesar uma maldição antiga e secular. Neste sentido, Leandro seria a própria personificação possível das ilhas e a sua história seria a história alegórica das ilhas”.²¹³

No entanto, a gravidez anunciada pela Libânia (esposa do Leandro), nas palavras de A. Franco, tem de ser visto como facto altamente positivo, porque representa a continuidade, a conservação, a resistência, a adaptação progressiva e a possibilidade de enraizamento gradativo [do homem cabo-verdiano].²¹⁴ Aliás, é esse o povo cabo-verdiano, povo sofredor que soube encontrar alternativas para o drama e desgraça da sua existência, que Manuel Lopes nos apresenta em *Os Flagelados do Vento Leste*. O desejo de viver, por mais adversas ou desesperadas que sejam as circunstâncias, encontra-se bem enraizado no seio deste povo.

No geral, não há dúvida de que o problema central do romance é a luta sem quartel do homem e da natureza. Diante de numa natureza pouco aprazível, a luta pela sobrevivência constitui o objetivo comum entre os personagens. A ilha de Santo Antão – “tópico singularizado, real e simbólico, de uma problemática que abrange a generalidade das Ilhas de Cabo Verde”²¹⁵ – é o palco majestoso onde se trava essa luta.

Deste modo, Luís Romano considera que Manuel Lopes apresentou uma vigorosa mensagem telúrica, de auscultação dos problemas sociais de sua Mãe-terra, apresentando-nos painéis vivos e palpitantes, para concretizar uma imagem introspectiva do autêntico homem cabo-verdiano, no seu ambiente rural, simples na sua humildade, heróico na sua tenacidade contra a morte. O crítico acrescenta que Lopes surgiu, com o seu romance, como um torturado à procura do caminho da dignidade humana para seu povo. Ainda refere que através de uma mensagem literária que

²¹² *Idem.* p. 78.

²¹³ FRANCO, António Cândido – *Op. Cit.* p. 78-79.

²¹⁴ *Idem.* p. 77.

²¹⁵ BAPTISTA, Maria Luísa – “Lembrando os 30 anos de *Os Flagelados do Vento Leste*.” In *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 11.

ultrapassa os horizontes de sua terra, Manuel Lopes levantou seu brado para minorar o sofrimento dos seus irmãos.²¹⁶

Conhecedor profundo da realidade cabo-verdiana, Lopes transpôs para este romance figuras e situações preñhes de realismo que é, aliás, traço estético do seu discurso. No entanto, segundo o professor Salvato Trigo, realista no plano estético, mais do que neorrealista, como alguns estudiosos o predicam, Manuel Lopes adotou uma postura literária interventiva, mas serena, não cedendo à facilidade do social que, sem deixar de percorrer toda a sua obra, a estética lhe impõe.²¹⁷

Para Patrícia Camargo, *Os Flagelados do Vento Leste* encontra-se exatamente sobre a linha que divide o real e o imaginário, e o autor oferece um testemunho em relação aos factos ocorridos na época, ao mesmo tempo em que descreve o seu imaginário, criando a partir de sua visão de morte pela fome, pautada por uma crítica social forte e contundente, uma denúncia sobre os níveis de alienação da população de Cabo Verde. Mostrando que a única possibilidade de transformação da realidade denunciada só seria possível através da conscientização do povo cabo-verdiano.²¹⁸

Por outro lado, Fátima Monteiro acusa Lopes pela sua aparente recusa em confrontar abertamente, por meio de um discurso politizado, o abandono a que se encontrava votado Cabo Verde. No entanto, para a mesma estudiosa é incontestável que *Os flagelados do Vento Leste* terá sido das obras literárias que maior desconforto terá provocado em alguma *intelligentsia* portuguesa da época, sendo disso sintomático, por exemplo, que em 1972, recenseando o romance, Óscar Lopes tivesse dito: “Há quem tenha posto em dúvida a possibilidade de um romance português de categoria universal. Traduzam este romance, e verificaremos se interessa menos lá fora do que o melhor de Jorge Amado, Lins do Rego ou Graciliano Ramos. A mim interessa mais: responsabiliza-me pessoalmente”.²¹⁹

Em suma, podemos afirmar que M. Lopes transformou o seu conhecimento da realidade cabo-verdiana num ato de comunicação estética, fazendo com que este romance seja o testemunho de uma época – a década de 40 do século passado. Aqui, o autor fez resultar o caldeamento de uma técnica, na qual entremeou os recursos da

²¹⁶ ROMANO, Luís – “Os Flagelados de Manuel Lopes (Prefácio).” In LOPES, Manuel – *Os Flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Ed. Ática, 1979. p. 3.

²¹⁷ TRIGO, Salvato – “Manuel Lopes: Claridosamente escrevendo...” In *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 8.

²¹⁸ CAMARGO, Patrícia – *Op. Cit.*

²¹⁹ MONTEIRO, Fátima – “Manuel Lopes – a voz da estiagem cabo-verdiana.” In *O Mundo em Português*. Nº 54. (Mar. 2004).

ficção com os horrores da realidade, fazendo surgir assim uma das maiores obras do panorama literário cabo-verdiano. É inegável o seu significado literário e a importância capital que preenche na ficção cabo-verdiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de dar resposta ao estudo desenvolvido ao longo desta dissertação, defendemos que, de ponto de vista literário, a *Claridade* pode ser entendida como um marco na literatura cabo-verdiana, na medida em que este movimento deu um grande passo para a viragem total na temática da literatura produzida em Cabo Verde, devido ao seu carácter grupal e de assumida cabo-verdianidade.

Lançada em Março de 1936, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, sob a vontade de três homens, *Claridade* desempenhou um papel essencial não só para o surgimento da literatura “propriamente dita de Cabo Verde”, mas também para a sua formação e definição em relação às outras culturas, como por exemplo a europeia. O seu surgimento só deve causar admiração e orgulho no homem cabo-verdiano, na medida em que, literariamente, e não só, foi o início da afirmação do povo desse arquipélago, dentro do conjunto das culturas europeias-africanas.

Como testemunha Manuel Ferreira, “ninguém contesta que anteriormente à *Claridade* o discurso literário cabo-verdiano era quase exclusivamente subsidiário do discurso português. Os produtores de texto desligados das realidades sociais das ilhas, nada preocupados em tornar em matéria textual a sua peculiar vivência insular, em geral considerando Cabo Verde como parte integrante de Portugal; (...), na verdade, nesses produtores de textos, nessa sua fala, com todas as variantes possíveis, com todas as diferenças razoáveis, constroem um discurso uniforme, saturado, estrangulado, em relação à vivência e à dinâmica do universo crioulo”.²²⁰ Deste modo, para se entrar na essência da literatura cabo-verdiana, foram necessários séculos de procura estética, durante os quais se sucederam nomes e talentos afastados das realidades regionais.

Assim, na sequência das nossas investigações, constatamos que, no campo literário, em Cabo Verde a morte do discurso metropolitano se dá com o nascimento da *Claridade*. Ao passarem da intuição à consciência refletida, os claridosos centralizaram-se nas coisas simples do homem das ilhas, no seu modo de estar, pensar, sentir, resistir, sobreviver, entre outras.

Diante disso, podemos dizer que *Claridade* constitui o divisor de águas entre a produção de um discurso literário quase exclusivamente preso ao discurso literário português, e uma outra bastante atenta à busca das raízes insulares, capaz de exprimir uma poética renovada, tendo como base os valores e motivações próprios da terra cabo-

²²⁰ FERREIRA, Manuel – O Discurso no Percorso Africano I. Plátano Editora. 1989. p. 151.

verdiana. Este momento de tocar a essência da “cabo-verdianidade” foi sem dúvida o momento mais alto e decisivo na história da literatura nacional. Contestá-lo é negar aquele Cabo Verde autêntico e inconfundível com qualquer outro país do mundo.

Relembramos que esta revista surgiu num período sócio-histórico-político-cultural repleto de conflitos em várias partes do mundo, gerados pelos reflexos da Queda da Bolsa em 1929, pelo nazismo e fascismo em voga na Europa e pelo advento da guerra civil espanhola. Paralelamente a este contexto, surge no mundo um processo de conscientização gerador da corrente *Negritude*, além da criação de condições especiais de produção em várias comunidades africanas. Não obstante, *Claridade*, filha de uma situação difícil, surgiu, firmou raízes, nutriu-se da própria seiva, caminhou fundo para dentro das ilhas, alçou a voz e assinou o feito.

Constatamos também que ao valorizar uma literatura de cunho cabo-verdiano, o movimento claridoso estimulou a produção local, fazendo surgir, deste modo, obras que interpretassem e/ou dialogassem com a realidade do arquipélago, com o “homo cabo-verdianus”. Uma destas obras é, sem dúvida, *Os Flagelados do Vento Leste*, do claridoso Manuel Lopes, em que, perante a análise apresentada, deparamos com as linhas mestras do movimento claridoso – a assunção e a abordagem da realidade do povo cabo-verdiano. Aqui, o autor mostra que a sua maior preocupação é revelar a triste situação com que diariamente se defrontava o cabo-verdiano – a seca, a fome, a miséria e os seus efeitos devastadores. Com este romance, o autor cumpriu o seu desígnio de intelectual comprometido com a condição humana na divulgação que, através da arte, proporcionaria à problemática da sua terra. Isto porque, para Lopes, “calar é a conviência com o *status quo*, e gritar é criar em quem ouve a inquietação, o fermento de uma consciência incomodada, preocupada e solidária (...).²²¹

Verifica-se assim que os objetivos dos claridosos ultrapassam os limites da literatura em si, invadindo o campo da compreensão sociológica e apelando à consciencialização nacional cabo-verdiana. Esta assunção da cabo-verdianidade justifica assim o lema do grupo – *finca pé na txon* (fincar os pés na terra) - e suscita também a mais profunda busca pelas raízes da cultura cabo-verdiana e do carácter do povo cabo-verdiano.

Em função disto, concluímos que a literatura pode ser um lugar de protesto e de representação da realidade. No entanto, advertimos que ao interpretar a realidade, ela é

²²¹ BAPTISTA, Maria Luísa – *Op. Cit.* p. 11.

uma interpretação que pode ser a auto-interpretação daquele que fala da realidade. Além disso, o próprio escritor, na linha ideológica do pensamento Aristotélico, procura assemelhar-se à verdade e não “ser verdade”. Assim, as obras literárias não se prendem às realidades, mas (re)constituem um outro e (novo) olhar sobre a realidade/história, vislumbrando mais do que aquilo que se vê.²²²

²²² Vide CAETANO, Marcelo José – “ Africanos: Do Colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Rio de Janeiro. Vol. 4, Ano IV, Nº 2, ISBN 1807-6971. (Abr/Mai/Jun. 2007). p. 5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATIVA

Claridade: revista de arte e letras. FERREIRA, Manuel (Org. Coord. Dir). 2ª Ed. Praia – Cabo Verde: Instituto Caboverdiano do Livro. 1989.

LOPES, Manuel – *Os Flagelados do Vento Leste*. 3ª Ed. Lisboa: Vega, 1991.

PASSIVA

ABDALA JR., Benjamin – “Utopia e Dualidade no Contato de Culturas: o Nascimento da Literatura Cabo-verdiana”. *Dossiê Brasil/África*. Nº 18. Jun-Ago. 1993.

AFONSO, Maria Fernanda – “Escrita e Identidade nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. *Latitudes*. Nº 12. (Set. 20001). p. 2-10.

AGUALUSA, José Eduardo – *Um Estranho em Goa*. Lisboa: Cotovia, 2000.

ALFAMA, Jorge Miranda – “Chiquinho de Baltasar Lopes, o romance de *Claridade*”. In *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. VEIGA, Manuel (Coord). Ed. Karthala. 1998.

ALMADA, David Hopffer – *Canto a Cabo Verde*. 1988.

ALMADA, José Luís Hopffer Cordeiro (Org.). *Mirabilis: de veias ao sol: Antologia dos novíssimos poetas cabo-verdianos*. Lisboa: Instituto caboverdeano do Livro e Editorial Caminho. 1991.

ALMADA, José Luís Hopffer C. - *Estes poetas são meus. Algumas reflexões sobre a poesia caboverdiana, nos trinta anos da independência nacional*. Lisboa, 2006.

ALMEIDA, Cláudia Bernardete Veiga de – *O escravo: entre a identidade cabo-verdiana e a literatura europeia*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de São Paulo para obtenção de grau de Mestre em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. São Paulo, 2009.

ALMEIDA, Dalva Pontes de; ALMEIDA, Raquel Pontes de; CAETANO, Marcelo Moraes – “Considerações sobre as literaturas africanas de expressão portuguesa”. *SOLETRAS*. São Gonçalo: UERJ. Ano IX, Nº 17. (Jan./Jun. 2009). p. 50-61.

ALMEIDA, Germana – “Cabo Verde: Viagem pela História das Ilhas”. *A Semana*. 2010, 10 de Agosto.

Literatura e Realidade. s/d.

ANDRADE, Elisa – *Les îles du CAP-VERT: de la «Découverte» à l'Indépendance Nationale (1460-1975)*. Paris: L'Haenattan, 1996.

ANDRADE, Fernando Costa - *Poesia com Armas*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1975.

ANDRADE, Mário de – *Na Noite Grávida de Punhais. Antologia Temática da Poesia Africana I*. 3ª Ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro. 1980.

BALENO, Ilídio – “Povoamento e Formação da Sociedade”. In: *História geral de Cabo Verde - Corpo Documental*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988.

BAPTISTA, Maria Luísa – “Lembrando os 30 anos de Os Flagelados do Vento Leste”. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 11-13.

BARBOSA, Jorge – *Caderno de um ilhéu*, 1956.

BARBOSA, Jorge – *Obra Poética*. FRANÇA, Arnaldo; SANTOS, Elsa Rodrigues dos (Org.). Ed: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

BARBOSA, Lilian – “Literatura Caboverdiana: Um caso a parte”. *Revista Argumento*. Ano 11, Nº 17. (2010).

BARROS, Simão – “Origens da Colónia de Cabo Verde”. In *Cadernos Coloniais*. Nº 56. Ed. Camões. Lisboa, 1939

BERND, Zilá – *O que é Negritude*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BONNICI, Thomas – *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem. 2000.

BRITO-SEMEDO, Manuel – *A Construção da Identidade Nacional: análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

CABRAL, Amílcar – “Apontamentos sobre a poesia cabo-verdiana”. In: *Obras escolhidas*. Vol. I. Lisboa: Seara nova, 1976.

CAETANO, Marcelo José – “Itinerários Africanos: Do Colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Rio de Janeiro. Vol. 4, Ano IV, Nº 2, ISBN 1807-6971. (Abr/Mai/Jun. 2007). p. 1-12.

CAMARGO, Patrícia – “Os Flagelados do Vento Leste, de Manuel Lopes, um ícone da Literatura Caboverdiana (Resenha)”. *Revista África e Africanidades*. Ano I. N. 2. (Agos. 2008.). ISSN 1983-2354.

CAMPOS, Josilene Silva – *A historicidade das literaturas africanas de língua oficial portuguesa*. s/d.

CÂNDIDO, António – *Literatura e Sociedade*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANIATO, Benilde Justo – “Língua Portuguesa e Línguas Crioulas nos Países Africanos”. *Via Atlântica*. Nº 5 (Out 2002), Universidade de São Paulo – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

CARDOSO, Pedro – *Jardim das Hespérides*. 1926.

_____ *Hespérides*. Cabo Verde, 1930.

CARREIRA, António – *Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*. Ed. Ulmeiro. Lisboa, 1977.

_____ *Documentos para a História das Ilhas de Cabo Verde e “Rios da Guiné (séc. XVII e XVIII)*. Lisboa, 1983.

CARVALHO, Alberto – “Sobre a narrativa (conto) cabo-verdiana”. *Navegações*. Vol. 1. Nº 1. (Mar. 2008), Porto Alegre.

_____ “Prefácio”. In LOPES, Baltar - *Chiquinho*. Ed. África – Literatura, arte e cultura. Lisboa: 1984.

_____ *A ficção de Baltasar Lopes: contributo para a originalidade da literatura cabo-verdiana*. Lisboa. Tese de doutoramento em Literatura Africana de Expressão Portuguesa, apresentada à Universidade de Lisboa, 1988.

_____ “As literaturas africanas em língua portuguesa”. In: *África, literatura, arte e cultura*. Nº 11 (1981). p 94-95.

_____ “Emergência do discurso na agressividade da poesia cabo-verdiana.” In: *África: Literatura. Arte. Cultura*. Manuel, FERREIRA (Dir). Lisboa: África Editora - 2ª série, nº 14 (Agosto-Setembro 1986), p.19-25.

CARVALHO, Luís Filipe da Sousa Martins Torres de – *Rebeldia e Sensualidade no Suplemento Cultural (Uma Perspectiva da produção literária dos poetas “insubmissos”)*. Tese de Mestrado em Teoria da Literatura apresentada à Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2003.

Certeza. Nº 1. São Vicente de Cabo Verde: Ed. Fôlha da Academia, Março de 1944.

Certeza. Nº 2. São Vicente de Cabo Verde: Ed. Fôlha da Academia, Junho de 1944.

CHABAL, Patrick – *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Veja, 1994.

COPANS, Jean – *Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas?* Lisboa: Ed. 70, 1981.

COSTA, José Francisco – *Poesia Africana de Língua Portuguesa*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.cronopios.com.br/site/ensaios.asp?id=1208>. Consultado em 15 de Agos. de 2012.

COUTINHO, Afrânio – *Crítica e Teoria Literária*. Fortaleza: EUFC, 1987.

DANTAS, Guilherme – *Poesia*. FRANÇA Arnaldo, (Org.). Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1996.

D'ONOFRIO, Salvatore – *Teoria do Texto*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1999.

DUARTE, Dulce Almada e ALFAMA, Jorge Miranda (Org.) – *Antologia da Ficção Cabo-verdiana: Vol. II – Claridosos*. Ed: AEC-Editora, 1991.

FERNANDES, Margarida – *Os textos e os contextos: As literaturas africanas de língua portuguesa entre a ficção e a realidade*. Centro de Estudos de Culturas Lusófonas da FCSH/UNL. s/d.

FERREIRA, Manuel – *A aventura crioula*. Lisboa: Plátano, 1985.

_____. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa - I. Biblioteca Breve. Série Literatura*. Vol. 6. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. 1977.

_____. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, 1986.

_____. *No Reino de Caliban I. Antologia panorâmica da poesia africana*. Vol. I. Cabo Verde e Guiné-Bissau. 3ª Edição, Plátano Editora, s/d.

_____. *O Discurso no Percurso Africano I*. Lisboa: Plátano Editora, 1989.

_____. “O mito hesperitano ou a nostalgia do paraíso perdido”. In: *Les Littératures africaines de langue portugaise*. 1985.

_____ *no reino de Caliban II, Antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa. Angola e São Tomé e Príncipe. 2º Vol.* Plátano Editora, [1988].

FONSECA, Maria Nazareth Soares e MOREIRA, Terezinha Taborda – *Panorama das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. [Em linha]. Disponível em http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf. Consultado em 26 de Agost. de 2012.

FRANÇA, Arnaldo – *Poesia e Ficção Cabo-verdianas*. Praia: Centro de Informação e Turismo, 1962.

FRANCO, António Cândido – *Exercício sobre o Imaginário cabo-verdiano. Simbologia Telúrico-Marítimo em Manuel Lopes*. Évora: Ed. Pendor, 1996.

FREIRE, Rosangela Vieira – *O Quinze e os Flagelados do Vento Leste: Sertão e o arquipélago em pânico*. Dissertação de Mestrado em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa apresentada à Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2000.

FREYRE, Gilberto – *Aventura e Rotina*. Lisboa: Livros do Brasil, 1952.

GARCEZ, Carlos – *Alves Redol e o Grupo Neo-Realista de Vila Franca*. Lisboa: Caminho, 1980.

GLISSANT, Edouard – *Traité du tout monde*. Paris: Gallimard, 1997.

GOLDMANN, Lucien – “Materialismo dialético e história da literatura”. In *Dialética e Cultura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Simone Caputo – *A poesia de Cabo Verde: Um trajeto Identitário*. s/d.

HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana, Literatura Necessária I. Angola*. Porto: Edições 70. 1975.

_____ *Literaturas Africanas Literatura Necessária II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, Biblioteca de Estudos Africanos, 1984.

HIRSCH, Olívia Nogueira – “A gente parece um camaleão”: (re)construções identitárias em um grupo de estudantes cabo-verdianos no Rio de Janeiro”. *Pro-Posições*. Campinas, Vol. 20, N 1 (58). (Jan./Abr. 2009).

História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental, vol. I. ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (Dir). Lisboa: Centro de Estudos e Cartografia Antiga. Instituto de Investigação Científica Tropical. Praia: Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1988.

LABAN, Michel – *Cabo Verde: Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. 1992.

LARANJEIRA, Pires – *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, António Januário – *Poesia*. s/d.

Les Litteratures africaines de langue portugaise. Actes du colloque International. Paris, 28 – 29 -30 Novembre, 1 Decembre 1984. Fondation Calouste Gulbenkian. Centre Culturel Portugais. Paris, 1985.

LEON, Luci Mary Melo – *O léxico no poema Vou-me embora pra pasárgada de Manuel Bandeira*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-12.html>. Acesso em: 25 de Maio de 2012.

LOPES, Alberto Francisco Mendes – *Uma Leitura do Romance O Escravo, de José Evaristo D’Almeida*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2010.

LOPES, Baltasar – *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre: Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento*. Praia: Imprensa Nacional. 1956.

_____ *Chiquinho*. Lisboa: Ed. África – Literatura, arte e cultura, 1984.

LOPES, José Vicente – “Claridade, vanguarda, modernismo”. *In Terra Nova*. Ano XII – 128. (Jul.-Agos. 1986).

LOPES, Manuel – “Reflexões sobre a Literatura Cabo-Verdiana ou A Literatura nos Meios Pequenos”. *In Colóquios Cabo-Verdianos*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1959.

_____ *Falucho Acorado*. Lisboa: Cosmos, 1977.

_____ *Os Flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Ed. Ática., 1979.

LOURENÇO, João Pedro da Cunha – *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. Luanda, 2003.

MARIANO, Gabriel – “Cantiga da Minha Ilha”. In *Antologia da poesia negra de expressão portuguesa*. 1958.

_____ “A mestiçagem: seu papel na sociedade cabo-verdiana”. *Suplemento Cultural de Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação*. Praia: Publicação da Imprensa Nacional. Outubro de 1958.

_____ *Cultura Caboverdeana: ensaios*. Lisboa: Veja, 1991.

MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro – “Os Flagelados do Vento Leste: predestinação e exemplo”. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 10.

MASSA, Jean-Michel – “Os Flagelados do Vento Leste”. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 14.

MOISÉS, Massaud – *A Literatura portuguesa*. 27ª Ed. São Paulo: Cultrix: 1994.

MONTEIRO, Fátima – “Manuel Lopes – a voz da estiagem cabo-verdiana”. *O Mundo em Português*. Nº 54. (Mar. 2004).

MONTEIRO, Félix (Recolha) – *Eugénio Tavares: Poesia, contos, teatro*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e Disco, 1996.

MOSER, Gerald – “Um escritor exigente”. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. Porto, (Dez. 1990). p. 9.

NETO, Miguel Leocádio Araújo – “A sociologia da literatura: origens e questionamentos”. *Entrelaces*. (Agos. 2007).

OLIVEIRA, Vera Lúcia de – “Fernando Costa Andrade: poeta angolano em luta”. *Via atlântida*. Nº 3 (Dez. – 1999).

PIMENTEL, Maria do Rosário – *Chão de sombras. Estudos sobre escravatura*. Lisboa, Edições Colibri, 2010.

RAMOS, António Manuel - *Conflitos de Identidades em Cabo Verde: Análises dos casos de Santiago e São Vicente*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Porto, para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos. Porto, 2009.

RÉGIO, José – “Literatura livresca e literatura viva”. *Presença*. Coimbra, nº 9, (Fev. 1928).

RIBEIRO, Renildo – *Um itinerário de lutas e buscas: Esperanças e resistência em Vidas Secas, de Graciliano Ramos, e os Flagelados do Vento Leste, de Manuel Lopes*.

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Alagoas para obtenção de grau de Mestre em Literatura Brasileira. Maceió, 2006.

RISO, Ricardo – *Seló: páginas dos Novíssimos*. [Em linha]. Disponível em:

<http://ricardoriso.blogspot.pt/2010/03/selo-pagina-dos-novissimos-por-ricardo.html>.

Consultado em 23 de Out. de 2012.

RODRIGUES, Alberto Africano Mendes - *Pensar Currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-verdiana*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Elaine dos – “Literatura e Sociedade: rompendo paradigmas – A resistência da mulher negra em um sociedade branca, urbana e machista”. *Terra roxa. Revista de Estudos Literários*. Vol. 17-B. (Dez. 2009) – ISSN 1678-2054.

SANTOS, Elsa Rodrigues – *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa e a mundividência cabo-verdiana*. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.

SECCO, Carmen Lucia Tindó – “Travessia e Rotas das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (Das profecias libertárias às distopias contemporâneas)”. *Légua & Meia*. Revista de Literatura e Diversidade Cultural. Nº 1. 2002. p. 91-113.

SILVA, Maurício – Identidade Cultural e consciência nacionalista nas literaturas africanas lusófonas: uma introdução. *IPOTESI, Juiz de fora*. Vol. 14. nº 2 (Jul. – Dez. 2010).

SILVEIRA, Onésimo – *Consciencialização na literatura caboverdiana*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

SPÍNOLA, Daniel – “Sementeira Chuva e Seca”. In *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. VEIGA, Manuel (Coord.), Ed. Karthala. 1998.

STOENESCO, Dominique – “Na morte de Ovídio Martins: Poeta e militante cabo-verdiano”. *Latitudes*. Nº 6. (Set. 1999). p. 56-59.

Suplemento Cultural, Boletim de propaganda e Informação. Publicação da Imprensa Nacional, Praia - Outubro – 1958.

TEIXEIRA, Maria Augusta Évora Tavares – *Autoria e construção da identidade cabo-verdiana: Diálogo entre a obra de Germano Almeida e o discurso parlamentar*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense para obtenção de grau de Mestre em Estudos de Literatura. Rio de Janeiro, 2010.

TRIGO, Salvato – “Manuel Lopes: Claridosamente escrevendo...”. *Letras & Letras*. Ano IV. Nº 37. (Dez. Porto), 1990. p. 8.

TUTIKIAN, Jane – “Por uma Pasárgada caboverdeana”. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V. 43. Nº 4. (Out./Dez. 2008). p. 42-52.

VASCONCELOS, Ernesto de - *As Colónias Portuguesas: Geografia Phisica, Política e Económica*. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

VENÂNCIO, José Carlos – *Literatura e Poder na África e Lusófona*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério de Educação, 1992.

VEIGA, Manuel (Coord.) - *Cabo Verde – Insularidade e Literatura*. Ed. Karthala, 1998.

VIEIRA, Padre António – “Carta do Padre António Vieira escripta de Cabo Verde ao Padre confessor de sua Alteza, indo arribado daquelle Estado”. *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*. Nº 23, Praia: Agosto de 1951.

WELLEK, René e WARREN, Austin – *Teoria da Literatura*. 4ª Ed. Publicações Europa-América. 1955.